


**UNESP**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

**FERNANDA FERNANDES PIMENTA DE ALMEIDA LIMA**

**(RE)SIGNIFICAÇÕES DA MULHER POLÍTICA NA MÍDIA:  
MEMÓRIA, CORPO, TERRITORIALIDADE**



**ARARAQUARA - SP**  
**2011**

**FERNANDA FERNANDES PIMENTA DE ALMEIDA LIMA**

**(RE)SIGNIFICAÇÕES DA MULHER POLÍTICA NA MÍDIA:  
MEMÓRIA, CORPO, TERRITORIALIDADE**

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Linguística e Língua Portuguesa.

**Linha de pesquisa:** Estrutura, Organização e Funcionamento Discursivos e Textuais

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin

ARARAQUARA - SP  
2011

**FERNANDA FERNANDES PIMENTA DE ALMEIDA LIMA**

**(RE)SIGNIFICAÇÕES DA MULHER POLÍTICA NA MÍDIA:  
MEMÓRIA, CORPO, TERRITORIALIDADE**

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Linguística e Língua Portuguesa.

**Linha de pesquisa:** Estrutura, Organização e Funcionamento Discursivos e Textuais

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin

Data da Defesa: 06/05/2011

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin**  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

---

**Membro Titular: Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini**  
Universidade Federal de São Carlos

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Carlos Piovezani**  
Universidade Federal de São Carlos

---

**Membro Titular: Profa. Dra. Mariangela de Lello Vicino**  
Centro Universitário Central Paulista

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Francisco Paulo da Silva**  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
**UNESP – Campus de Araraquara**

*Às mulheres que contorna(ra)m de diferentes maneiras a minha subjetividade, nesta sociedade, ainda herdeira de um tempo patriarcal que, por obra divina, não me silenciou no degredo das filhas de Eva: mamãe, irmãs, avós, sogra, sobrinhas, cunhadas, tias, professoras, alunas, funcionárias, médicas, Chica e dona Isaura (in memoriam), minhas amigas-irmãs.*

## AGRADECIMENTOS

*Esta tese de doutoramento é fruto de uma caminhada geográfica e academicamente marcada. Foram tantas as pessoas que me ajudaram até aqui, que nem sei como agradecer. É preciso, então, contar para agradecer. Mesmo sabendo que “contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram, mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem de lugares”<sup>1</sup>, vou tentar contar o meu agradecimento. Sou filha de seu Deusdete e dona Geruza, nasci no Rio Grande do Norte, em uma família de sete irmãos: Tânia, Ivan, Cácio, Sânsia, Fátima, Júnior e Kleber. Pelas “itinerâncias” de Caraúbas (RN), Quixadá (CE) e Natal (RN) concluí o ensino fundamental e médio. Em Campina Grande (PB) me graduei em Letras e lá conheci os professores Fátima, Geralda, Hilda, Alzir, Eli..., os amigos Cassiano Vidal, Ronaldo, Gilvanice, Claudete, Eliana, Rossana, Vânia, Raimundinha, Dona Isaura e Chica, estrelas no meu caminho, eterno lampejo de memória, Jair e Ana Flávia, amigos-irmãos, Miro, que me possibilitou iniciar no magistério e conhecer os meus primeiros alunos nas cercanias de Boqueirão e Mororó.*

*Concluída a Graduação, retorno ao Rio Grande do Norte. Lá, em Mossoró, veio a primeira Pós em Linguística, e com ela Paulinho, Gilberto, Rocha, Paulo Davi, Walter, Ana Maria, Olga... Em meio à caminhada, chego a Goiânia, congresso da UNE, seis mil estudantes para eleger Fernando Gusmão presidente. Que festa foi estar lá e encontrar meu Paulo Henrique, companheiro amor. Com ele, vieram casamento e poesia, seu Ildemar e dona Marina, Isabel e Afonsinho, Mariana e Gabi, Luciana e Fernando, Ana e Livia, nova cidade, nova família. Goiânia me trouxe a UFG, o Mestrado em Linguística, Kátia, Vânia, Flávia, Oto e outros professores. Veio a UEG, com meus especiais alunos e colegas da Unidade de Inhumas, Wafney, Rita, Guido, Hilda, Vera, Marlene Anália, Silvéria, Wilmar, Carla, Lindalva, Marize e muitos outros... Vieram congressos, grandes encontros: Jataí, Uberlândia, João Pessoa, Brasília, Porto Alegre, Mossoró, Belo Horizonte, Maringá, São Carlos... Eventos em que encontrei Cleudemar e Tony, Nilton e Tutu, Ivone, Regina, Amanda e Máira, Vanice e César, Carlos e Luzmara,*

---

<sup>1</sup>ROSA, G. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1989.

*Roberto, Pedro e Flávia, Lurdinha, Marisa, Mônica, Ilza, Conceição, Nádea, tantos parceiros no discurso.*

*“Longe de casa, sigo o roteiro, mais uma estação”: Araraquara. Chego à UNESP, em busca do Doutorado que me trouxe os professores Renata, Arnaldo, Gládis, Maria Helena, Tom e mais amigos: Luciana, Mariúcha, as três Marílias, Livia, Renan, João, Claudiana e Rubens, Nildí, Tê, Dora, Denise, Mara, Israel, Camila, Meire, Cida, Niquelme, Gesiel, Janaina, Du, Diogo, Mariangela, Isadora, Doris, Olavo, Máira, João e José Ângelo. Essas pessoas, de uma forma ou de outra, e sob muitas luzes, se espalhavam nos caminhos por onde andei, e andei, e andei... Surpresa boa foi descobrir como estavam ligadas direta ou indiretamente a você, Maria do Rosário Gregolin, que consegue reunir todos, em diferentes salas, em diferentes mesas, dispersas sob muitos sentidos, nos lugares por onde passei. Você, Rosário, orgulho e grande nome da Análise do Discurso no Brasil, de repente, num misto de admiração e alegria, minha orientadora.*

*Foi sob a presente abstração de Deus que milagres aconteceram, entre luzes e sombras, nos caminhos que me trouxeram até aqui. Por tantas estações, estradas e marés, sobre as quais ainda não lancei âncora, onde encontrei meus pais, irmãos, amigos e amor. A vocês, muito obrigada! Eis a minha gratidão, mãe das poucas virtudes desta caminhante...*

*Nós podemos ir a qualquer lugar, menos para casa.  
Abena Busia, poetisa africana (WEKKER, 1995, p. 51)*

*As sereias, porém, possuem uma arma ainda mais terrível do que seu canto: seu silêncio. É certo que nunca aconteceu, mas seria talvez concebível que alguém tivesse se salvado de seu canto; de seu silêncio, jamais.  
Franz Kafka (1988, p. 542)*

## RESUMO

Com o objetivo de refletir sobre o que impinge os discursos e os acompanha na dinâmica (re)significação midiática da mulher, esta tese tem como objeto de investigação discursos sobre mulheres políticas, enquanto acontecimentos históricos e midiáticos. Nesse sentido, esta pesquisa, organizada em quatro capítulos, sustenta-se em três eixos de discussões sobre a produção de subjetividades – a *memória*, o *corpo*, a *territorialidade* –, que são constitutivos dos discursos que situam a mulher na história e produzem sua espetacularização na política. Com base nos postulados da Análise do Discurso francesa e, principalmente, sob a ótica dos estudos de Michel Foucault, procuramos investigar como a mídia produz, em diferentes práticas discursivas, um dispositivo de poder que reserva à identidade da mulher política lugares vigiados, presos à esfera da vida privada em sua intersecção com a vida pública. A partir de discussões sobre as identidades na modernidade tardia, analisamos a presença das mulheres na cena política, enquanto lugar de *memória* e, portanto, de *enunciabilidade* na longa duração da história. Outrossim focalizamos a visibilidade do *corpo* feminino em sua articulação com a espetacularização nos discursos sobre mulheres políticas, discutindo como ele intercala um diálogo com a história nos discursos midiáticos sobre a mulher política, e como estes, enquanto dispositivos de poder, constituem uma existência que justifica uma dissimetria entre os sexos, forjando identidades de gênero. À memória e ao corpo acrescenta-se, em nossas análises, a observação de que a *territorialidade* e o imaginário sobre o Nordeste brasileiro se estendem e se reproduzem nos enunciados sobre mulheres políticas nordestinas a partir de uma regularidade/dispersão de sentidos que conduzem suas identidades a um lugar de pertencimento. Para chegarmos a essa compreensão, analisamos, em duas reportagens e em um artigo de opinião, publicados respectivamente em três revistas de circulação nacional, quais sejam: *Veja Mulher*, *Claudia* e *Isto é*, discursos sobre mulheres políticas nordestinas. Esses movimentos analíticos mostraram que os enunciados colonizam a emergência da mulher política e suas formas de visibilidade, a partir de práticas culturais e de processos de regionalização inscritos nas relações de poder estabelecidas nas diferentes instâncias do discurso midiático.

**Palavras-chave:** Discurso. Mídia. Mulher política. Espetacularização. Identidades.



## RÉSUMÉ

Avec l'objectif de réfléchir sur ce qui renforce les discours et les accompagne dans la dynamique de la (re)définition médiatique de la femme, cette thèse a pour objet de recherche les discours sur les femmes politiques, en tant que faits historiques et médiatiques. Ainsi, cette recherche organisée en quatre chapitres, s'appuie sur trois axes de discussion, concernant la production de subjectivités – la *mémoire*, le *corps*, la *territorialité* –, qui sont constitutifs des discours qui placent la femme dans l'histoire et produisent sa spectacularisation dans la politique. Sur la base des principes de l'analyse française du discours et en particulier du point de vue des études de Michel Foucault, nous étudierons comment les médias produisent, en diverses pratiques discursives, un dispositif de pouvoir qui réserve à l'identité de la femme politique des lieux gardés, attachés à la sphère de la vie privée dans sa rencontre avec la vie publique. A partir de discussions sur les identités dans la modernité tardive, nous analyserons la présence des femmes sur la scène politique en tant que lieu de *mémoire* et par conséquent d'*énonciation* dans la longue durée de l'histoire. Nous mettrons également l'accent sur la visibilité du *corps* féminin dans sa relation avec la spectacularisation dans les discours sur les femmes politiques, en discutant de la façon dont il intercale un dialogue avec l'histoire dans les discours médiatisés sur les femmes politiques, et comment ceux-ci, en tant que dispositifs de pouvoir, constituent une existence qui justifie une asymétrie entre les sexes, forgeant des identités de genre. À la mémoire et au corps s'ajoute, dans nos analyses, l'observation que la *territorialité* et l'imaginaire sur le Nord-Est brésilien s'étendent et se reproduisent dans les déclarations sur les femmes politiques du Nord-Est à partir d'une régularité / dispersion des sens qui conduisent leurs identités à un lieu d'appartenance. Pour arriver à cette compréhension, nous analyserons, au sein de deux reportages et un article d'opinion, publiés respectivement dans trois revues nationales, que sont: *Veja Mulher*, *Claudia e Isto é*, des discours sur les femmes politiques dans le nord-est. Ces mouvements analytiques ont montré que les déclarations colonisent l'émergence historique de la femme politique et ses formes de visibilité, à partir de pratiques culturelles et de processus de régionalisation inscrits dans les rapports de force établis dans différentes instances du discours médiatique.

**Mots-clés:** Discours. Médias. Femme politique. Spectacularisation. Identités.

**LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1</b>	A criação de Eva .....	59
<b>Figura 2</b>	A queda do homem .....	59
<b>Figura 3</b>	A expulsão de Adão e Eva do Jardim do Paraíso .....	60
<b>Figura 4</b>	<i>Sékolène Royal guidant le peuple</i> .....	87
<b>Figura 5</b>	<i>La liberté guidant le peuple</i> .....	88
<b>Figura 6</b>	Dilma vê o futuro .....	90
<b>Figura 7</b>	Dilma e o espelho.....	90
<b>Figura 8</b>	Luizianne e o espelho.....	92
<b>Figura 9</b>	Luizianne e prefeituráveis .....	92
<b>Figura 10</b>	Trocando o vermelho pelo verde .....	93

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 ENTRE O DISCURSO E A SUBJETIVIDADE: IDENTIDADES DIFUSAS .....</b>	<b>24</b>
1.1 Pêcheux: da identificação à desidentificação do sujeito .....	25
1.2 Bakhtin: do diálogo à subjetividade na AD .....	32
1.3 Foucault: da forma panóptica do discurso à dispersão do sujeito .....	37
1.4 Sob a extensão do olhar: a identidade na Modernidade tardia .....	43
<b>2 SOB AS IMAGENS DAS FILHAS DE EVA: HISTÓRIA, MÍDIA E MEMÓRIA .....</b>	<b>50</b>
2.1 À margem de narrativas plurais: a mulher na história .....	52
2.2 Mídia e memória: diferentes lugares de discursos .....	86
<b>3 DO NORTE AO SUL DO CORPO FEMININO: A POLITIZAÇÃO E A DESPOLITIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO .....</b>	<b>99</b>
3.1 Considerações sobre o discurso político .....	100
3.2 Ao sul do corpo feminino: um norte de sentidos .....	108
<b>4 DO ENCALÇO DO SILÊNCIO À FALA INVASORA: O DISCURSO (RE)SIGNIFICA A MULHER POLÍTICA NORDESTINA .....</b>	<b>127</b>
4.1 <i>Veja Mulher, Claudia e Isto é</i> : alguns procedimentos discursivos .....	131
4.2 Reportagem e artigo de opinião: uma questão gêneros discursivos e de gênero feminino .....	135
4.3 Sobre as reportagens: começos, essencialismo, estereótipos .....	138
4.4 Corpo e imagens .....	141
4.5 O amor e os ex-maridos .....	143
4.6 <i>A nordestinidade</i> .....	144

<b>4.7 Sob a opinião de um artigo: a “Lôra” e a Morena .....</b>	<b>146</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>158</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>176</b>
<b>ANEXO 1 – PATRICINHA, NÃO! .....</b>	<b>177</b>
<b>ANEXO 2 – O DESCANSO DA GUERREIRA .....</b>	<b>181</b>
<b>ANEXO 3 – A “LÔRA” CONTRA A MORENA .....</b>	<b>184</b>

## INTRODUÇÃO

*Nas profundezas da floresta, ocultado, escondido, está o sexo que, como se diz, faz a mulher que ele impregna totalmente. Ali jaz o mistério, “a origem do mundo”, para evocar o título de um quadro de Courbet que representa um sexo de mulher: pintura de tal modo escandalosa que ficou muito tempo escondida na casa de um rico colecionador, dissimulada atrás de uma cortina, até que o museu d’Orsay a adquirisse e expusesse ao público, agora indiferente: sinal de uma evolução, indício de uma história.*

Michelle Perrot (2003, p. 13-14)

*Logo que o herói Prometeu institui o primeiro sacrifício sangrento, inicia-se uma discussão entre os deuses e os homens a propósito da divisão das partes de carne do sacrifício. A cólera de Zeus, o rei dos deuses, agrava-se quando Prometeu rouba o fogo divino para entregá-lo aos homens, de modo que aquele, decidindo dar aos mortais um presente que seja a sua perdição, manda o deus Hefáistos fabricar a primeira mulher, Pandora. Esta, sendo “semelhante a uma deusa”, tem toda a aparência da sedução da jovem na véspera do matrimônio, porém oculta um coração ardiloso e numerosos outros defeitos. Esse “belo mal”, regalo de Zeus aos mortais, é aceito como esposa por um homem chamado Epimeteu, que só refletiu quando já era tarde demais<sup>2</sup>. Partindo desse prelúdio narrativo que retoma a criação da primeira mulher, no poema *Teogonia* do poeta grego arcaico Hesíodo, iniciamos esta tese, fazendo uma alusão ao mito de Pandora, a mulher mitológica que concentra e difunde todos os males, para inscrevermos, nesta proposta investigativa, uma discussão sobre a (re)significação da mulher na política.*

Entre a criação de Pandora e os efeitos de verdade que contornam a criação bíblica de Eva, tentamos elaborar uma reflexão, considerando as heranças dos inúmeros sentidos que reproduzem discursos e reatualizam a mulher na cultura do espetáculo político.

---

<sup>2</sup> Cf. SCHMITT-PANTEL, P. A criação da mulher: um ardil para a história das mulheres. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. In: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 130.

Especificamente, apresentamos um estudo sobre a (re)significação da mulher política e os seus efeitos de sentido na grande narrativa midiática de uma história das mulheres.

No quadro das relações entre história e mídia, entre mitos, relatos e discursos, temos uma ordem discursiva que se inscreve nas diferenças entre os sexos, e estas passaram a ter uma existência própria na cultura e na sociedade. O mito de Pandora e o relato bíblico da criação de Eva justificam, antes de todas as demais narrativas e reinvenções, que a própria existência do mito sublinha a radical disparidade entre o que se configurou como masculino e feminino, pois “não se sabe como nem em que etapa os homens passaram a existir, eles simplesmente estão presentes, são uma categoria coletiva, quando os deuses resolvem criar a mulher, primeiro definida no singular; posteriormente como ancestral da raça das mulheres” (SCHMITT-PANTEL, 2003, p. 131).

A irrupção das mulheres políticas tem um funcionamento nas relações que se estabelecem entre linguagem, poder e saber. Nessas relações, são produzidas imagens que traduzem essas mulheres e lhes evocam uma identidade. Com base nisso, observamos, neste trabalho, o profícuo diálogo que se instaura no processo de significação identitária da mulher política, enquanto resultado de um entrecruzamento dos discursos com a história. Segundo esse cruzamento, tentamos deslocar de nossas análises determinações naturais, em que o sexo dá à subjetividade da mulher seus conceitos, sua definição e seus efeitos de verdade. Nosso objetivo geral é, nesse sentido, investigar, nas linhas que rompem a transparência da linguagem, como os sentidos são produzidos e como eles migram e se difundem na (re)significação da identidade da mulher e em sua espetacularização na política.

Assim, torna-se premente questionar o que custou e ainda custa à identidade da mulher política o litígio com os padrões do patriarcado político. Com base nesta primeira indagação e diante de um complexo universo de respostas, temos a seguinte problematização: *o que impinge os discursos e os acompanha na dinâmica (re)significação midiática da mulher na política?* É sobre este questionamento que lançamos nosso olhar investigativo, a fim de que possamos compreender, segundo a historicidade de suas imagens e por meio de discursos que tentam naturalizar o sexo feminino, como se constrói uma (re)significação da presença da mulher na política. Alguns objetivos mais específicos a essa proposta nos levam a perscrutar como se produz um arquivo de enunciados, com seus efeitos de verdades, que conduzem os discursos sobre as mulheres políticas, no

entrecruzamento das práticas do discurso midiático, e viabilizam sua identidade no campo das diferenças entre os sexos, particularizando-os, individualizando-os.

Procuramos analisar como a mídia (re)produz, por meio de diferentes práticas discursivas, um dispositivo de poder que reserva à identidade da mulher política lugares vigiados, presos à futilidade, à domesticidade, à vaidade, ao corpo, à sexualidade, entre outros, que constituem a ordem do dia nos enunciados. Desse modo, investigamos como os discursos sobre mulheres políticas colonizam o seu aparecimento e as formas de visibilidade que emolduram suas imagens, a partir de práticas culturais e de processos de regionalização inscritos nas relações de poder estabelecidas nas diferentes instâncias do discurso midiático. Amparados no que tomamos como três eixos de discussão, ou três colunas de sustentação desta pesquisa, quais sejam: a idéia de *memória*, de *corpo e de territorialidade*, bem como as relações que estabelecem entre si na produção dos discursos, observamos como o discurso midiático participa de uma construção imagético-discursiva que forja a identidade da mulher política.

Tendo em conta que, em *A arqueologia do saber*, Foucault (2002a) questiona as bases da história tradicional e suas exclusões, objetivando tratar de uma história mais “geral”, escandida por séries, segmentações, limites, diferença de nível, defasagens, sobrevivências anacrônicas, entendemos que a história tradicional, também, excluiu as mulheres. Sem cair na obscuridade de uma proposta “essencialista” sobre os discursos que narram o sexo feminino na política, não buscamos uma história específica das mulheres, mas analisar discursos que constituem uma grande narrativa na história sobre os silêncios, suas formas e fundamentos que inscrevem a mulher na política. Partindo desse princípio, pensamos, nesta proposta investigativa, o sujeito mulher política no interior da história.

Nesse sentido, buscamos nos postulados da Análise do Discurso de linha francesa, derivada dos estudos de Michel Pêcheux e de Michel Foucault, as noções teóricas e suas possíveis aberturas de sentido presentes no decorrer da construção dos três eixos desta abordagem e dos seus diferentes conceitos. Desse modo, no que se refere às noções de discurso e de subjetividade, Pêcheux ((Pêcheux & Fuchs, 1997a), 1997b, 2002, 2007), Bakhtin (2003, 2004) e Foucault (1971, 1984, 1996, 1997, 1999, 2002a, 2002b, 2003a, 2003b, 2004a, 2004b, 2005, 2010) constituem os três alicerces estabelecidos para pensarmos a idéia de subjetividade na Análise do Discurso, principalmente, em sua relação com a história, a cultura, a sociedade e com os enunciados em sua não transparência. Bauman (1999, 2000, 2001, 2005), Santos (2006), Hall (2000, 2006) e Silva (2000) somam

suas considerações teóricas ao tema da identidade na pós-modernidade, complementando esta parte inicial do texto.

Para tratarmos de algumas perspectivas que emolduram a existência de um descentramento do sujeito afetado e atravessado pelo discurso e pela história, as considerações teóricas que fundamentaram o sujeito em Análise do Discurso propõem que este seja tomado como um “lugar”, uma “posição” a ser ocupada e relacionam ao discurso um jogo que envolve poder, desvios e astúcias. A partir das contribuições dos estudos discursivos, temos um direcionamento teórico que conduz as indagações sobre quem é a mulher política, quais são as suas identidades e quais os jugos que constroem os discursos que a narram e a descrevem. Nesta abordagem, estabelecemos outros alicerces teóricos para pensarmos o discurso sobre a mulher política na mídia, segundo uma possível história das mulheres, vista, descrita e comentada, sob o olhar de diferentes autores. É na mobilização de um universo de imagens, historicamente reconhecidas, sobre a mulher, que amparamos, neste trabalho, uma reflexão sobre a subjetividade centrada na *memória*.

Os pressupostos teóricos que contemplam o estudo da mulher e sua historicidade social e cultural estão fundamentados em Michelle Perrot (1988, 2003, 2005, 2006, 2007, 2009), Mary Del Priori (2000, 2006, 2009), entre outros estudiosos, que trabalham sobre o vasto espaço discursivo das relações entre mulher e política, estabelecidas no campo da história e da *memória*, confirmando o primeiro eixo de nossa proposta. Autores como Pierre Achard (2007), Courtine (2006, 2009), Jean Davallon (2007), Le Goff (2003), Halbwachs (2006) e outros teóricos complementam esta reflexão sobre a história, apresentando-nos uma discussão sobre o tema da memória e o seu funcionamento nos discursos. Às referências supracitadas somam-se as contribuições de Lipovetsky (2000, 2004), entre outros que procuraram definir as condições paradoxais da sociedade pós-moderna em relação à centralidade dos conceitos trazidos pela modernidade.

Assim, de acordo com os eixos principais deste trabalho, que traduzem a relação da mulher com a política, amparamos, em sua segunda coluna de sustentação, um olhar discursivo sobre o *corpo* feminino em suas formas de visibilidade e de dizibilidade no campo da política. Courtine (2006, 2008a, 2008b, 2008c), Gregolin (1994, 1998, 2000, 2003, 2004, 2006a, 2006b, 2007, 2008), Piovezani (2007, 2009), Milanez (2004, 2006a, 2006b, 2006c, 2008) e outros estudiosos constituem as bases de nossas considerações a respeito do discurso político e dão a conhecer uma noção de corpo enquanto objeto de espetacularização e de discursividade. Com isso, temos um sujeito não colocado em suas



acepções fisiológicas, mas, em contraste com estas, ele é moldado e corporificado em seu posicionamento sócio-histórico.

Acrescente-se que os autores supracitados, entre outros teóricos, linguistas, historiadores, filósofos e sociólogos que sustentam esta investigação, participam da inteireza deste trabalho, independente de suas partes constitutivas, de suas colunas de sustentação. Eles se debulham por todo o texto, se espalham, segundo a abrangência dos seus estudos, e se colocam como um grande desafio, pois demandam novos olhares, diante da aquiescência dos discursos que analisamos sobre as mulheres políticas. Enquanto este texto era produzido, a leitura dos teóricos aqui trabalhados enunciava o cântico de suas vozes, em sons polifônicos. Essas vozes teóricas, assim como em um acorde, traduziam-se em séries harmônicas de sentidos sobre o campo do discurso e da história das mulheres.

Courtine (2006, p. 13) observa que “A AD é, assim, um dos lugares onde a linguística encontra manifestadamente a política, ainda que as modalidades desse encontro sejam, às vezes, objeto de um silêncio um pouco embaraçado ou de numerosos desvios”. É com base nessa afirmação que a opção por desenvolver esta pesquisa em Análise do Discurso de linha francesa encontra fundamento. Se estamos no terreno sinuoso do discurso, podemos seguir por diferentes caminhos, ouvindo vozes ou viajando nos dizeres dos silêncios, por percursos que configuram, em sua paisagem, veredas e penhascos, para encontrar, entre o lugar da mulher na política e na história, o nosso objeto de pesquisa, discursos que narram as mulheres políticas.

É pertinente refletirmos sobre como ocorre uma espetacularização desse lugar político, que projeta a subjetividade da mulher a uma posição de identidade, segundo os discursos que a registram, na medida em que é (re)significada pela mídia e analisada por nós como um avesso do espetáculo, o avesso de um efeito de realidade do qual precisamos desconfiar, pois entendemos que “as realidades manifestas podem não ser as mais significativas e que compete ao investigador construir modelos a fim de ter acesso aos fundamentos do real e ultrapassar a aparência do sensível” (DOSSE, 2007a, p. 44). A impressão palpável dos discursos veiculados em revistas e jornais registrados nesta investigação forja um efeito de “realidade” e leva-nos a uma postura de desconfiança dos modelos, das circularidades e da autorreferência que é própria desses discursos.

Essa atividade de descoberta conduziu-nos, então, a entender que “fazer análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir sob a superfície lisa das palavras a profundidade complexa dos índices de um passado” (COURTINE, 2006, p. 92). Para isso,

construímos um posicionamento de leitura, inevitavelmente, interpelado pelas imagens e discursos que se apresentam nessa investigação. Entre inúmeros olhares que lançamos a esses discursos, partindo desse lugar de leitores, sabemos, também, que “é preciso interrogar as ‘maneiras de ler’, tratar o lugar do sujeito-leitor como problema, superar a tentação ortopédica” (COURTINE, 2006, p. 27) e compreender como o conhecimento acadêmico busca transformar, em seu entendimento e à maneira da escritura midiática, seus eventos e impressões sobre mulheres políticas, produzindo acontecimentos na história do presente. Com isso, recorreremos a Courtine (2006, p. 57) para destacar que

analisar discursos não pode mais se limitar a caracterizar um texto em diferentes níveis de funcionamento lingüístico. Mas, pensar e descrever a maneira como se entrecruzam regimes de práticas e séries de enunciados; rearticular a perspectiva do lingüista e a do historiador, numa direção que, aproximadamente, poderia ser aquela indicada por Roger Chartier, nos seguintes termos: “Os discursos [...] constituem não o único, mas o mais maciço dos materiais da história. Nenhum discurso pode ser manejado sem ser submetido ao duplo questionário, crítico e genealógico, proposto por Foucault, que visa a identificar suas condições de possibilidade e de produção, seus princípios de regularidade, suas imposições e suas apropriações [...]”.

Nossas *hipóteses*, procurando acompanhar esse olhar analítico sobre os diferentes discursos que (re)significam a mulher política, constituem-se em dois direcionamentos significativos a esta reflexão. É possível observar, a partir da estrutura dos discursos que narram as mulheres políticas, elementos que nos remetem a uma reatualização de sua identidade, segundo a qual, localizamos signos representativos de um lugar “marginal” à política, de um conflito de posições, ou de uma não territorialidade política, que traduziriam um distanciamento do discurso político. Partindo de um olhar sobre as transformações das práticas discursivas que produziram um lugar de mulher na política, notamos se estas práticas delimitam, também, quando entrecruzadas com diferentes formas de enunciados, em uma dada espacialidade, o papel da mulher na história da sociedade, e demarcam territórios de discursos heterogêneos e dispersos que difundem as identidades dos sujeitos e os seus efeitos de verdade diante do outro. Afinal, a presença do outro no discurso nos faz saber que

o que somos e o que pensamos ver estão carregados do dizer alheio, dizer que nos precede ou que precede nossa consciência e que herdamos, sem saber como nem por quê, de nossos antepassados ou daqueles que

parecem não deixar rastros. O que somos e o que vemos está carregado, portanto, do que ficou silenciosamente abafado na memória discursiva, como um saber anônimo, esquecido. (CORACINI, 2007, p. 59)

Desenvolvemos uma pesquisa, cuja abordagem pretende utilizar uma metodologia analítico-interpretativa. Para tanto, utilizamos vários gêneros de discursos, como: charges, frases, poesia, notícias, reportagens e um artigo de opinião, enquanto partes constitutivas de lugares de discursividades que, de uma forma ou de outra, produzem um saber na história das mulheres. São discursos que, ao serem publicados na mídia impressa, em jornais e revistas de grande circulação, entre o período de 2003 e 2010, produzem um discurso sobre mulheres políticas. Esclarecemos que as charges e as notícias apresentadas constituem uma proposta apenas de ilustração para os capítulos segundo e terceiro, respectivamente, pois não nos propomos a realizar uma análise minuciosa desses textos que, outrossim, realçam a discussão teórica realizada nessas partes do trabalho.

Adotamos, assim, os seguintes critérios para selecionar os diferentes textos trabalhados nessa pesquisa, com a finalidade de ilustração: charges, frases, poesia, notícias, entre outros; e com a finalidade de análise: duas reportagens e um artigo de opinião sobre mulheres políticas nordestinas. De um modo geral, esses gêneros discursivos apresentam mulheres políticas candidatas (ou eleitas) ao poder executivo e legislativo de municípios, estados e nações. Esses textos, veiculados entre 2003 e 2010, contemplam quatro Eleições brasileiras: duas para Prefeito e Vereador (2004 e 2008) e duas para Presidente da República, Senador, Governador, Deputado Federal e Deputado Estadual (2006 e 2010).

É preciso esclarecer que não discutimos a ação política de mulheres eleitas ou candidatas, nem as condições que promoveram as mulheres a políticas. São os discursos midiáticos sobre mulheres políticas que norteiam e dão sentido ao conjunto de toda essa investigação, bem como os seus efeitos de sentido que evocam o lugar da mulher, seu corpo, seus gestos e sua memória à cena do espetáculo na política. Reiteramos que neste trabalho se entenderá por mulher política mulheres candidatas ou eleitas ao Poder Executivo e Legislativo de municípios, estados e nações. Não nos voltamos para questões relacionadas à ação política dessas mulheres ou a questões partidárias que as identificam no poder dirigente das cidades, dos estados e dos países apresentados aqui. Não analisamos, também, o discurso das mulheres políticas, não exploramos questões relacionadas à sua fala pública. Voltamos a análise dos dados para os efeitos de sentido que os discursos sobre mulheres políticas nordestinas produzem na grande mídia impressa.

Assim, entre ilustrações e análises, temos duas posições de sujeito sobre as quais são produzidas as cenas discursivas: uma é a mulher política candidata e a outra é a mulher política eleita. A intervenção da mídia traduz o estatuto desses sujeitos políticos, produzindo suas imagens e suas identidades na dimensão de uma espetacularização da diferença na ordem desses discursos. Com isso, os movimentos discursivos localizam-se em meio a redes de poder ou de poderes que constituem esses sujeitos sob a ordem de um lugar historicamente marcado.

Enfatizamos que, em algumas passagens desse trabalho, o adjetivo ou o substantivo “feminino” é trazido para o lugar do substantivo “mulher”. Quanto a isso, há mister em esclarecer que não consideramos que sejam termos equivalentes, afinal há homens femininos e mulheres masculinas. As ocorrências que encontramos aqui não são sinônimas de feminilidade, mas significam, em algumas situações, mulher, em oposição a homem, o sexo feminino em oposição ao sexo masculino.

O *corpus* para o qual a análise desta pesquisa está voltada é constituído de duas reportagens e de um artigo de opinião. As reportagens foram publicadas respectivamente na revista *Veja Mulher*, em agosto de 2003, e na revista *Claudia*, em março de 2006. O artigo de opinião foi publicado na revista *Isto é*, em setembro de 2008. Com os títulos: *Patricinha, não!*, *O descanso da guerreira* e *A “Lôra” contra a Morena*, esses textos descrevem os embates não somente eleitorais, mas também nos apresentam outras questões relacionadas à vida política de três mulheres políticas nordestinas.

O artigo *A “Lôra” contra a Morena*, por exemplo, retrata a campanha eleitoral de 2008, para a Prefeitura de Fortaleza-CE, cujas candidatas, Luizianne Lins e Patrícia de Saboya, são renomeadas como a “lôra” e a “morena”, respectivamente. É um título que carrega um enredo capcioso, pois dele ressoa uma naturalização de um efeito de identidade da mulher política nordestina. Nele, temos uma corporeidade anunciada e traduzida na cor da pele das candidatas e de seus cabelos, temos, ainda, um lugar de deslocamento de sentidos e de embates. Esse deslocamento é um construto forjado e elaborado no discurso midiático que (re)produz uma forma de saber e de dizer de uma realidade sobre as mulheres na cena pública da política no Nordeste.

Observamos que a presença dessas mulheres nos textos analisados, também, representa um lugar de política, por serem candidatas em uma campanha eleitoral ou por estarem na cena de decisões, de estudos e de votações a respeito de questões políticas. Por outro lado, esta presença quebra essa situação representativa, principalmente, quando os

enunciados que discursivizam as candidatas subvertem sentidos, em um movimento contrário, que migra do espaço público para o privado e, com isso, instituem uma “cisão” com o lugar político, ou quebram uma ordem de discursos que emanam deste espaço. Isso se associa a uma herança sócio-histórica que atravessa o discurso político e suas representações singularizadas e fronteiriças.

Neste trabalho, assumimos a postura de considerar sexo e gênero uma unidade. Quanto a essas terminologias, Saffioti (2004) nos diz que o primeiro estudioso a mencionar e a conceituar *gênero* foi Robert Stoller (em 1968), mas o conceito não prosperou. Em 1975, Gayle Rubin escreve um famoso artigo, dando origem a uma ênfase pleonástica em seu caráter relacional e “a uma nova postura adjetiva, ou seja, *a perspectiva de gênero*” (SAFFIOTI, 2004, 107-108). Embora não tenha formulado o conceito de gênero, para Saffioti, foi Simone de Beauvoir quem mostrou que só lhe faltava a palavra, pois, em sua famosa frase – “Ninguém nasce mulher, mas se torna mulher” – estão os fundamentos do conceito de gênero. A autora acrescenta que Beauvoir lutou contra o essencialismo biológico – “A anatomia é o destino” –, e enveredou pela ação da sociedade na transformação do bebê em mulher ou em homem. Foi, por conseguinte, a precursora do conceito de gênero.

Para fins de exposição, organizamos esta tese em quatro capítulos que pudessem representar o desenvolvimento desta pesquisa, cujo olhar se sustenta, principalmente, em reflexões sobre a *subjetividade*, a *memória*, o *corpo* e a *territorialidade*. Estas partes são constitutivas de toda uma historicidade que norteia um lugar de mulher na política hoje discursivizado pela mídia. No primeiro capítulo, considerando a busca de compreensão sobre a produção histórica da subjetividade da mulher, principalmente observando a reatualização do espetáculo nos discursos sobre a mulher política, produzimos uma discussão teórica sobre o discurso e a subjetividade. Tal proposta se estende a uma reflexão sobre a noção de identidade na modernidade tardia. Buscamos nas contribuições teóricas de Michel Pêcheux, com o sujeito ideologicamente interpelado no discurso, de Mikhail Bakhtin, que discute a subjetividade no plano do dialogismo, e de Michel Foucault, com a noção de sujeito historicamente disperso, uma elaboração das concepções que constituem as bases teórico-analíticas deste trabalho. Como resultado das discussões sobre a subjetividade, apresentamos, ainda, uma reflexão sobre a noção de identidade na modernidade tardia, sob o ponto de vista teórico de Zigmunt Bauman, Boaventura de Sousa Santos, Stuart Hall e Tomás Tadeu da Silva.

No segundo capítulo, abordamos um breve relato sobre a presença das mulheres na história, desde os tempos mais remotos até a atualidade. Com isso, não buscamos apresentar uma história das mulheres, mas relatar sobre a sua presença e/ou participação na cena do poder político e como essa participação se tornara um lugar de enunciabilidade no movimento de longa duração da história. Sabemos que uma história das mulheres, em algum lugar do passado, já fora produzida, mas registrada nos silêncios dos diários, trancados e escondidos, pois “a narrativa histórica tradicional lhes dá pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública – a política, a guerra – onde elas aparecem pouco” (PERROT, 2005, p. 33). Os historiadores franceses Michelle Perrot e Georges Duby têm destaque nessa busca e no resgate do que foi silenciado por tanto tempo em uma *História das mulheres no ocidente*, obra publicada em cinco volumes produzidos entre 1991 e 1992. Nessa discussão, observamos como o sexo feminino tornou-se um objeto das formas de dominação de uma educação judaico-cristã e como as mulheres tiveram sua história calada, silenciada segundo as medidas patriarcalmente repressoras desse controle. Vemos, assim, como a história e a memória mobilizaram formas invisíveis de um poder que se exerce sobre os discursos da atualidade que, por sua vez, investem sentidos nesse lugar de mulher na política.

No terceiro capítulo, realizamos uma reflexão sobre a noção de corpo em sua historicidade. Apresentamos, também, uma discussão sobre o discurso político na esteira de uma discussão sobre o corpo da mulher. Enquanto objeto de discursividade, o corpo é apresentado e (re)significado, segundo as suas diferentes formas de inscrição e de espetacularização nos enunciados sobre mulheres políticas. Desse modo, temos dois momentos distintos em que buscamos discutir como o corpo intercala um diálogo com a questão da sexualidade nos discursos midiáticos sobre a mulher política, e como estes, o corpo e a sexualidade, constituem uma existência nesses discursos que justifica uma dissimetria entre os sexos, forjando uma identidade da mulher na política. Assim, pensamos que o corpo seja um viés sobre o qual se investe um poder que imprime uma verdade sobre os sujeitos e que traduz práticas discursivas sofisticadas, um poder quase imperceptível, que atua na construção da subjetividade da mulher política.

O quarto e último capítulo é iniciado por uma discussão sobre a ideia espacial de Nordeste e sobre as formas como os discursos midiáticos espelham o imaginário social na construção das identidades de mulheres políticas nordestinas na história. Com isso, realizamos a análise do *corpus*, que nos permite construir uma compreensão sobre as

diferentes configurações discursivas sobre a figura da mulher política nordestina, e observamos como se elabora sua (re)significação. Esse olhar é produzido também sob uma “descrição espacializante dos fatos de discurso”, o que possibilita uma análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados (FOUCAULT, 2010, p. 182). Temos, assim, um recorte espacial-regional, que também é discursivizado e que tem, nos tantos discursos que circulam na imprensa, diferentes modos de visibilidade e de dizibilidade no campo das questões culturais, econômicas e políticas, participando de um cenário social e historicamente construído.

A participação da mulher no espaço político institui o gênero feminino como um efeito de uma formação específica de poder. Este é um tema que tem despertado a atenção de vários pesquisadores que voltaram seu olhar para um movimento da mulher que transita não apenas no espaço doméstico, mas também no espaço do público político que, de algum modo, ainda não reconhece a mulher como um estatuto de “pertencimento” a esse “lugar de homem”. Os espaços construídos como genuinamente masculinos constituíram lugares caracteristicamente “estabilizados” e a política, certamente, é um deles. Isso nos instiga a estudar as relações de poder produzidas pelos efeitos de práticas discursivas que traduzem essa presumida estabilidade.

A mulher na política designa uma identidade que ultrapassa limites, uma vez que é efeito de discursos e de construções históricas e culturais. Significar essa identidade, enquanto objeto de discurso político, reconhecer procedimentos discursivos que lhe são constitutivos é relançar um olhar sobre a subjetividade da mulher, a partir de um espaço reservado, específica e historicamente, ao homem.

## 1 ENTRE O DISCURSO E A SUBJETIVIDADE: IDENTIDADES DIFUSAS

*E as mulheres na história? É um balanço impossível, que oscila ao sabor dos dias e dos acontecimentos, entre o otimismo da conquista (“Ganhamos”) e o ceticismo do sentimento de ilusão.*

Michelle Perrot (2007, p. 168)

Ao trazer o tema da subjetividade para esse texto, recordei as aulas de minha orientadora, Maria do Rosário Gregolin, precisamente a aula do dia 28 de junho de 2007, quando assinalou que “a identidade é um feixe de questões complexas que tem uma noção histórica”. Essa afirmação nos conduz a indagar como adentrar nessa complexa historicidade, ou na construção de uma história dos sujeitos.

Se nas primeiras meditações cartesianas, temos o sujeito moderno, centrado em si mesmo, numa dada unicidade, agora, configura-se o descentramento e a fragmentação do sujeito, em meio ao abalo dos alicerces absolutos da racionalidade e à poderosa dinâmica de individualização e de pluralização de nossas sociedades (LIPOVETSKY, 2004). Essa é uma história que não somente revira o passado e se traduz em memória, mas que nos interpela e nos intriga a investigar o que são as identidades na atualidade. Ao longo da história, modelos foram preestabelecidos e forjados à medida que se tornavam obstáculos ante uma pluralidade que contornava as identidades do gênero feminino e masculino.

É nessa busca que nos posicionamos frente às diferentes contribuições que teorizam a questão do sujeito no discurso. Badiou (2002, p. 43) entendendo a condição do sujeito enquanto uma nova categoria filosófica, e associando-a a uma categoria de verdade, delimita-o não como uma substância, um ser, uma alma, “uma coisa pensante”, ele depende de um processo, ele começa e acaba; o sujeito não é um nada, um vazio, um intervalo, ele tem uma consistência, em que se podem determinar seus componentes; o sujeito não é uma consciência, uma experiência, não é a fonte do sentido, e, embora constituído por uma verdade, ele não é fonte da verdade; o sujeito não é variante ou necessário. Nem sempre há sujeito ou sujeitos, para isso, é preciso condições complexas



que são frutos do acaso; o sujeito não é uma origem, não é por haver sujeito que há verdade, mas porque há verdade há sujeito.

Com base nesse entendimento e diante dos estudos com os quais dialogamos aqui, tentamos entender como as singularidades do ser feminino, como qualquer singularidade humana, requer uma contínua (re)construção, uma contínua (re)significação, em meio a fechamentos teóricos que se defrontam com os modelos preestabelecidos. É do ponto de vista da Análise do Discurso francesa que pensamos a linguagem em sua relação com a história, em seus posicionamentos, segundo os enunciados e os discursos sobre identidade.

Abrem-se, assim, possibilidades, permitidas pela AD, de estendermos o nosso diálogo com o ecletismo e a multiplicidade das referências presentes na obra de Bauman (1999, 2001, 2005), com a posição militante de Sousa Santos (2006), por pensar o sujeito a partir da política, em um movimento de regulação e emancipação que norteia a relação do sujeito com o Estado, com Hall (2000, 2006) e Silva (2000) que, sob a perspectiva dos estudos culturais, produzem um olhar sobre a questão da identidade e da diferença, como objeto central da teoria social e de uma política da identidade.

Nesse sentido, como um modo de apresentar um percurso dos estudos sobre a subjetividade na Análise do Discurso francesa, e devido ao tema que elegemos neste trabalho, fizemos uma incursão sobre as propostas teóricas de Michel Pêcheux, Mikhail Bakhtin e Michel Foucault. Segundo esses autores, temos diferentes princípios para análise e entendimento do caráter plural das concepções de sujeito no discurso. Destacamos, contudo, que é na base dos estudos e ideias foucaultianos e no alcance de suas contribuições teóricas que, nessa pesquisa, firmamos o nosso olhar sobre a subjetividade da mulher política, dando-lhe visibilidade segundo a produção histórico-discursiva que a enuncia na mídia.

### **1.1 Pêcheux: da identificação à desidentificação do sujeito**

Entre os anos de 60 e 70, compartilhava-se de “uma convicção de que tudo era político, segundo uma crítica radical trazida por uma filosofia da suspeita, que permitia descobrir e arrancar o científico debaixo de sua ganga ideológico-política” (DOSSE, 2003, p. 377). Na participação desse pensamento e na perspectiva de analisar o discurso político desta época, insurge Michel Pêcheux. O discurso político ligado a práticas históricas e a

ações sociais permitia a Pêcheux a descoberta da dimensão social da luta de classes. Um discurso que se constituía em moldura para uma reflexão sensível à história política da época e em uma ruptura com a imanência do sentido nas suas descontinuidades. Em seu trabalho de formulação e reformulação de conceitos nos diferentes momentos da teoria da Análise do Discurso francesa, Pêcheux traz para a superfície teórica uma reflexão impactante sobre a questão do sentido em sua dimensão política. Seus estudos sobre a constituição do sentido conjugam-se à constituição dos sujeitos situados na historicidade constitutiva das formas do discurso.

Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux considera que assim como há processo de identificação ou contra-identificação, há também uma desidentificação. Desidentificar-se está ligado ao conceito de Formação Discursiva<sup>3</sup>, assim, em um movimento de subjetivação, pode-se ir de uma FD a outra. Quanto a essa questão, Indursky (2005, p. 187) considera que há um entrelaçamento teórico, na teoria de Pêcheux, entre os saberes de uma FD, a forma-sujeito e a identificação que o sujeito do discurso faz com estes saberes, a partir de três tomadas de posição, quais sejam:

*a primeira tomada de posição* aponta para uma *plena identificação* do sujeito do discurso com os saberes da FD que o afeta; ou seja, o sujeito identifica-se plenamente com a FD em que tais saberes estão inscritos. Diria que, neste caso, o sujeito *reproduz* o conhecimento. *A segunda tomada de posição* sinaliza uma identificação com restrições, dúvidas, discordâncias, questionamentos, afastamentos, contestações; trata-se de uma *contra-identificação* com os saberes da FD e sua forma-sujeito; este é o espaço para o surgimento de diferentes posições-sujeito no âmbito de uma FD e é a partir destas novas posições-sujeito que o saber começa a ser transformado e a diferença e a divergência são introduzidas no âmbito de um FD. E a *terceira tomada de posição* marca a *desidentificação* do sujeito com a FD em que está inscrito, ou seja, o grau de divergência é tão grande que o sujeito desidentifica-se com a FD e sua forma-sujeito para indentificar-se com outra FD e, conseqüentemente, com outra forma-sujeito. (INDURSKY, 2005, p. 187. Grifos da autora)

Esta reflexão teórica pensada por Pêcheux convoca-nos a olhar para o sentido, segundo os mecanismos de interpretação dos saberes pelo sujeito. O movimento de identificação, contra-identificação e desidentificação supõe um movimento do sujeito entre

---

<sup>3</sup> Chamaremos *formação discursiva* “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)” (PÊCHEUX, 1997b, p. 160. Grifos do autor).

os saberes produzidos em diferentes FDs. Percebemos que esse pensamento volta-se à anulação, transformação e deslocamentos que contornam a forma-sujeito. O efeito de desidentificação constitui um

*trabalho (transformação-deslocamento) da forma-sujeito e não sua pura e simples anulação. Em outros termos, esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas 'de tipo novo'. (PÊCHEUX, 1997b, p. 217. Grifos do autor)*

Compreendemos que a forma-sujeito, segundo Pêcheux, fundamenta mais um aspecto do estudo materialista do discurso. Com isso, abre-se o olhar sobre como as condições de produção do conhecimento remetem à forma-sujeito, ao primado da prática sobre a teoria, do real sobre o pensamento, segundo as condições político-ideológicas que regem o materialismo histórico. Enfim, é um olhar sobre a mobilidade realizada pelos saberes que circulam de um campo a outro, em movimentos de rupturas, nas FDs e, possivelmente, nas formas-sujeito. Pêcheux, na conclusão de *Semântica e Discurso*, assinala uma observação sobre Foucault, atestando que embora ele apresente, n'A *Arqueologia do Saber*, um extraordinário interesse para a teoria do discurso, ele “‘retrocede’ sobre o que ele mesmo avança, volta à sociologia das instituições e dos papéis, por não reconhecer a existência da luta (ideológica) de classes” (*Ibidem*, p. 254). Foucault procura “um fundamento teórico para os fatos discursivos”, a partir do qual “fornece as fontes teóricas para as refações da Análise do Discurso elaborada por Pêcheux”, sua postura constitui, além de um diálogo, uma inovação no olhar, um duelo do pensamento discursivo (GREGOLIN, 2004, p. 85).

Na construção da teoria da Análise do Discurso, a noção de ideologia tem certa centralidade. É um conceito (re)significado e deslocado de uma concepção da filosofia e das ciências sociais, para ser entendido, na sua definição e funcionamento, no cerne do discurso. Assim, enquanto lugar de materialidade da língua, o discurso se constitui em um novo objeto para a ciência da linguagem, “é o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito” (MALDIDIER, 2003, p. 15).

Partindo do princípio de que “a Ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 85), podemos considerar que inserir Althusser nessa linha conceitual de sujeito é

acrescentar ao sujeito o estatuto de ser ideológico. Ao mesmo tempo em que Althusser considera que a ideologia só existe pelo sujeito e para o sujeito, ele diz que

a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo, e imediatamente, – acrescentamos que a categoria de sujeito não é constitutiva de toda ideologia, uma vez que toda ideologia tem por função (é o que a define) “constituir” indivíduos concretos em sujeitos. (ALTHUSSER, *ibidem*, p. 93)

Nesse sentido, Althusser entende o sujeito como produto de relações imaginárias que centralizam crenças e atitudes determinadas pela e para a ideologia. Podemos falar que os sentidos que são produzidos pelos discursos vão atestar relações que envolvem o sujeito e o mundo, o sujeito e a língua, o sujeito e a história. Ele é um ser socialmente localizado, situado, atua a partir desse lugar e emerge no discurso que não é só seu, mas do que o determina como sendo esse sujeito. Orlandi (2002) observa que é pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito que se inaugura a discursividade. Essa interpelação do indivíduo traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido e a impressão do sujeito ser a origem do que diz. O sujeito como interpelação ideológica, em Althusser (1985), é tido como uma evidência. As práticas discursivas e sociais do sujeito, bem como o reconhecimento dos sujeitos pelos sujeitos, garantem que estes se tornem evidências. Assim,

como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da “transparência” da linguagem), a evidência de que você e eu somos sujeitos – e até aí que não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1985, p. 94)

É nessa proposta teórica que temos, em Althusser, “uma figura nuclear” (GREGOLIN, 2004, p. 34) para os estudos do discurso e para a trajetória de Michel Pêcheux, na construção da teoria da Análise do Discurso de linha francesa, como também de uma teoria não-subjetiva do sujeito, uma vez que temos uma relação estabelecida, na constituição do sujeito, entre o inconsciente (sentido freudiano) e a ideologia (sentido marxista).

Em Pêcheux (1997b), temos a influência de Althusser no entrelaçamento de alguns conceitos que foram constitutivos da proposta teórica da AD francesa, no que diz respeito,

principalmente, às *formações ideológicas*, *formações discursivas* e *condições de produção* do discurso. A tese central de Althusser de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos é um ponto crucial para duas proposições a respeito de sujeito: a primeira versa que “só há prática através de e sob uma ideologia”, a segunda define que “só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (PÊCHEUX, 1997b, p. 149). Os conceitos de *formações ideológicas* e *formações discursivas* seguem, na perspectiva da Análise do Discurso, como indispensáveis para que entendamos como o discurso é construído. Desse modo, Pêcheux (1997b, p. 160) considera que “*as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* nas quais essas posições se inscrevem”.

Segundo essas considerações, podemos entender que a formação discursiva se define pela sua relação com a formação ideológica. É importante assinalar que o conceito de formação discursiva, elaborado por Michel Foucault (2002a) em *A arqueologia do saber*, em 1969, não pertencia ao domínio da AD (COURTINE, 2009). Sua definição voltava-se, precisamente, a uma análise das condições históricas de possibilidade que fizeram que, em um determinado momento, somente determinados enunciados tenham sido efetivamente possíveis e outros não. Foucault (2002a, p. 43) explica o termo formação discursiva da seguinte maneira:

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*.

Acrescente-se, ainda, que dada a importância de seu estudo para a Análise do Discurso, essa expressão *formação discursiva*, tomada de empréstimo por Pêcheux (1997a), é um conceito que

começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estruturalmente fechado, pois é constitutivamente “invadido” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais. (PÊCHEUX, 1997a, p. 314)

De acordo essa afirmação, a formação discursiva é “atravessada” pelo que lhe é exterior, o que, ao mesmo tempo, lhe dá unidade e possibilita, no campo de uma heterogeneidade, a regulação dos enunciados em um mesmo domínio de objetos. São as formações discursivas que asseguram em um campo discursivo as especificidades e regularidades dos enunciados. Desse modo, o discurso pode ser considerado como um produto sócio-historicamente constituído. A partir da posição de analistas do discurso, buscamos compreender o movimento de construção da identidade da mulher política, segundo os discursos produzidos nos textos que circulam na grande mídia, nosso efetivo objeto de análise, bem como as condições de produção destes. Acrescente-se que “a referência às condições de produção designava a concepção central do discurso *determinado* por um ‘exterior’, como se dizia então, para evocar tudo o que, fora a linguagem, faz que um discurso seja o que é: o tecido histórico-social que o constitui” (MALDIDIÉ, 2003, p. 23).

As condições de produção supõem o contexto histórico-social de formulação dos discursos nos gêneros analisados, seus atores e interlocutores, os lugares em que eles se situam e nos quais são vistos, bem como um jogo de imagens que traduzem toda uma história das mulheres na mídia. Segundo Courtine (2009, p. 49), a relação estabelecida entre lugares objetivamente definidos, em uma formação dada, e a representação subjetiva desses lugares, em uma situação concreta de comunicação, propiciaram interpretações nas quais o *elemento imaginário domina ou apaga as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo*. É nessa base de entendimento que a noção de condições de produção pode ser compreendida, em que a linguagem constitui um produto de trabalho e de construção entre os interactantes do discurso, num processo de interação social e, portanto, histórico.

Se associamos os sentidos do discurso a sujeitos social e historicamente localizados, consideramos que os sentidos e os sujeitos se constituem mutuamente, temos um discurso que se significa de maneiras diferentes, dado o movimento de posições a que se remete o sujeito, por viver neste ou naquele lugar, num dado tempo, ocupando estas ou aquelas posições. Essas considerações vêm comprovar que os processos discursivos não poderiam ter origem no sujeito, mas é nele que necessariamente se realizam (PÊCHEUX & FUCHS, 1997a). Partindo desse princípio, Pêcheux (1997b, p. 163) explica a interpelação:

Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

Com essa perspectiva, à noção de sujeito da linguagem será acrescentada a consideração de que o sujeito é aquele que existe socialmente, e de que não temos mais um sujeito origem ou fonte absoluta de sentido. Pêcheux acrescenta que a ilusão discursiva do sujeito consiste em pensar que ele é a fonte, a origem do sentido do que diz. É nessa direção que percorre a observação de Brandão (2002, p. 66), ao acrescentar que

a concepção de um sujeito marcado pela idéia da unidade, do centro, fonte ou origem do sentido constitui para a Análise do Discurso uma “ilusão necessária”, construtora do sujeito. Ela, no entanto, não só se posiciona criticamente em relação a essa ilusão, recusando-se a reproduzi-la como retoma a noção de dispersão do sujeito (Foucault, 1969) ao reconhecer o desdobramento de papéis segundo as várias posições que o sujeito ocupa dentro de um mesmo texto.

Dizer que é através do sujeito que se afirma a voz que vem do mundo, posto que esta voz também é a sua voz, é admitir que ele não age individualmente no processo discursivo, ele age através da história, da sociedade e da língua. Não há como se revelar individualmente, se não for através do mundo. Nessa reflexão, há uma quebra das condições de individualidade do sujeito, pois, uma vez estando no mundo, revela-se dentro de uma diversidade discursiva, realiza-se dentro de relações que se produzem na sociedade. Com isso, por não se confirmar a impressão de ser a origem e o centro do que ele diz, o sujeito não se estabelece como centro do sentido.

Na análise do discurso, o sujeito emerge em diferentes configurações. Pêcheux, Bakhtin e Foucault são trazidos para essa discussão como teóricos que, na multiplicidade de seus conceitos, incluíram um olhar sobre o sujeito e sobre suas formas de discursividade. É partindo desses três autores que tentamos precisar os pontos de contato e de afastamento entre as noções de sujeito que eles empreenderam, tornando mais produtiva tal reflexão sobre esse eixo da pesquisa que é a subjetividade no campo da análise do

discurso. Com isso, damos continuidade à discussão, apresentando Bakhtin e sua proposta de sujeito dialógico.

## 1.2 Bakhtin: do diálogo à subjetividade na AD

A relação de Pêcheux com os estudos de Bakhtin se deu entre distâncias temporais e espaciais, levando-se em conta que é por meio dos trabalhos de Authier-Revuz, com a formulação do conceito de *heterogeneidade*, que se indica “uma via para a análise das relações entre o *fio do discurso* (intradiscurso) e o interdiscurso” (GREGOLIN, 2006b, p. 36). Nesse sentido,

é preciso considerar que, enquanto Pêcheux e Foucault viveram intensamente as lutas políticas da França entre 1960-1980, Bakhtin produziu sua obra teórica em outro tempo e espaço, e, por isso, ele participa da AD como um ‘outro’, uma leitura, uma interpretação. (GREGOLIN, 2006b, p. 35)

Na perspectiva bakhtiniana, o sujeito se relaciona com a linguagem, com outros sujeitos e com o mundo. Conforme atesta Dahlet (1997, p. 82),

o dialogismo bakhtiniano abala, sem dúvida, a concepção clássica do sujeito. O sujeito cartesiano, circunscrito como uma identidade permanente, por ser já de início solidário de seu pensamento, explode em Bakhtin, através do sujeito kantiano, numa partição de vozes concorrentes, já que ele se acha, a partir de então, solidário das alteridades de seu discurso.

A noção de *interação* torna-se central e determinante na teoria bakhtiniana sobre o sujeito. O sujeito é produto de práticas sociais e está sempre em vias de se fazer, não sendo, desse modo, algo completo. Ele é uma construção que acontece através do Outro. Nessa visão interativa, Bakhtin (2003, p. 300) concebe que

o falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto do seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento do dia-a-dia) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc. (no campo da comunicação cultural).



Nega-se, com base nessa afirmação, o monologismo no ato da comunicação. O Outro toma forma importante no interior do discurso, toma estatuto de interlocutor. Assim, a exterioridade entra em cena e define, também, esse espaço discursivo em que o sujeito se instaura heterogeneamente. O discurso é lugar constituído e entrelaçado por várias vozes que se cruzam e se imbricam na enunciação, é a instituição polifônica que atesta o lugar, o outro e o próprio enunciado discursivo. Assim,

o discurso do outro, desse modo, tem uma dupla expressão: a sua, isto é, a alheia, e a expressão do enunciado que acolheu esse discurso. Tudo isso se verifica, antes de tudo, onde o discurso do outro (ainda que seja uma palavra que aqui ganha força de um enunciado pleno) é citado textualmente e destacado com nitidez (entre aspas): os ecos da alternância dos sujeitos do discurso e das suas mútuas relações dialógicas aqui se ouvem nitidamente. (BAKHTIN, 2003, p. 299)

A subjetividade tem identidade alheia e o enunciado resulta de um “acolher” uma possibilidade discursiva. Nem o sujeito nem o enunciado são adâmicos, ou seja, a origem do discurso (sujeito e enunciado) já acontece antes de qualquer interlocução. Essa perspectiva dialógica da língua e do discurso é retomada na leitura que Authier-Revuz faz de Bakhtin. Articula-se, nesse sentido, o conceito de dialogismo com o de heterogeneidade da linguagem. Contraria-se, com isso, a concepção de um discurso uno, homogêneo ou original. Desse modo, todo discurso é heterogêneo, uma vez que o sujeito do discurso é heterogêneo, pois divide seu espaço com o Outro. Para Brandão (2002, p. 50), “a manifestação dessa heterogeneidade está na própria superfície discursiva através da materialidade lingüística do texto, de formas marcadas que vão das mais explícitas às mais implícitas, das mais simples às mais complexas”.

A heterogeneidade, segundo Authier-Revuz (1998, p. 177), “pode ser mostrada no discurso ou constitutiva do discurso”, o que traduz o princípio dialógico de Bakhtin, ao considerar um sujeito socialmente construído e organizado a partir do outro. Dando extensão ao conceito de Bakhtin, Authier-Revuz (2004, p. 69) atesta que

todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”. O *outro* não é um *objeto* (exterior, *do qual* se fala), mas uma condição (constitutiva, *para* que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso.

A autora observa a relação de um discurso com outros e com o discurso do outro como não exterior ao discurso, mas inerente a ele. O discurso é carregado de diversos outros discursos e isso autentica a heterogeneidade que sustenta, comporta e constitui outros discursos no interior do próprio discurso. Podemos acrescentar, nesse percurso, as considerações esclarecedoras de Tezza (1997), realçando o postulado bakhtiniano sobre a subjetividade:

eu só posso me imaginar, por inteiro, sob o olhar do outro; pelo princípio dialógico, que, em certo sentido, decorre da exotopia, a minha palavra está inexoravelmente contaminada do olhar de fora, do outro que lhe dá sentido e acabamento. Em suma, no universo bakhtiniano nenhuma voz, jamais, fala sozinha. E não fala sozinha não porque estamos, vamos dizer, mecanicamente influenciados pelos outros – eles lá, nós aqui, instâncias isoladas e isoláveis – mas porque a natureza da linguagem é inelutavelmente dupla. (TEZZA, 1997, p. 221)

Os conceitos de Bakhtin levam-nos à reflexão sobre uma série de características próprias da linguagem que não foram consideradas pelas principais escolas linguísticas do século XX, principalmente no que toca à questão da heterogeneidade e da polifonia concernente às noções de sujeito e de discurso. Dessa forma, a teoria bakhtiniana sobre a natureza dialógica da linguagem foi uma grande contribuição para os estudos do discurso, ao acrescentar-lhes conceitos como dialogismo e polifonia. Esses termos se correspondem e se entrelaçam para a constituição da definição das diferentes vozes instauradas num discurso. Marchezan (2006, p. 123) reitera que “a essa perspectiva, interessa não a palavra passiva e solitária, mas a palavra na atuação complexa e heterogênea dos sujeitos sociais, vinculada a situações, a falas passadas e antecipadas”. Brait (1997, p. 98), em suas investigações sobre Bakhtin e a natureza dialógica da linguagem, observando a natureza polifônica do eu, indica que

o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se, ainda que não possam ser confundidos, uma vez que Bakhtin vai falar do eu que se realiza no nós, insistindo não na síntese, mas no caráter polifônico dessa relação exibida pela linguagem.

Essas considerações atestam que todo discurso se constrói pela relação com outros discursos. É essa exterioridade que exerce o papel constitutivo do discurso, uma vez atrelado e fundado em um momento histórico-social determinado, temos um cruzamento ou uma relação de palavras e discursos que se constituem num dado momento ou em dado espaço que ocupam. O sujeito passa a ser atividade constitutiva dos discursos, que já não reclamam por um fundamento unívoco, mas que são constituídos ou produzidos numa instância significativamente histórica e social, que se realiza no nós. Nesse sentido, Brait (2006, p. 22-23) reitera que o pensamento bakhtiniano observa

a linguagem não apenas no que ela tem de sistemático, abstrato, invariável, ou, por outro lado, no que de fato tem de individual e absolutamente variável e criativo, mas [...] na combinatória dessas duas dimensões, como uma forma de conhecer o ser humano, suas atividades, sua condição de sujeito múltiplo, sua inserção na história, no social, no cultural pela linguagem, pelas linguagens.

Essa natureza compreensiva da interação dialógica e a correspondência entre os usuários das palavras nos situam no tempo. Bakhtin leva-nos a entender que o próprio discurso nos dá princípios que caracterizam a historicidade do sujeito. Nessa historicidade, temos o caminho que nos conduz ao espaço que o sujeito ocupa, ao momento que ele vive, ao grupo social ao qual pertence, a um sujeito constituído e povoado por vozes que o caracterizam e o constroem. Os discursos que tratam da relação entre a mulher e a política marcam um diálogo instaurado em nossa reflexão. Com isso, temos o sujeito “da consciência dialogada, constituída com a voz do outro e, assim, marcadamente social. A identidade do sujeito se processa por meio da linguagem, na relação com a alteridade. Tal é a importância da linguagem” (MARCHEZAN, 2006, p. 123).

A inserção da mulher na política, na percepção do discurso midiático, traduz o curso de uma caravana em longa jornada que, por se realizar no terreno do outro, passa sobre veredas e penhascos, por se enunciar no terreno alheio da mídia. Com isso, entendemos que a mídia influencia a forma de se pensar a política, promovendo uma “espetacularização da política” que transforma tanto o aspecto material quanto o aspecto semântico dos enunciados políticos (GREGOLIN, 2006a, p. 28).

Em nossa análise de dados, há um diálogo entre os sujeitos e o seu estatuto de verdade, entre mulheres políticas e mídia. Não há um mero intercâmbio entre palavras, mas uma comunicação que se desenvolve no discurso que se constrói e, a partir do qual, constroem-se os sujeitos do discurso em aproximações interativas e dialogais. O sujeito, aqui, tem densidade social e é determinado por esse descentramento. Com isso em cena, já se encontra a exterioridade que funda o sujeito no discurso.

A mulher, enquanto sujeito interpelado pelos discursos do campo político, se vê frente a uma história dessa posição em estado de instabilidade. Identificar-se se torna uma premência frente à dispersão dos enunciados políticos que permeiam o discurso sobre mulheres políticas e que contornam as suas singularidades. Esses enunciados, apesar de obedecerem a certas regularidades, não se desfazem do compromisso em denunciar os posicionamentos existentes nos discursos e as correlações e transformações realizadas no processo de construção da identidade da mulher política.

É com esse pensamento que iniciamos a discussão com Michel Foucault sobre a subjetividade. Sabemos que, na perspectiva foucaultiana, a noção de sujeito, tem um relevante papel, pois, para ele, o edifício do poder ou a forma como as verdades vão sendo construídas tem um ponto de ancoragem no sujeito. A existência da verdade atrela-se à existência do sujeito para iluminá-lo e lhe dar beatitude, é na verdade e no acesso à verdade que há alguma coisa que completa o próprio sujeito e que o transfigura (FOUCAULT, 2004a, p. 21). Esta verdade divide historicamente o lugar feminino do lugar masculino, as conjunções e as disjunções que diferenciam naturalmente os mundos do homem e da mulher através das práticas discursivas do poder político. Daí não ser possível entender a identidade da mulher política sem mergulharmos na relação sinuosa entre o discurso e a história, entre o discurso e a subjetividade que, também, é povoada por outros discursos, à margem dos lugares incertos em que se situam seus sujeitos.

A subjetividade feminina, dessa maneira, se (re)inscreve na identidade da mulher política e denuncia o trabalho descontínuo que envolve as individualidades na sociedade, a partir de acontecimentos singulares suscitados pelos discursos e provocadores de outros, no exercício da função enunciativa que, em suas movências, fazem emergir as práticas discursivas. É por compartilhar esse pensamento, que tornamos Michel Foucault um cerne para nossos posicionamentos acerca do sujeito do discurso nesta investigação.

### 1.3 Foucault: da forma panóptica do discurso à dispersão do sujeito

A obra de Foucault, para a maioria dos estudiosos, divide-se em três partes significativas, quais sejam: a *arqueologia*, a *genealogia* e a *ética e estética de si* (a *governamentalidade*). É nesta última fase que procuraremos centrar este trabalho, uma vez que é nela que se apresenta, de forma mais acentuada, a preocupação de Foucault com os processos de subjetivação. Entretanto, a obra de Foucault tem organicidade e não pode ser olhada de forma fragmentada, pois seu grande tema, nos três momentos em que tradicionalmente a crítica divide sua obra, é a questão do sujeito. Assim, se no momento arqueológico seu trabalho procura entender como os saberes objetivaram os sujeitos e, se no momento genealógico procura entender como determinadas práticas divisoras classificam os sujeitos, na última etapa de sua obra a grande questão é entender como as práticas de governamentalidade produzem subjetividades.

Assim, em Foucault, encontramos a história do sujeito e de seu estabelecimento e instituição diante dos saberes, dos poderes e das práticas subjetivadoras. Por isso, Foucault servirá de eixo central em nossa pesquisa, pois, com ele, temos um novo viés de afirmações quanto ao sujeito no discurso. Diferentemente do veio central das propostas de Pêcheux, Foucault (1996, p. 26-27) questiona a noção de sujeito em Althusser, ao objetar o conceito marxista de ideologia que ele significa como

uma espécie de elemento negativo através do qual se traduz o fato de que a relação do sujeito com a verdade ou simplesmente a relação de conhecimento é perturbada, obscurecida, velada pelas condições de existência, por relações sociais ou por formas políticas que se impõem do exterior ao sujeito do conhecimento. A ideologia é a marca, o estigma destas condições políticas ou econômicas de existência sobre um sujeito de conhecimento que, de direito, deveria estar aberto à verdade.

A partir de discursos que são tomados como verdades, há um processo de imposição que forma ou constitui o sujeito, fazendo-o ser o que é. Porém, a ideologia como estigma deverá ser superada pela condição do sujeito como instigador aberto à verdade do conhecimento.

A subjetividade constitui, assim, um lugar de discurso, ou, como sugere Foucault, um campo discursivo. Torna-se indispensável somar a essa reflexão as noções de enunciado e de arquivo. Enquanto unidade elementar do discurso, o enunciado, para Foucault (2002, p. 99) “não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza

um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”. É em sua relação com as práticas que fazem surgir uma multiplicidade de enunciados como acontecimentos regulares que o conceito de *arquivo* tem o seu espaço entre as concepções foucaultianas. Para Foucault (2002a, p. 149), “o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. Podemos considerar que o arquivo é o que define o modo de atualização do enunciado, bem como o sistema de seu funcionamento. É o arquivo que permite as condições de possibilidade de aparecimento do enunciado e as suas correlações com outros enunciados.

Conforme Sargentini (2004, p. 88),

Foucault atribui ao conceito de arquivo o vínculo imediato ao sistema da enunciabilidade, às regularidades específicas inscritas nos textos. Porém, ele não propõe uma análise aplainada dos textos para buscar as regularidades e as relações; ao contrário, considera o valor do arquivo não em sua unificação, mas na especificidade de cada texto, na representatividade que este sinaliza no arquivo.

Buscamos, neste trabalho, compreender nos enunciados o que sistematiza as condições históricas do seu aparecimento e o que faz com que esses enunciados constituam uma dada regularidade que lhes é própria e que rege sua formação, suas singularidades e suas transformações, enquanto acontecimentos discursivos. Nos diversos gêneros discursivos analisados, temos uma regularidade de enunciados relacionados à situação ou à atuação política de candidatas ou de chefes do poder executivo. São discursos que têm como tema as mulheres políticas, concebendo-lhes um lugar de objeto de conhecimento e colocando-as em um grande arquivo da história do feminino, segundo determinadas formas de apropriação e de dizibilidade dos enunciados.

Nesse sentido, Sargentini (2008, p. 132-133) reitera que

trabalhar com a noção de arquivo exige do analista que o material em análise receba uma leitura que traga à tona dispositivos e configurações que permitam flagrar o sistema de formação e transformação dos enunciados a partir da diversidade de textos, de um trajeto temático ou ainda de um acontecimento.

Deparamo-nos, no curso dessa pesquisa, com um arquivo de referências que (re)significa e enuncia, em notícias, reportagens e outros gêneros discursivos, a

“experiência” da mulher na política e demarca a sua inserção na história da atualidade. Com isso, pensamos o sujeito “como um objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores” (REVEL, 2005, p. 84).

Em seu trabalho genealógico sobre a *História da Sexualidade*, Michel Foucault salienta a primazia da prática sobre a crença, por meio da organização e da regulamentação do tempo, do espaço e dos movimentos de nossas vidas cotidianas, nossos corpos são treinados, moldados, e marcados pelo cunho das formas históricas predominantes de individualidade, desejo, masculinidade e feminidade (BORDO, 1997). Courtine (2006, p. 123) acrescenta que os interesses intelectuais de Foucault mudam após maio de 1968 se transformam: à arqueologia se substitui a genealogia como método e os saberes são rearticulados de maneira mais próxima ao poder. “A obra de Michel Foucault introduz uma perspectiva original a respeito da historicidade do sujeito, visto como um ponto de convergência entre poderes, formações discursivas, dispositivos de produção, de controle e de agenciamento libidinal” (KEHL, 2008, p. 33). Segundo Foucault (2005, p. 29), “o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram”.

Com isso, temos um novo viés de afirmações quanto ao sujeito no discurso e por esse viés pensamos a questão da identidade na relação do sujeito consigo mesmo e com a própria sexualidade. O’Brien (2001, p. 56) enfatiza que, para Foucault, a sexualidade e sua promessa de satisfação do eu não são liberações, mas, ao contrário, opressões de uma tradição cristã. “O próprio sexo, distinto da sexualidade, tornou-se um produto do discurso, não ‘a coisa em si’. Essa análise é uma assombrosa inversão que tem por objetivo realçar, através das diferenças, a transformação dos discursos”. Marca-se, assim, no jogo discursivo, uma ruptura com os pontos de vista universalizantes sobre a subjetividade. Isso envolve, inevitavelmente, uma relação do sujeito com um poder que recai e se instaura sobre si mesmo e sobre os outros.

O sujeito ocupa uma posição ou posições identificadas por discursos tomados como verdades. Temos, assim, a dispersão como marca que vai caracterizar simbolicamente o sujeito. Foucault, considera que

as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de *um* sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. (FOUCAULT, 2002a, p. 61)

Essa concepção da subjetividade como dispersão nos reporta ao jogo discursivo instaurado na relação entre imprensa e memória. Os sujeitos estão nesse lugar de discurso, desempenhando posicionamentos determinados pelo lugar que ocupam. Esse jogo de relações instaura um lugar de discurso, um campo discursivo e, no interior dele, torna-se necessário compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação, determinar as condições de sua existência e o estabelecimento de suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, mostrar que outras formas de enunciação exclui (FOUCAULT, *ibidem*, p. 31). Seguindo esse pensamento, a mulher política não é somente uma função dentro das práticas sociais que a constituem. Ela é construída e é resultado dessa construção no discurso, que nem é uniforme e nem oriundo de uma única fonte, mas constitui-se numa dispersão de enunciados. Com isso, podemos entender que a mulher política é produto de uma história da sociedade construída na base de diferentes práticas discursivas. Quanto a essa questão, Gregolin (2004, p. 59) observa que

pensando o “sujeito” como uma fabricação, uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas, é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault observa as mudanças nos saberes e sua conseqüente articulação com os poderes. Para Foucault, o sujeito é o resultado de uma produção que se dá no interior do espaço delimitado pelos três eixos da ontologia de presente (os eixos do ser-saber, do ser-poder e do ser-si).

Foucault (1984, p. 137) chama de subjetivação o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais exatamente de uma subjetividade, que provavelmente é uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si. Segundo Revel (2005, p. 85),

o problema da subjetividade, isto é, ‘a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo num jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo’, torna-se então o centro das análises do filósofo: se o sujeito se constitui, não é sobre o fundo de uma identidade psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimento, ou ainda por técnicas de si.

Para Foucault, portanto, a *subjetividade* é uma fabricação gerida por meio de práticas que envolvem os saberes, os poderes e o si. Com base nessas considerações, entendemos que as mulheres públicas estão sempre envoltas em um jogo de verdades



instituídas e impostas a elas. Ocupar cargos políticos é também ocupar um lugar de discursos, de construção de identidades, de relações de poder segundo as formas como se constituem esses discursos na grande mídia. Para Foucault (1996, p. 10), diante desse jogo que envolve poder e lugar social, poderíamos ver, através da história, “a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história”.

Neste trabalho, a concepção foucaultina de sujeito é muito produtiva, pois temos um conceito dinâmico, apontando para o caráter de diversidade do sujeito, de pluralidade constitutiva do eu. Assim, perdemos, sem prejuízos, o que se concebia como sujeito unitário. O sujeito, no olhar foucaultiano, incorpora posições histórica ou socialmente assumidas e, a partir delas, vê o mundo e se mostra em imagens, em conceitos, enfim, em discursos materializados em suas práticas discursivas. Foucault “procurou minar os pressupostos de uma disciplina que ainda circunscreve em guetos as histórias das mulheres, homossexuais e minorias, uma disciplina que, na maioria dos casos, ainda entende o poder como atributo de uma nação ou classe” (O’BRIEN, 2001, p. 60). É nessa trama, que envolve diferenças, lugares, posicionamentos discursivos e poder, que se constitui a mulher política, na rede do discurso e na base de uma sociedade midiaticizada. Foucault (2004a) entende que as relações de poder estão na base de toda relação social, em sentidos opostos, porque, ao mesmo tempo em que asseguram a homogeneidade nas regularidades, oportunizam os conflitos gerados pelos sujeitos nos momentos em que questionam a posição que ocupam no discurso e as relações sociais desiguais.

Temos, nessa abordagem teórica, a negação de uma ‘consciência de si’, pois a dispersão configura um sujeito marcado pelos outros e não por um *si* essencialista. O eu, determinado pelo social, é um dos argumentos contrários à consciência de si. Partindo dessas considerações, observamos a relação do sujeito com a esfera midiática, na dimensão expressa pela imprensa. Em uma atividade discursiva que situa a mulher política, segundo as interpretações de seu mundo, de suas imagens, de seu corpo, enfim, de sua identidade, temos as diversas práticas discursivas que, em meio à diversidade ou contradições de discursos, estão, na política, asseguradas pela relação dissimétrica entre homens e mulheres.

Assim, como em Foucault, o sujeito “é o seu objeto, seja enquanto objeto de saber, seja enquanto objeto do poder, seja enquanto objeto de construção identitária”

(GREGOLIN, 2004, p. 58), enviesamo-nos por esse caminho, na busca de realizarmos um olhar sobre as relações exercidas nos deslocamentos da mulher política na mídia, especificamente, sobre as configurações admitidas e acolhidas no produtivo lugar discursivo da imprensa. Se partimos do conceito foucautiano de discurso, enquanto produção de saberes que compõem a *episteme* de uma época, buscamos entender como os discursos sobre as mulheres políticas constituem uma narrativa, segundo as injunções de sentido que estabelecem uma “natureza” da sexualidade feminina, que não apenas identifica, mas que perpetua a presença da mulher na história. A mídia produz um efeito de desnudamento e de exibição da feminilidade e rememora diferentes representações do poder das mulheres. Segundo Perrot (2006, p. 168),

essas representações são numerosas e antigas, mas muitas vezes recorrentes. Elas modulam a aula inaugural do *Gênesis*, que apresenta a potência sedutora da eterna Eva. A mulher, origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno da ordem e da razão lúcida, é um grande tema romântico, e, em particular, de Mozart a Richard Wagner, da Ópera. Em *Parsifal*, a busca da “salvação consiste em exorcizar a ameaça que a mulher representa para o triunfo de uma ordem dos homens”.<sup>4</sup>

Podemos, nesse sentido, precisar esse jogo de poder como um jogo de discursos que dão relevo à aparência da mulher pública, que deslocam seu corpo a uma centralidade da qual emanam representações de uma identidade feminina na política.

Foucault defende que a historicidade governa as relações entre os sexos, construção social que evoca o “gênero” (*gender*) – ele nunca emprega esta palavra – da pesquisa americana e eixo fundamental da história das mulheres. Foucault rompe resolutamente com o eterno feminino dos médicos e dos biólogos cujos discursos, nos séculos 18 e 19, reforçavam a sujeição das mulheres a seu corpo e a seu sexo, considerando que não existe o ser mulher e que não há ‘norma’ da conduta das mulheres: a maternidade não constitui sua imutável missão (PERROT, 2005). Elas não têm a vocação única para a reprodução que as fixava em um tempo imóvel quase fora da história.

Foucault acrescenta, ainda, que o nascimento das mulheres na narrativa histórica supõe a ruptura com esta visão antropológica. É ele quem contribui para este difícil parto,

---

<sup>4</sup> Cf. MICHAUD, S. *La Muse et la Madone. Visages de la femme rédemptrice en France et en Allemagne de Novalis à Baudelaire*, 1983, tomo II, p. 737 *apud* PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

considerando que “a identidade pode ser um modo de prazer ou de luta: não uma ‘regra ética universal’” (FOUCAULT, 1994 apud PERROT, *ibid*, p. 501), e recusando aceitar o fato de que o indivíduo poderia ser identificado com e através de sua sexualidade.

Considerar como as mulheres são ‘produzidas’ na definição variável da feminilidade renova o olhar lançado sobre os sistemas educativos, seus princípios e suas práticas. Neste sistema, o lugar da família e do corpo é essencial. Foi por esse viés que as mulheres foram reintroduzidas no diagrama de forças que constituem as disciplinas. [...] Mas resta muito a fazer para compreender as formas de sua adesão, de sua adaptação ou de sua recusa, para captar seu próprio papel na modificação do curso das coisas. As grandes descontinuidades que marcam a história das mulheres e das relações entre os sexos estão ainda por delimitar, por descobrir. Quanto à história das sexualidades femininas, sob todas as suas formas tão ricas e tão pouco exploradas, ela continua a ser um imenso jardim secreto. (PERROT, 2005, p. 502-503)

Essas considerações entreveem que há um dispositivo de sexualidade em torno do qual se escreveu uma história da mulher na sociedade, em enunciados que produziram, também, sua visibilidade. Esta permanece em contínua (re)produção, ela se repete, se refaz e prossegue no cruzamento de práticas discursivas e nos deslocamentos que (re)significam a mulher política. Pensamos, aqui, nessa (re)significação e questionamos a produção dos enunciados que constroem imagens cristalizadas, representativas de um essencialismo feminino, teoria que postula uma essência unicamente feminina, biologicamente determinada, da qual se subtrai toda e qualquer perspectiva cultural de entendimento.

Assim, temos assentados, nas bases teóricas dos estudos foucautianos, os conceitos com os quais trabalhamos em nossas análises. Tais conceitos, definidores de uma noção de sujeito e de subjetividade, foram basilares para outros estudiosos, em diferentes áreas, pensarem o tema da identidade na modernidade tardia.

#### **1.4 Sob a extensão do olhar: a identidade na Modernidade tardia**

Entre as diferentes discussões produzidas no meio intelectual sobre a subjetividade, trazemos o olhar de quatro estudiosos para estender e amparar nossas considerações sobre o tema da *identidade*, segundo diferentes concepções de sujeito que ilustraram teoricamente a sua história. Assim como a subjetividade constitui um lugar de saber, a identidade produz um inacabado conceitual e se difunde em teorias que se deslocam.

Partilhando desse entendimento, as concepções de identidade segundo Zygmunt Bauman (1999, 2000, 2001, 2005), Boaventura de Sousa Santos (2006), Stuart Hall (2000, 2006) e Tomás Tadeu da Silva (2000) fabricam um cenário teórico sobre a noção de identidade na modernidade tardia que coloca à prova a solidez de algumas concepções nesse tempo de aberturas e definições.

Zygmunt Bauman, como um pensador que reflete a respeito da fluidez desse novo tempo da contemporaneidade, é o sociólogo que defende uma utopia possível na sociedade líquida<sup>5</sup>. Para ele, com a falência do projeto iluminista, novas reflexões compõem o cenário do debate entre modernidade e pós-modernidade. Trata-se de um momento em que as afirmações passam a ser questionadas e a ambivalência percorre o campo da política, da economia e da subjetividade, é o que contraria o pensamento moderno que se amparava na razão e em uma suposta transparência da vida humana. A existência, na pós-modernidade, é contingente, o que se estende à ambivalência das identidades e às ambiguidades que norteiam os sujeitos. Quanto a essa reflexão, o autor observa que

o impulso para o governo da razão, enquanto se esperou que pudesse ser vitorioso, pôde servir de substituto temporário para a orientação moral. Num mundo em que a pluralidade das ordens e a ambivalência receberam – entusiasticamente ou com relutância – o direito de residência permanente, tal substituto não é mais disponível e o pluralismo resulta numa perda de orientação e no desamparo – amarga ironia para uma era que proclamava a onipotência do homem. (BAUMAN, 1999, p. 243)

Bauman (1999, p. 259) atesta, ainda, que “o verdadeiro problema do estágio pós-moderno não é deixar as coisas ‘darem nos nervos’ enquanto se espera que não lhe recaiam sobre as costas. Sem os punhos de ferro da modernidade, a pós-modernidade precisa de nervos de aço”. Assim, ao propor o conceito de “modernidade líquida”, define o presente como um momento de afirmação por parte do indivíduo no espaço social, é a própria sociabilidade humana vivenciando uma transformação.

Hoje, os padrões e configurações não são mais “dados”, e menos ainda “auto-evidentes”; eles são muitos, chocando-se entre si e contradizendo-

---

<sup>5</sup> A concepção de “pós-modernidade” é bastante complexa. Há estudiosos que a enxergam positivamente e, outros, negativamente. Há, ainda, aqueles que negam a sua existência. Por isso, autores como Bauman preferem usar a expressão “modernidade líquida” ou “modernidade tardia”. Nesta tese, não se toma partido quanto a essa polêmica, apenas se acentua que houve mudanças muito significativas em relação às identidades sociais a partir dos anos 1970.

se em seus comandos conflitantes, de tal forma que todos e cada um foram desprovidos de boa parte de seus poderes de coercitivamente compelir e restringir. (BAUMAN, 2001, p. 14)

Nesse entendimento, a noção de identidade coabita o sentido de pertencimento, termo que atribui a uma suposta “naturalidade” de “pertencer-por-nascimento” a uma nação. Entretanto, considera que esta convenção é arduamente construída e não-natural. Ele acrescenta que não há possibilidade de a identidade e o pertencimento ocuparem uma posição fixa em nossa época líquido-moderna. O indivíduo não pode ser “identificado” de modo inflexível e sem alternativas, pois “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas” (BAUMAN, 2005, p. 19).

Esse fato nos leva a compreender que “à determinação moderna de buscar ou forçar o consenso a mentalidade pós-moderna só pode responder com sua habitual tolerância da divergência” (BAUMAN, 1999, p. 270), pois, para o autor, a identidade é algo inconcluso por se assentar em um campo deslocado de definição e de reconhecimento. Na pós-modernidade, a identidade não se centra totalmente em lugar algum. Bauman entende que nossa existência é fatiada numa sucessão de episódios fragilmente conectados a uma era líquido-moderna, em uma sociedade de bases fluidas e ambivalentes que vivencia uma dinâmica do transitório.

Boaventura de Sousa Santos pensa, a partir da política e segundo uma relação entre sujeito e Estado, que há uma luta constante entre o movimento de regulação e de emancipação das identidades. E, reitera que, embora existam regulações, sempre existirá a possibilidade de singularização, de resistência. O autor observa que as identidades culturais não são rígidas nem imutáveis,

são resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. (SANTOS, 2006, p. 135)

Nesse sentido, a identidade seria um efeito das transformações nos modos de organizar a sociedade. As identificações se firmam na pluralidade, ao mesmo tempo em que, a partir desta, “são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções” (*Loc. cit.*). E, se não há identidades, mas processos de identificação, podemos entender, ao refletirmos sobre o papel da mulher política nas narrativas do discurso midiático, que a mídia se coloca em um alto grau na busca da identificação, transformando, possivelmente, o que é imposição em uma condição de escolha ou de uma suposta vontade que pode ser atendida.

É na sociedade envolta em transformações e em diferentes (des)contextualizações identitárias que estão imersos os sujeitos e suas identificações. Para Santos (2006, p. 146), “torna-se claro que a descontextualização e a recontextualização das identidades são elementos contraditórios do mesmo processo histórico, o que, mais uma vez, põe fim às veleidades evolucionistas da versão liberal da modernidade”. As relações sociais conflituais são protagonizadas por atores individuais e coletivos que se constituem historicamente em sujeitos, em um descontínuo processo de luta. Estes assumem, nesse movimento de mutações, identidades plurais, de onde emergem as singularidades, as resistências e as diferenças dos sujeitos e de suas máscaras.

Stuart Hall soma ao cenário dos estudos culturais sua contribuição pioneira. Ele observa que, contrariando a bem definida e localizada identidade no mundo cultural da sociedade moderna, as identidades na atualidade estão fragmentadas, e se encontram ‘sob rasuras’, em fronteiras menos definidas e menos sólidas. “A identidade é um desses conceitos que operam ‘sob rasura’, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma idéia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (HALL, 2000, p. 104). Assim, a identidade é pensada como uma dispersão, uma pluralidade, escorregadia e móvel na modernidade tardia, há uma perda da estabilidade.

A mídia entra no jogo dessa mobilidade e tenta, de certo modo, estabelecer uma estabilidade, um consenso identitário para os sujeitos. Partindo desse entendimento, observamos os multidirecionamentos do feminino na mídia, na transformação dos discursos, na produção material de uma sexualidade, de um gênero, de poderes. Com isso, temos as identificações que são sexuadas e irrompem na emergência de práticas discursivas historicamente reconhecidas na regulação dos sujeitos. O papel da mulher habita na memória social transitando entre o lugar do privado e do público, da domesticidade e da

política. É um caminho discursivo que transige aos apelos de uma identificação, ele está assentado na estrutura do patriarcalismo social sobre o qual se formulou a identidade sexual feminina. Nesse sentido, Hall (2000, p. 106) define identificação como

um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao jogo da *différance*. Ela obedece à lógica do mais-que-um. E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui.

Com isso, a diferença dá ancoragem à cena social da prática política dos sujeitos, constituindo uma quebra na hegemonia da concepção moderna de identidade.

Hall (2006, p. 34), na perspectiva de seu estudo cultural, elabora uma importante discussão sobre o descentramento do sujeito, situando-o em cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas que não apenas deslocaram a concepção de sujeito moderno, mas romperam com seus discursos. Nesse sentido, o *primeiro descentramento* refere-se às tradições do pensamento marxista, observando que os indivíduos não poderiam de nenhuma forma “ser os seus ‘autores’ ou os agentes da história, uma vez que eles podiam agir apenas com base em condições históricas criadas por outros e sob as quais eles nasceram, utilizando os recursos materiais e de cultura que lhes foram fornecidos por gerações anteriores” (*Ibidem*, p. 34-35).

O autor entende que o *segundo descentramento* surge a partir da teoria do inconsciente descoberta por Freud, segundo a qual nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, “que funciona de acordo com uma ‘lógica’ muito diferente daquela da Razão, arrasa com o conceito do sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada – o “penso, logo existo”, do sujeito de Descartes” (HALL, 2006, p. 36). E, ainda, complementa que “em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento” (*Ibidem*, p. 39). Já o *terceiro descentramento* se deve à figura de Saussure e às suas considerações, segundo as quais nós não somos, em nenhum sentido os “autores” das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua. A noção de identidade, nesse

sentido, entrecruza-se a de significado que é “inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença). Ele está constantemente escapulindo de nós” (*Ibidem*, p. 41).

O *quarto descentramento* irrompe com as contribuições de Michel Foucault, que, em seus estudos, produziu uma espécie de “genealogia do sujeito moderno”. O autor discute as formas disciplinares do poder e as regulações que exercem sobre o indivíduo e sobre o seu corpo. Com isso, os estudos foucaultianos nos fazem compreender “o paradoxo de que, quanto mais coletiva e organizada a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito individual” (HALL, 2006, p. 43). Por fim, Hall cita o *quinto descentramento* que é o impacto que o feminismo, enquanto movimento social dos anos sessenta, exerce sobre a dimensão política e subjetiva da sociedade. Ele discute sobre os questionamentos que esse movimento construiu com base em seu *slogan* “o pessoal é político”. O feminismo, segundo Hall, enfatizou “o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas)” (*Ibidem*, p. 45).

Acompanhando essa linha de reflexão, Tomás Tadeu Silva observa a questão da identidade e da diferença como centrais à teoria social. Situando-se nos estudos culturais, Silva traça um contorno para uma política da identidade, problematizando-a em (des)acordo com a diferença e compreende que “na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição” (SILVA, 2000, p. 73). O autor reitera sua tese da identidade e da diferença, definindo que “da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como auto-referenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe” (*Ibidem*, p. 74). Entendendo que a diferença é um produto derivado da identidade, e estas são inseparáveis e vistas como mutuamente determinadas, Silva observa que

a identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2000, p. 76)



Segundo essas considerações, podemos compreender a importância do processo de produção discursiva e social da diferença, enquanto dados produzidos cultural e historicamente na sociedade. É nesse sentido que Fernandes (2008, p. 35) nos dá um arremate para este capítulo, concebendo que a identidade, por ser “plural, fragmentada e marcada por mutabilidade, integra, ao mesmo tempo em que decorre de, as relações discursivas; logo, trata-se de uma identidade de natureza discursiva, não fixa”.

Antes de concluirmos esta parte de nossa reflexão, podemos retomar, com base nessas leituras, a ideia de “subjetividade” em Foucault, para pensarmos o que seria, para ele, a “identidade”. Poderíamos intercambiar ou equiparar subjetividade e identidade no sentido foucaultiano? Esse é um questionamento que nos instiga a compreender que, para Foucault, “identidade” é um efeito produzido por práticas subjetivadoras, por meio do agenciamento dos saberes, dos poderes e das práticas de governamentalidade. Identidade seria, assim, uma máscara produzida por essas práticas discursivas.

Entendemos que os discursos reúnem posições e oposições teóricas que traçaram o lugar da identidade na pós-modernidade ou na modernidade tardia. É um momento em que repensamos a tradição moderna e a centralidade de seus conceitos, e, com isso, a possível reconstrução de uma concepção de identidade mais fluida nas condições de sua emergência, em meio às práticas políticas, culturais e históricas da sociedade. Essa discussão aclara uma concepção de sujeito historicamente constituído, noção que serviu de alicerce para se pensar a identidade da mulher política na fluidez de seus movimentos de pertencimento e de espetacularização no discurso. É uma reflexão que justifica sobremaneira a produção discursiva da subjetividade da mulher política (re)significada sob as imagens de uma dada territorialidade, observada nas análises dos nossos dados, e de seus movimentos na longa duração da história.

## 2 SOB AS IMAGENS DAS FILHAS DE EVA: HISTÓRIA, MÍDIA E MEMÓRIA

*Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento.*

Michelle Perrot (2005, p. 9)

Neste capítulo, buscamos compreender os discursos sobre a mulher política como um lugar privilegiado da memória. Objetivamos discutir o conceito de memória a partir de contribuições teóricas de autores que versam sobre o seu funcionamento nos enunciados e a sua relação com o campo dos discursos no complexo diálogo que realiza com a história.

Cumpramos acrescentar a essa reflexão uma discussão sobre um outro domínio da história, diverso daquele a que estivera circunscrita e limitada. Esse novo domínio evoca uma nova postura do olhar sobre a produção histórica e traz para o seu centro a idéia de longa duração ou de durações múltiplas, de mentalidade, de séries, de acontecimento, entre outros conceitos, e força o bloqueio que a história tradicional impusera. É em 1929, logo após a Primeira Guerra Mundial, que um grupo de historiadores franceses, liderado por Lucien Febvre e Marc Bloch, institui a Escola dos *Annales*, cujos estudos são basilares ao surgimento da nova história. Segundo as concepções de Fernand Braudel (2009), Le Goff (2001), Ariès (2001) e outros estudiosos, podemos ter uma noção sobre as propostas de uma história nova, cujas abordagens e conceitos são compartilhados nessa pesquisa em sua discussão sobre a mulher na história.

Para somarmos a essa proposta considerações que permeiam o sentido da memória, destacamos o olhar de diferentes teóricos, como Courtine (2009), Pierre Achard (2007), Jean Davallon (2007), Halbwachs (2006), Le Goff (2003), entre outros. Buscamos entender, na interface desse diálogo entre memória e história, caminhos que nos levem a uma reflexão sobre os discursos que forjam uma identidade feminina na política.

Compreender como a memória traduz a história, entre regularidades e deslocamentos, é, também, uma forma de desnudar os discursos sobre as mulheres políticas, cristalizados na grande narrativa da história. São discursos que inscrevem uma identidade, ao irromper no melindroso diálogo, entre mídia, história e memória, na reatualização do presente. Nesse sentido, os enunciados e as imagens, no encaixe de uma memória, nos fazem entrever modos de regulação de uma temporalidade e/ou historicidade que a mídia (des)constrói. A mulher na política é a própria irrupção de uma presença em um lugar que lhe era interdito (PERROT, 1988). Entendemos que essa irrupção constrói efeitos de novidade, que, nos discursos, constitui um procedimento de controle por parte da mídia. São discursos ritualizados e narrados segundo as falas que os retomam e os transformam (FOUCAULT, 2003a, p. 22).

A assunção da mulher na política desloca os discursos sobre uma sexualidade não apenas pautada por sua natureza, mas por se situar na história e nas posições sociais que assume para os sujeitos. Assim, a circunstância da repetição constitui um movimento de memória, um imperativo que é vital a esses discursos nos quais observamos que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 26). Entremeados a essa discussão, trazemos a memória para esta parte do trabalho como a primeira e imprescindível coluna de sustentação dos discursos que analisamos. É importante reconhecer que memória, corpo e territorialidade não têm, aqui, o mesmo estatuto na constituição do discurso. Sabemos que a memória é essencialmente constitutiva do discurso, enquanto corpo e territorialidade são elementos, mais secundariamente, constitutivos, pois não são essenciais à existência de todo e qualquer discurso.

É certo que há uma hegemonia no discurso midiático que circunscreve a identidade da mulher política a um regime de verdade particular, a uma existência multifacetada no vigiado espaço da política. Em outras palavras, os discursos sobre as mulheres políticas irrompem em sua forma panóptica, há um supremo esforço de vigilância sobre a presença da mulher na política e uma interrogação sobre essa prática histórica.

Embora interpelada por essa presença, a história não institui em seus discursos uma quebra de elos com a tradição de uma identidade. Desse modo, indagamos: o que é possível dizer sobre esse “estar” feminino na política? Que enunciados são produzidos, ao mesmo tempo em que submetem outros enunciados à denegação de um dizer que é trazido ou apagado segundo um funcionamento de memória? Para Foucault (2002a, p. 65), trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais,

consequentemente, nem um corpo de verdades, nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica. Os enunciados agenciam a memória e constroem a história, projetando um passado e um futuro, “o enunciado surge ao mesmo tempo em sua materialidade, assume um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se dá a ver nas suas transferências e modificações” (MILANEZ, 2008, p. 198).

A posição da mulher, em seu tempo, constitui um objeto de história, sua experiência na política é narrada, é contada e descrita. Entendemos que esse posicionamento ao mesmo tempo em que marca toda uma filiação com a história, traduz também uma quebra de sucessão com a própria história das mulheres. A temporalidade apresenta-se, nesses discursos narrados sobre a mulher política, de forma complexa. Embora o presente registre essa experiência, ele não se desprende de um passado, há um ponto de inflexão que enuncia o presente, mas que, nesses discursos, não o desprende de um passado. A mídia insiste em marcar essa inflexão, embora entre opacidades de sentido, é possível percebemos que se desenham histórias, quase imóveis ao olhar (FOUCAULT, 2002a, p. 3) e essas histórias não se desprendem de “redes de poder que constituem sujeitos, comportamentos, mas também cortes” (BIROLI, 2008, p. 175).

Ao considerarmos os diferentes lugares midiáticos que discursivizam a mulher na política, voltamos nossa atenção aos deslocamentos de significações que permeiam os enunciados. Apesar de todos os agrupamentos de sentido se perfilarem em uma dada formação, entendemos que é nas frestas dos enunciados que os sentidos emergem colados a um jogo linguístico-imagético, na mobilidade dos deslocamentos dos sujeitos no discurso. Se jogar com os enunciados, compartilhar suas regras de emergência e, possivelmente, seus ‘blefes’ de sentido, é uma premência, estamos em um diálogo com as permissões e com as interdições do sentido que atraem a exterioridade discursiva para os seus dizeres. Que historicidade emerge, então, colada aos enunciados que contam toda uma existência da mulher na política?

## **2.1 À margem de narrativas plurais: a mulher na história**

Para os objetivos desta tese, amparados nos pilares da subjetividade, do corpo, da memória e da territorialidade, é premente compreendermos como a memória é regulada

pelos discursos e como essa regularidade produz uma instauração ou um deslocamento, uma ruptura ou uma estabilidade de sentidos na construção da subjetividade da mulher política na história.

A relação entre sujeito e história constitui o eixo em torno do qual verificamos como a idéia de Nordeste é trabalhada nos enunciados que analisamos sobre a mulher política, na medida em que lançam formulações naturalistas ou culturalistas sobre a sua subjetividade (re)significada no discurso midiático. Neste sentido, para compreendermos como o acontecimento midiático se inscreve ou instaura um tipo de ruptura na memória, lançamos um olhar, em função de seus movimentos lentos e quase imperceptíveis, sobre uma possível história das mulheres, em tempos e espaços mais gerais.

É na perspectiva de uma nova história que as mulheres tiveram o seu lugar. Uma vez invisibilizadas e silenciadas nos cenários da história tradicional, as mulheres constituem uma parcela daqueles que, entre os obscuros e os esquecidos, estavam à margem dos lugares e posições principais dessa história. Para Ariès (2001, p. 156), a história tradicional interessava-se quase exclusivamente pelas camadas superiores da sociedade, por suas elites (os reis, os estadistas, os grandes revolucionários) e pelos acontecimentos (guerras, revoluções), ou pelas instituições (políticas, econômicas, religiosas).

Contrária à conotação política que conduzia a história tradicional, emerge a história das mentalidades, cuja proposta, de amplitude social e econômica, voltava o seu interesse à massa da sociedade, àqueles que permaneciam distantes dos poderes. Temos, com isso, o surgimento de uma nova história, “mais coletiva, estabelecida sem hiato na longa duração, é a história de uma humanidade anônima, com a qual, porém cada um de nós podia se identificar” (ARIÈS, 2001, p. 157). O autor reitera que a nova história das mentalidades voltou sua atenção especialmente às diferenças regionais, tanto quanto às diferenças sociais, bem como aos temas que traduziam uma abordagem mais econômica e demográfica da história. Em outras palavras, há um domínio conquistado pela história das mentalidades que alcança a vida do trabalho, a família, as idades da vida, a educação, o sexo, a morte, isto é, as zonas que se acham nas fronteiras do biológico e do mental, da natureza e da cultura.

Assim, temos um esteio à história das mulheres que, antes anônima e silenciosa, agora toma a sua face observável e discursivizada junto a um cotidiano mais coletivo, em uma história “de ambição humanista, que possibilitava alcançar a vida das massas, a

multidão dos pequenos, dos obscuros” (ARIÈS, *loc. cit.*). De acordo com Le Goff (2003, p. 9), na atualidade, presencia-se o renascimento de uma história-testemunho por intermédio do relato do evento, ligado à nova mídia, ao surgimento de jornalistas entre os historiadores e ao desenvolvimento da história imediata. Sobre essa questão, observamos como a mídia se torna uma peça constitutiva na produção desse testemunho na longa duração da história das mulheres.

A nova história advém da teoria que embasou o nascimento *dos Annales* e suas três gerações de estudiosos. Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores da primeira geração, em diferentes formas de apresentar a história, propunham que se falasse do cotidiano das pessoas comuns. Nessa classificação entra em cena o que Beatriz Sarlo (2007, p. 115) chama de um novo elenco de protagonistas, “os invisíveis do passado, as mulheres, os marginais, os submersos, os subalternos”, homens trabalhadores, crianças, imigrantes etc. Era preciso voltar o olhar para os pequenos fatos do cotidiano para que se chegasse a uma explicação razoável sobre a identidade e as origens da sociedade. Com isso, tenta-se definir uma história nova em diferentes conceitos-chave, dentre os quais é importante destacar o conceito de longa duração.

Para entendermos a longa duração, é preciso atentar primeiramente à noção de curta duração, esse tempo que, segundo Braudel (2009, p. 46), assegurou a história dos últimos cem anos, que, quase sempre política, centrou-se no drama dos “grandes eventos”, e trabalhou no e sobre o tempo curto. Trata-se de um período que consolidou a história tradicional que nos habituou há muito tempo a sua narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto e de tempo breve. O autor relata que “o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações”.

Já a longa duração está na base do que se atesta como uma nova história econômica e social que pode ser considerada, bem além do relato tradicional, e “que põe em questão o passado por longas fatias” (*Ibid*, p. 44). Para Braudel, é possível repensar a totalidade da história a partir das extensões de uma história lenta.

Entre os diferentes tempos da história, a longa duração se apresenta assim como um personagem embaraçante, complicado, amiúde inédito. Admiti-lo no coração de nosso mister não será um simples jogo, a habitual ampliação de estudos e curiosidades. Não se tratará, tampouco, de uma escolha cujo único beneficiário será ele. Para o historiador, ocultá-lo é prestar-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma alteração de pensamento, a uma nova concepção do social. É familiarizar-se com um tempo diminuído, por vezes, quase no limite do

movediço. Nessa faixa [...] é lícito desprender-se do tempo exigente da história, sair dele, depois voltar a ele, mas com outros olhos, carregados de outras inquietudes, de outras questões. (BRAUDEL, 2009, p. 52-53)

Dessa maneira, a longa duração traduz uma ampliação do campo de observação do historiador. Podemos dizer que a história das mulheres constitui um “novo” objeto que se inscreve nessa proposta de análise histórica, ele está em meio a esse campo de observação do historiador, que, por sua ampliação, se tornou indispensável à percepção de uma longa duração e de sua importância na atualidade da escritura histórica.

Michel Foucault (2008, p. 293), ao discutir sobre as relações entre o estruturalismo e a história, reitera sua crítica à maneira tradicional de se fazer história. Com isso, discute a proposta de uma história serial. O autor defende que a história deve ser preferencialmente compreendida como a análise das transformações das quais as sociedades são efetivamente capazes. As duas noções fundamentais da história, tal como ela é praticada na atualidade, não são mais o tempo e o passado, mas a mudança e o acontecimento.

A história serial permite de qualquer forma fazer aparecer diferentes estratos de acontecimentos, dos quais uns são visíveis, imediatamente conhecidos até pelos contemporâneos, e em seguida, debaixo desses acontecimentos que são de qualquer forma a espuma da história, há outros acontecimentos invisíveis, imperceptíveis para os contemporâneos, e que são de um tipo completamente diferente. (FOUCAULT, 2008, p. 291)

O autor esclarece, ainda, quanto a essa questão, que a história não é uma duração, mas “uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros. É preciso, portanto, substituir a velha noção de tempo pela noção de duração múltipla” (*Ibidem*, 293). E cada uma dessas durações é portadora de um certo tipo de acontecimento, este, que não pode ser atingido pelos métodos clássicos ou tradicionais de análise.

Para Dosse (2003), Foucault é o teórico daquilo que se tornou o credo da terceira geração dos *Annales* – a história serial. Para ele, o discurso do historiador deve confinar-se à descrição do objeto, da série, ele se torna arqueologia do saber. É justamente em sua obra *Arqueologia do saber*, que Foucault aplaude a mutação epistemológica que se efetiva na história com os *Annales*. Foucault

reconhecia nela essa obra de decomposição que vinha teorizando desde *As palavras e as coisas*, e que ele aplica em análises históricas concretas, sobre a clínica, a loucura, a prisão e a sexualidade. [...] Após haver feito

descer do pedestal o herói de nossa cultura, ou seja, o homem, o sujeito, Michel Foucault critica o historicismo, a história enquanto totalidade, enquanto referencial contínuo. (DOSSE, 2003, p. 272-273)

Nesse sentido, para Foucault, é preciso que a história renuncie a elaboração de grandes sínteses e se volte à fragmentação dos saberes, acompanhando essa postura, evitam-se as continuidades pelas quais se organizam os discursos. O olhar do historiador volta-se à análise das transformações múltiplas e de suas discontinuidades. Com isso, não há mais centro, apenas estratos. Não há mais motor em uma evolução, mas as discontinuidades nas revoluções. O discurso do historiador deve confinar-se à descrição do objeto, da série, ele se torna arqueologia do saber (*Idem*, p. 275). No lugar da continuidade da evolução histórica, os historiadores lançam o seu interesse pelas discontinuidades entre as séries parciais de fragmentos de história.

Para Dosse (*Ibid*, p. 278), à universalidade do discurso histórico, opõe-se a multiplicação de objetos em sua singularidade, objetos nesses oriundos da exclusão na qual o poder os mantém; “o louco, a criança, o corpo, o sexo vão à desforra contra o mundo da razão que os havia dissimulado”. É na esteira dessa história e no encaço dos silêncios desses objetos que a esquecida história das mulheres entra em cena, ante a dimensão e o imenso barulho da história dos homens. Discursos e imagens cobrem as mulheres como uma vasta e espessa capa. “Como alcançá-las, como quebrar o silêncio, os estereótipos que as envolvem?”, indaga Perrot (2007, p. 25). A autora prossegue, observando que desde o princípio dos tempos, nas grutas da pré-história, onde a descoberta de novos vestígios das mulheres é uma constante, e chegando à atualidade nas revistas e nas peças publicitárias contemporâneas, elas são descritas e representadas.

Para Michelle Perrot (*Ibidem*, p. 141), a história das mulheres tem sua cronologia nem sempre fácil de estabelecer e esse é um ponto que causa embaraços. É uma história que tem seus acontecimentos próprios, diferentes muitas vezes da história política, e mais da ordem do cultural, do religioso, do jurídico e do biológico. A autora considera que a *livre contraceção* seja provavelmente o acontecimento mais importante, o que mais abalou as relações entre os sexos, e começou a “dissolver” a hierarquia entre eles.

‘Um filho se eu quiser, quando eu quiser, como eu quiser’: a conquista da liberdade de contraceção e, ainda mais, do direito ao aborto, não tinha nada de evidente. Constitui o fundamento de um *habeas corpus* para as mulheres (Yvonne Knibiehler). Uma revolução de consequências determinantes para as relações entre os sexos. Talvez o maior



acontecimento de sua história contemporânea. Suscetível de ‘dissolver a hierarquia’ do masculino e do feminino, que parecia, entretanto, uma estrutura simbólica imóvel e universal. (PERROT, 2007, p. 73)

Entretanto, a diferença sexual entre mulher e homem tem sido insistentemente um tema de discussão entre filósofos e historiadores. Para o filósofo grego Aristóteles, a mulher constitui uma monstruosidade da natureza, inevitável porém para a conservação da espécie e, ainda,

difere do homem por participar em menos grau dos poderes da razão (Pol., 1260 a 11-14); portanto, seu lugar é de subordinação ao homem, a este cabendo comandar e a ela obedecer (Pol., 1254b, 13-15; 1259b, 2-10). Por um vínculo constante na tradição, essa desvalorização da dignidade da mulher é acompanhada pela exaltação da família (que, segundo Aristóteles, existiria mesmo que não houvesse sociedade) e das tarefas e virtudes familiares da mulher. (ARISTÓTELES, Pol., 1260 a 29-31, Et. nic., 1162 a 19-27 *apud* ABBAGNANO, 2000, p. 889-890)

Outros vestígios sobre considerações preconceituosas, diríamos, violentas contra a mulher na antiguidade não provêm delas, mas sim do olhar de homens que constroem a sua memória, geram seus arquivos e ilustraram sua história. Para Perrot (2007, p. 17), “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. Eis aí outra razão para o silêncio e a obscuridade: a dissimetria sexual das fontes, variável e desigual segundo as épocas”. Neste sentido, temos na história das ciências grandes pensadores do passado que se referem à mulher de forma depreciativa.

Com base em um texto produzido por Yolanda Polimeni (2009), intitulado *Violência contra a mulher*<sup>6</sup>, podemos citar alguns pensadores da antiguidade e suas considerações sobre o papel existencial da mulher, quais sejam: *Eurípedes*, autor trágico de Atenas, considerava a mulher como “vítima de irremediável inferioridade mental”; *Pitágoras*, filósofo grego que deu grande impulso à matemática, disse que “existe o princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e o princípio mau que criou o caos, a treva e a mulher”; *Aristóteles*, mais uma vez expressando o pensamento comum da época, atestava que “a mulher é mulher, em virtude de uma deficiência, que devia viver fechada em sua casa e subordinada aos homens”.

---

<sup>6</sup> Cf. POLIMENI, Y. *Violência contra a mulher*. Disponível em: <[www.ipepe.com.br/mulher.html](http://www.ipepe.com.br/mulher.html)>. Acesso em: 14 set. 2009.

Séculos depois, *Michel de Montaigne*, escritor e ensaísta francês, considera que “a mais útil e honrosa ciência e ocupação da mulher é a ciência dos cuidados domésticos”. *Schopenhauer*, filósofo alemão, disse que “a mulher é um animal de cabelos longos e idéias curtas”. *Hegel*, buscando na natureza o fundamento do estado de direito, atribui à mulher o estado vegetal e ao homem o estado animal. Em relação a esses julgamentos, aprendemos, salutarmente a fazer ouvidos moucos e relevar essas falhas presentes em tão sábios homens. “Tais mostras de misoginia escrachada viraram piada, o que indica que felizmente perderam muito do seu poder literal” (POLI, 2007, p. 8).

Consideremos, ainda, o processo de criação da mulher, segundo o relato bíblico, como um ardiloso estratagema para a história das mulheres. No livro de Gêneses (2, 18-25), temos o relato da criação, em que:

[...] 18 Disse mais o Senhor Deus: “Não é bom que o homem esteja só: vou dar-lhe uma ajuda que lhe seja adequada”. 19 Tendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todos os animais dos campos, e todas as aves dos céus, levou-os ao homem, para ver como ele os havia de chamar; e todo o nome que o homem pôs aos animais vivos, esse é o seu verdadeiro nome. 20 Deu nome o homem a todos os animais domésticos, às aves dos céus, e a todos os animais selváticos; para o homem, todavia, não se achava uma auxiliadora que lhe fosse idônea. 21 Então o Senhor Deus mandou ao homem um profundo sono; enquanto ele dormia, tomou-lhe uma costela e fechou com carne o seu lugar. 22 E da costela que tinha tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher, e levou-a para junto do homem. 23 “Eis agora aqui, disse o homem, o osso de meus ossos e a carne de minha carne; ela se chamará mulher, porque foi tomada do homem”<sup>7</sup>. (BÍBLIA SAGRADA. A. T. *Gênesis*, 2, 28-25, 1994, p. 50)

A perda do paraíso pelo homem, também, tem a mulher como a grande vilã. Eva, descumprindo a ordem de Deus, toma do fruto proibido, tentando Adão e levando-o a comer do fruto. A arte tratou de interpretar e registrar o relato bíblico e também teve a sua inscrição na história. A narrativa bíblica da criação de Eva, do pecado original e da expulsão do paraíso pode ser vista também nas clássicas imagens artísticas que povoaram as ilustrações de nossas bíblias, livros de história e a construção de nossa formação intelectual.

---

<sup>7</sup> É importante destacar a origem hebraica das palavras homem e mulher. A palavra *mulher* vem do hebraico *Isha*, derivado da palavra *Ish*, homem. No plano morfológico já se tem uma inscrição da diferença, em que a desinência *a* (de)marca uma desigualdade entre os gêneros feminino e masculino. Disponível em: <<http://www.bibliacomentada.com/Busca.aspx?Palavra=disse>>. Acesso em: 30 jul. 2010.



**Figura 1.** *A criação de Eva*<sup>8</sup>



**Figura 2.** *A queda do homem*<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Figura 1: *A criação de Eva* (Michelangelo, 1508-1512) – Detalhe do afresco no teto da Capela Sistina. Disponível em: <[www.artrenewal.org](http://www.artrenewal.org)>. Acesso em: 22 jan. 2010.

<sup>9</sup> Figura 2: *A queda do homem* (Hugo Van der Góes, 1470). Disponível em: <[www.artrenewal.org](http://www.artrenewal.org)>. Acesso em: 22 jan. 2010.



**Figura 3.** *A expulsão de Adão e Eva do Jardim do Paraíso*<sup>10</sup>

Instauram-se, com isso, as imagens e as heranças de Eva, conhecida pela humanidade como a responsável pela perdição de Adão, do homem e, também, de suas representações. Nessas pinturas, Eva é representada de braços estendidos para cima, seja em direção ao “pecado” (para pegar a maçã) ou à clemência do seu criador. Tais imagens a enclausuram na condição de pecadora, de devedora em busca do perdão para suas faltas e “obscurecem” as cores do jardim do Éden, claro em sua criação, e escurecido pelas sombras da queda do homem e da consequente expulsão do paraíso. São imagens que materializam uma memória e a colocam em evidência nas cores que pintam o paraíso perdido pela traição da mulher. Essas fontes jorram para o olhar de quem as procura, e é esse olhar que faz o relato que é a história (PERROT, 2007).

---

<sup>10</sup> Figura 3: *A expulsão de Adão e Eva do Jardim do Paraíso* (Alexandre Cabanel, Séc. XIX). Disponível em: <[www.artrenewal.org](http://www.artrenewal.org)>. Acesso em: 22 jan. 2010.

Como punição do seu “pecado”, o sofrimento convinha à mulher como o que lhe era de direito. Essa edificação discursiva e capciosa da imagem da mulher logrou-lhe uma visibilidade no plano sexual, sua inferioridade lhe era devida diante do sexo masculino. “Trata-se de um relato etiológico cuja finalidade é dar conta da existência da mulher, de seu *status* subordinado e da atração que ela não cessa de exercer sobre o homem” (ALTER, 1981 citado por SCHMITT-PANTEL, 2003, p. 130). A autora acrescenta que o relato bíblico inscreve na história a dupla dependência da mulher: a material, pois ela é criada a partir do homem, e a outra é a existencial, já que é criada para o homem. Estas dependências estão alicerçadas na Escritura, o que conduz a relação entre homem e mulher a uma elaboração, unilateralmente, do ponto de vista masculino.

A cultura judaico-cristã acrescenta a essa história uma imagem da mulher como a perdição do homem e o motivo de seu desterro do paraíso. Com isso, foram-se delineando as condutas de uma natureza das mulheres, inculcando-lhe uma consciência de culpa que permitiu a produção e a manutenção de uma relação de subserviência para com o homem. Desse modo, outros filósofos ligados à Igreja expressam seu pensamento imprimindo na história das mulheres toda a voz da cultura patriarcal da qual somos herdeiros. *Tertuliano*, disse: “Mulher és a porta do diabo. Persuadistes aquele que o diabo não ousava atacar de frente. É por tua causa que o filho de Deus teve de morrer; deverias andar sempre vestida de luto e de andrajos”; *São João Crisóstomo* considerava que “em meio a todos os animais selvagens não se encontra nenhum mais nocivo que a mulher”; *São Tomás de Aquino*, complementa que “a mulher é um ser ‘ocasional’ e incompleto, uma espécie de homem falhado” (POLIMENI, *loc. cit.*); para *Santo Agostinho*, “a mulher é um animal que não é seguro nem estável, é odienta para tormento do marido, é cheia de maldade e é o princípio de todas as demandas e disputas, via e caminho de todas as iniquidades” (BEAUVOIR, 1970, p. 126). Essas são algumas considerações que constituíram um imaginário basilar à problematização da mulher na sociedade. São ideias perpetuadas na história e em diferentes práticas discursivas que promoveram e ainda conservam uma distinção entre o sexo feminino e o sexo masculino. Trata-se de uma distinção sempre retomada que se afirma no social e que determina práticas corporais e suas permissões e proibições.

Perrot (2007, p. 88) comenta, ainda, que as mulheres, geralmente condizentes de seu papel, foram por vezes tentadas pela subversão de um poder religioso que as domina e as nega. O poder dos clérigos e dos príncipes é um poder de homens, misóginos uma vez convencidos da impureza e da inferioridade da mulher, e até mesmo de sua “ruindade”.

Isso explica a atração dessas mulheres para o que Michel Foucault chama de “contra-condutas”. Essas “contra-condutas” explicam o fato de as mulheres serem numerosas em seitas que expressaram a inquietação religiosa no final da Idade Média. Tais seitas questionavam o poder dos clérigos, a hierarquia dos sexos e preconizavam uma maior igualdade de culto. A Inquisição entrou em cena para perseguir aquelas que não tinham vínculo com as ordens religiosas, aquelas que resistiam a acreditar que o amor de Deus passava necessariamente pelos sacerdotes. Como consequência dessa postura, muitas foram condenadas ao fogo purificador das fogueiras.

Podemos observar, também, no que se refere à obra de Aristóteles, que os seus escritos exercem grande influência sobre os teólogos da Idade Média, o que não traz benefício algum à condição da mulher. Para os seguidores do seu pensamento, a mulher é um “macho defeituoso”, o que traduz uma “imperfeição” do seu corpo e “explica as raízes ideológicas da inferioridade feminina, que, de original, se torna natural e corporal” (LE GOFF, 2010, p. 53). Para seu leitor medieval, Tomás de Aquino, essa observação ratifica a inferioridade feminina que não se representa apenas na origem natural de sua criação, mas inscreve-se em seu corpo, em seu sexo diabolizado. Com isso, “a mulher irá pagar em sua carne o passe de mágica dos teólogos, que transformaram o pecado original em pecado sexual” (LE GOFF, *loc. cit.*).

Santo Agostinho considera o corpo feminino mais especialmente pecaminoso, culpando Eva pela queda do Homem, pelo Pecado Original e por muitos outros males. A misoginia de Santo Agostinho é muitas vezes escancarada, como, por exemplo, quando diz: “o homem é a imagem e a glória de Deus” e, por isso, “não deve cobrir sua cabeça”, mas a mulher “não é a imagem de Deus” e, por essa razão “ela é instruída a cobrir sua cabeça” (WILSHIRE, 1997, p. 103). Partindo dessa premissa, entendemos que o véu tem o seu lugar na história das mulheres e uma gama de efeitos de sentido que cobriram suas imagens.

Sobre o uso do véu, Michelle Perrot (2003, p. 22) observa que era muito difundido no Mediterrâneo antigo e adotado pelo cristianismo como marca do pudor feminino, tornado obrigatório para as religiosas, consagradas à virgindade. O véu tem uma história mais longa e um significado muito mais vasto: “é o instrumento e o símbolo da invisibilidade e do silêncio impostos às mulheres em virtude do perigo que se crê que elas representam”. A autora reitera que

as representações religiosas, existentes nas grandes religiões monoteístas ocidentais, adotam essas perspectivas. Segundo o Gênesis, foi por causa da mulher – Eva – que a dor e o sofrimento ingressaram no mundo. É preciso impor-lhe o silêncio. “Uma mulher não deve falar nas assembleias”, diz São Paulo na Epístola aos Coríntios. Os padres da Igreja rejeitam a sexualidade e a carne como impuras e corruptoras. Só a procriação justifica a cópula, sendo a castidade superior ao matrimônio, mesmo o cristão. A mulher é assimilada ao pecado: uma tentadora da qual é mister se defender, reduzindo-a ao silêncio: velando-a. (PERROT, 2003, p. 22)

Jesus Cristo, como parte de um outro lado da história, ao dialogar em público com mulheres, como a prostituta de Magdala, e não apoiando o apedrejamento da mulher adúltera, reconhece uma parte da dignidade feminina e que a mulher tinha alma. Com isso, imprimiu na história um longo e penoso trabalho de resgatar a dignidade da mulher. Ele demonstrou, também, que os preconceitos deveriam ser superados. Na Antiguidade clássica, a mulher sempre ocupou uma posição servil e rasteira, sem vontades ou liberdade de opinião, que em pouco diferia dos escravos (POLIMENI, *loc. cit.*).

Há um dualismo hierárquico proveniente desses discursos que privilegia a Mente relacionando-a à masculinidade e se coloca como preconceituoso ao corpo relacionando-o à feminidade. Essas considerações foram basilares à produção e instauração do pensamento moral. A revolução científica se amarrava ao pensamento de que a Alma e a Mente só podiam se realizar em seres masculinos e que a alma tinha que lutar para subjugar o corpo. Descartes descreveu a Mente humana como um espírito que nada tem a ver com a matéria ou com o corpo. Essas ideias inauguraram a Idade Moderna e produziram, ao mesmo tempo, uma “lista de imagens poderosas, cuja finalidade era a dissociação entre Deus e o corpo, descrevendo este como uma máquina” (WILSHIRE, 1997, p. 101). Pinsky (2007, p. 11) coloca que no século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Assim, elas tiveram que esperar até o final do século XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades. No século XX, descobriu-se que as mulheres têm uma história e, algum tempo depois, que podem conscientemente tentar tomá-la nas mãos, com seus movimentos e reivindicações.

Lipovetsky (2000, p. 24) acrescenta que os modernos legitimaram o confinamento da mulher na esfera privada, ao celebrarem o poder do sentimento sobre ela, definindo-a pelo amor. A ideologia do amor contribuiu para reproduzir a representação social da mulher naturalmente dependente do homem, incapaz de chegar à plena soberania de si.

O superinvestimento feminino no amor traduz o poder aumentado dos ideais de felicidade e de realização íntima; por mais marcado que esteja por um laço de dependência de um em relação ao outro, nem por isso esse fenômeno deixa de ser a expressão do universo individualista moderno. (LIPOVETSKY, 2000, p. 24)

É interessante como esse tema permeia os discursos sobre mulheres políticas. O amor tem sua visibilidade na história das mulheres, enquanto um lugar, uma vocação ou um ideal de vida, praticamente indispensável à existência da mulher na sociedade.

Por outro lado, outros discursos delineiam a feminização na política. A mídia trata de lembrar, em diferentes fontes e suportes a presença das mulheres na política, quando, em seus enunciados, institui regularidades na tentativa de restabelecer o espetáculo, enquanto acontecimento histórico nos discursos sobre mulheres políticas. Dentre as diversas fontes de informação midiática que consultamos nessa pesquisa, encontramos uma explanação de Mathias Mesenhöller (2010), no artigo *O poder nas mãos delas*<sup>11</sup>, em que apresenta um esboço, a partir do qual podemos acompanhar a atuação do sexo feminino e dirigente no poder público, e observar que a presença da mulher à frente do governo de nações data de 3.500 anos na História mundial. Outras informações colhidas de outros lugares midiáticos acrescem-se a esse quadro, conforme vemos a seguir:



***Hatshepsut (1479 a. C.):*** A rainha (1479 – 1458 a. C.) deixou-se imortalizar como um governante masculino através de magníficas construções às margens do Nilo: com barba imperial e toucado de Nemes (como os faraós). O busto de Hatshepsut no Museu Egípcio de Berlim pode ser uma falsificação.

<sup>11</sup> Cf. MESENHÖLLER, M. O poder nas mãos delas. *Geo*. São Paulo, n. 12, abr. 2010. p. 22-41.



**Cleópatra VII (69 a. C.):** Governou com o corpo. Cleópatra (69 - 30 a.C.) seduziu os comandantes militares romanos Júlio César e Marco Antonio. Um terceiro, Otaviano, resiste a seus encantos, e a enfrenta como inimiga de Roma, anexando seu império. A última rainha do Egito comete suicídio com veneno.



**Wu Zetian (690):** Durante os diferentes períodos históricos do Reino do Meio, na China, mulheres governaram no lugar de sucessores enquanto eles eram menores de idade. Mas, além da concubina Wu Zhao (690 a 705), nenhuma ousou usar o título de imperatriz. Seu nome imperial era Wu Zetian.

**Agnes de Poitou (1056):** Regente do Sacro Império Romano-Germânico, entre 1056 e 1062, no lugar de seu filho, o futuro imperador Henrique IV. Até o menino ser sequestrado e ela, destronada.



**Tamar da Geórgia (1184):** Seus conterrâneos a veneram até hoje como a mais competente de todos os monarcas georgianos. A "bondosa rainha" Tamar impressionou por sua habilidade militar, e capacidade de rechaçar inúmeros ataques turcos.

**Isabel I de Castela (1474):** Ela abre o caminho para a Espanha tornar-se uma potência mundial, unifica vastas regiões da Península Ibérica graças ao seu casamento com Fernando II de Aragão, e envia Cristóvão Colombo em suas viagens ao ultramar. Reinou com sabedoria e crueldade. Até seu último suspiro (1504), ela perseguiu implacavelmente judeus e muçulmanos.



**Catarina Sforza (1488):** Para seus contemporâneos, a "Tigresa de Forlì" é a mais bela e corajosa representante de seu sexo: em 1488, ela se vingou sangrentamente do assassinato de seu marido, e depois governa durante 12 anos o Principado de Forlì.

**Margarida de Parma (1559):** Em nome da Espanha, a filha ilegítima de Carlos V e de uma flamenga governa os Países Baixos como regente durante oito anos. Mas não se mostra à altura de uma rebelião. Em 1567, cede o lugar a um homem.



**Maria Stuart (1542):** Viveu uma vida confusa e trágica. Com apenas seis dias de idade torna-se rainha da Escócia (1542-1567); em 1561 assume o governo. Casa-se três vezes e parece ter-se envolvido continuamente em casos amorosos e complôs. Por ordem de Elisabeth I, passa 18 anos encarcerada antes de, finalmente, ser executada.

**Elisabeth I (1558):** Conduz a Inglaterra à "Era Dourada" (1558-1603), transforma Londres em metrópole cultural e rechaça a Armada espanhola. Mais importante: defende ferrenhamente sua própria independência, e recusa todas as propostas de casamento, sob o pretexto de já estar casada com seu povo.



**Maria de Médici (1610):** Graças ao seu dote, o rei da França Henrique IV salda suas dívidas. Mais tarde, governa no lugar do filho, que é menor (1610-1617). Mas o rapaz, exasperado, irá bani-la.

**Nur Jahan (1611):** Em 1611, a persa Mehrunnisa casa-se com o grão-mongol da Índia. Enquanto o marido, viciado em ópio, vegeta até a morte, em 1627, ela controla a corte e o império com pulso firme, e recebe o título honorífico de Nur Jahan, "A luz do mundo".



**Njinga Mbandi (1624):** Quando seu irmão morre, em 1624, ela assume o trono do reino de Ndongo, no território hoje ocupado pela Angola. Com suas táticas astutas, resiste durante anos ao colonialismo português, e luta energicamente contra os europeus caçadores de escravos, embora ela própria comercialize seres humanos.

**Anna da Áustria (1643):** Educadora cuidadosa, regente sábia e política fria. A rainha (1643-1651), procedente da Espanha, entrega ao seu filho Luís XIV um reino bem organizado. O alicerce sobre o qual o "Rei Sol" construirá sua monarquia.



**Cristina da Suécia (1644):** Ela tem apenas cinco anos quando seu pai Gustavo II Adolfo tomba na Guerra dos Trinta Anos. Conscienciosa, assume, aos 18 anos, o Reino da Suécia. Extremamente culta, Cristina atrai sábios e artistas para sua corte (no retrato, René Descartes é o segundo à direita). Após dez anos no Poder, ela renuncia para se dedicar à Arte e às Ciências, em Roma.

**Catarina I (1725):** A serva, um despojo de guerra, é indicada ao imperador como "pequena deliciosa". O czar Pedro I casa-se com ela e transforma seu grande amor em herdeira do trono (1725-1727).



**Madame Pompadour (1745):** Em 1745, o rei Luís XV escolhe justamente uma plebeia como amante. Ele a ouve e ela, extremamente culta e hábil, ascende ao cargo secreto de conselheira do rei, tornando-se uma das mulheres mais poderosas de sua época.

**Catarina II (1762):** Aos 14 anos, esta filha de um general prussiano chega à Rússia. Aos 33, ela derruba seu marido do trono e se torna czarina. Ao longo de 34 anos Catarina ampliou seu Poder até a soberania da Rússia se estender da Crimeia ao Mar Báltico. Envolvida em intensa correspondência com pensadores do Iluminismo, mostra-se como grande reformadora: reorganiza a administração pública, funda escolas e moderniza o código penal.



**Rainha Vitória (1837):** Ela ocupa o trono britânico durante 63 anos (1837-1901), muito mais que todos os seus antecessores, e empresta seu nome a uma época. Ainda assim, a partir de certo momento sua voz obtém repercussão cada vez menor, porque ela é obrigada a se submeter de forma crescente ao Parlamento.

**Imperatriz Tsu Hsi (1862):** Como concubina ela dá ao imperador chinês seu único herdeiro masculino. De 1862 a 1908, Tsu Hsi governa no lugar do filho, e, mais tarde, em nome de seu sobrinho, sem sorte. Sob sua regência o império sucumbe. De forma zombeteira, diz-se que ela só demonstra habilidade para selecionar os cozinheiros da corte.





**Sirimavo Bandaranaike (1960):** "O que ela entende de Política?", muitos se enganam quando, em 1960, a viúva do chefe de governo assassinado do Ceilão torna-se a primeira premier do mundo. Tendo ocupado o cargo por três vezes, ela levou o país à independência.

**Indira Gandhi (1966):** Tem atrás de si a mais poderosa dinastia de políticos da Índia. Seu pai, Jawaharlal Nehru, foi o primeiro chefe de governo do país independente. Como sua secretária e conselheira, Indira aprende os trâmites do poder. Entre 1966 e 1984, ela é por duas vezes primeira-ministra, até ser assassinada por sikhs fanáticos.



**Golda Meir (1969):** Primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra de Israel (1969-1974). Golda é calorosa. E teimosa. "O povo palestino não existe", declara sucintamente. Ela perde a chance de promover conversações de paz e acaba por renunciar.

**Margaret Thatcher (1970):** Em 1970, como Ministra da Educação e Ciência, ela ainda sustenta o governo do primeiro-ministro Edward Heath. Nove anos mais tarde, é ela quem se torna primeira-ministra da Grã-Bretanha, e enaltece as vantagens de sua liderança feminina: "Se precisarem de alguém que profira discursos, peguem um homem. Se houver um problema para ser resolvido, é melhor que perguntem a uma mulher".





**Isabel Perón (1974):** Em outubro de 1973, Juan Domingo Perón é eleito pela terceira vez presidente da Argentina e nomeia sua mulher, nascida María Estela Martínez, como vice-presidente. Mas Perón morre em 1º de julho de 1974. Isabel é rapidamente empossada como presidente. Mas seu governo é considerado como o de um fantoche. Ela se mostra sobrecarregada com as funções inerentes ao cargo.

**Corazón Aquino (1986):** Uma dona de casa filipina faz o mundo prestar atenção. Em nome de seu marido assassinado, ela concorre contra Ferdinando Marcos e prova que uma mulher pode colocar um ditador corrupto para correr, sem se corromper no ofício (1986-1992).



**Benazir Bhutto (1988):** Ela herda a tarefa de seu pai: conduzir o Paquistão à modernidade. "Pinkie" se transforma em uma chefe de governo segura de seu poder (1988 e 1999). Foi assassinada em 2007.

**Mary Robison (1990):** Primeira mulher a se eleger presidente da Irlanda (1990-1997), foi também Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos (1997-2002). Nas eleições presidenciais de 1990, derrotou Brian Lenihan e Austin Currie como candidata independente nomeada pelo Partido dos Trabalhadores da Irlanda e pelos senadores independentes.





**Violeta Chamorro (1990-1997)**<sup>12</sup>: *Presidente da Nicarágua, Violeta entrou para a arena política depois da morte do marido. Em abril de 1990, venceu Daniel Ortega e tornou-se presidente. Foi a candidata da União Nacional de Oposição, uma coalizão de partidos que tentava enfrentar os sandinistas.*

**Kim Campbell (1993)**: *Ela só governa o Canadá durante um verão e até hoje foi a única chefe de Estado na América do Norte. Em 1993, a conservadora renuncia após cinco meses, pois seu partido sofre um grande revés nas eleições para a Câmara dos Comuns.*



**Tansu Çiller (1993)**: *A professora da Faculdade de Economia do Bósforo é a primeira, e até agora única mulher, a ocupar o cargo de primeira-ministra da Turquia (1993 a 1996). Em 1990 adere ao Partido do Verdadeiro Caminho, e apenas três anos depois assume a presidência partidária. Considerada uma dura política reformista, também enfrenta acusações de corrupção.*

---

<sup>12</sup>Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/dilma-se-soma-a-lista-de-mulheres-presidente-na-america-latina>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

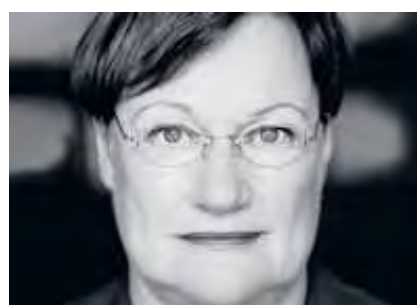


**Mireya Moscoso (1999-2004)**<sup>13</sup>: Mireya foi a primeira mulher a presidir o Panamá. Ganhou as eleições em maio de 1999 e, um ano depois, esteve à frente da entrega, pelos Estados Unidos, do Canal do Panamá ao seu país. Mireya começou sua carreira política depois da morte de seu marido, Arnulfo Arias, três vezes presidente panamenho.



**Vaira Vīķe-Freiberga (1999)**: Moscou, não obrigada! Durante sua presidência (1999-2007) a Letônia ingressa na OTAN e na EU. Ela prefere manter a potência russa, que no passado ocupou seu país, à distância. E provoca o chefe de Estado russo Vladimir Putin, ao falar apenas alemão com ele. Ela aprendeu o idioma após fugir do domínio soviético, em 1944.

**Tarja Halonen (2000)**: Em 1906, a Finlândia torna-se o primeiro país da Europa a conceder o direito do voto às mulheres. Hoje, a Política está firmemente em suas mãos. Durante o segundo mandato de Halonen como presidente (2006), a maioria dos ministérios também foi ocupado por mulheres.



<sup>13</sup>Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/dilma-se-soma-a-lista-de-mulheres-presidente-na-america-latina>>. Acesso em: 10 jan. 2011.



**Glória Arroyo (2004):** É a 14ª presidente das Filipinas, a segunda mulher a se eleger presidente em seu país depois de Corazón Aquino. Em 2004, foi regularmente eleita presidente derrotando o ator Fernando Poe Jr. Em 2005, foi apontada como a quarta mulher mais poderosa do mundo pela revista *Forbes*.

**Julia Tymoshenko (2005):** Depois da "Revolução Laranja", a bilionária do gás torna-se, em 2005, primeira-ministra da Ucrânia e é reeleita em 2007. Tymoshenko combate energicamente a política energética russa.



**Ellen Johnson-Sirleaf (2006):** É a parcela impotente da sociedade liberiana, mães e avós, que a catapulta ao Poder. Na campanha eleitoral de 2005, elas marcham por toda a Libéria, devastada pela guerra, com cartazes que diziam: "Nosso homem chama-se Ellen!". Ela é a primeira presidente livremente eleita da África.

**Michelle Bachelet (2006):** Autodidata e ateísta declarada, ela não se sentiu impedida de tentar a Presidência do Chile. Indício do quanto os tradicionais países católicos da América Latina estão mudando.



**Cristina Kirchner (2007):** Seu marido foi seu antecessor, e também quer ser seu sucessor, é o que os Kirchner entendem por divisão de poder. Porém, em consequência das críticas generalizadas, também Nestor Kirchner aponta os erros de sua administração, iniciada em 2007, o que não produz mudanças no estágio atual de miséria econômica argentina.

**Johanna Sigurdardottir (2009):** É ela quem deve arrancar a Islândia da crise financeira. A mãe de dois meninos é a primeira chefe de governo do mundo que, após divorciar-se do marido, vive abertamente em uma parceria homossexual.



**Jadranka Kosor (2009):** A política dos Balcãs também está se feminizando. Em julho de 2009, o Parlamento da Croácia nomeia a jurista como primeira-ministra do país. Sua promessa: governar a nação "com firme pulso feminino".

***Kamla Persad-Bissessar (2010)<sup>14</sup>***: Eleita primeira-ministra em Trinidad e Tobago, nas eleições de 24 de maio de 2010. É líder da oposição do Congresso Nacional Unido (UNC) e será a primeira mulher a governar o país.



***Laura Chinchilla Miranda (2010)<sup>15</sup>***: A social-democrata Laura Chinchilla Miranda, de 51 anos, se tornou neste sábado, 8 de maio de 2010, a primeira mulher a se tornar presidente na Costa Rica. Seu mandato vai até 2014, depois de ter vencido as eleições do dia 7 de fevereiro com uma ampla margem e substituiu Óscar Arias no cargo, companheiro de partido e de quem foi ministra e vice-presidente.

***Dilma Rousseff (2011)<sup>16</sup>***: Dilma é primeira mulher a assumir a presidência do Brasil. Membro do Partido dos Trabalhadores, eleita em um país de 200 milhões de habitantes e que se perfila como potência global. Burocrata de carreira, Dilma foi ministra de Minas e Energia durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva, que se tornou seu padrinho e mentor e cujas políticas, assegura, irá continuar.



<sup>14</sup> Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Kamla\\_Persad-Bissessar](http://en.wikipedia.org/wiki/Kamla_Persad-Bissessar)>. Acesso em: 20 ago. 2010.

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,laura-chinchilla-toma-posse-na-costa-rica>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/dilma-se-soma-a-lista-de-mulheres-presidente-na-america-latina>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

Esse quadro sinóptico, elaborado a partir de vários textos da mídia impressa e digital, apresenta as mulheres políticas dirigentes de diferentes nações e traz impressas, em seus enunciados, algumas regularidades que podem ser identificadas. Com base na maioria das imagens das presidentas e primeiras ministras, observamos uma repetição gestual corpórea centrada no rosto, principalmente nos olhos e na boca das políticas. Algumas fotografias fecham no sorriso, nos cabelos curtos ou presos, na indumentária discreta, na disposição dos braços e das mãos, no olhar expressivo, em imagens que indiciam a satisfação da conquista, cada uma em seu tempo, em seu espaço, em sua história. Os enunciados que seguem essas imagens também contornam um efeito de espetacularização da mulher na vida pública, principalmente, nas regularidades que anunciam a feminização da política enquanto acontecimento histórico em uma ordem mundial.

Mesenhöller (2010, p. 41) acrescenta que ainda há um longo caminho a percorrer. Em todo o planeta, apenas 20% dos cargos legislativos são ocupados por mulheres. Nas altas esferas administrativas da Europa, sua participação é até significativamente inferior a isso. Desse modo, a distância entre o sexo continua estrepitosa. Partidos como os Verdes, e alguns países, como França e Suíça entre eles, exigiram cotas de mulheres para mandatos políticos. As leis da Noruega, por exemplo, determinam que 40% de todos os conselhos administrativos sejam integrados por representantes mulheres.

E na realidade brasileira, o que tivemos ou temos por aqui? No dia internacional da mulher, no ano de 2010, o provedor Universo On Line (UOL) veiculou a notícia<sup>17</sup> de que as brasileiras encaram um fato amargo e já antigo, apontando que 25 anos depois da volta da democracia e 22 anos após a promulgação da Constituição, que assegurou a igualdade entre os sexos, a participação efetiva das mulheres na política do país ainda beira o insignificante. Como exemplo desta constatação, apresenta o ranking criado pela União Interparlamentar (IPU, na sigla em inglês), uma organização internacional de parlamentos, que coloca o Brasil em 110º lugar entre 140 países em termos de presença de mulheres no Poder Legislativo. Em 2010, o Congresso conta com 45 deputadas federais (8,8% do total) e dez senadoras (12,3%). Este é o segundo pior índice da América do Sul, à frente apenas da Colômbia, que ficou em 113º lugar no levantamento.

Ressaltamos que não buscamos discutir dados estatísticos dessa presença da mulher na política, todavia voltamos o olhar, com certa brevidade, a fim de deixarmos uma

---

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/2010/03/08/professora-e-deputada-criticam-pais-dos-politicos-que-nao-amam-as-mulheres.jhtm>>. Acesso em: 08 mar. 2010.

reflexão a mais em nosso estudo, para a Lei nº. 9.504 de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, cujo Artigo 10, no parágrafo terceiro, estabelece que “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”. Por sabermos que a política é tradicionalmente uma arena masculina, não objetivamos refletir sobre a capacidade de organização ou de defesa de causas políticas pelas mulheres. Entretanto, pensamos ser importante lançar essa breve discussão, partindo de uma referência ao princípio jurídico da igualdade, presente no Artigo 5º, Inciso I, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

Aceitamos, conforme a norma e o princípio jurídicos supracitados, que temos entre eles um ponto de inflexão, pois “a correta interpretação desse dispositivo (da Constituição Federal) torna inaceitável a utilização do *discrimen* sexo, sempre que o mesmo seja eleito com o propósito de desnivelar materialmente o homem da mulher; aceitando-o, porém, quando a finalidade pretendida for atenuar os desníveis” (MORAES, 2007, p. 34). Explicando, então, o que consideramos ponto de inflexão, questionamos: segundo essa previsão de tratamento isonômico entre homens e mulheres, via Constituição Federal, em que consistem os trinta por cento estabelecidos nas normas para as eleições? E, nesse sentido, como seria possível medir esses desníveis, se a dissimetria na política entre os gêneros é historicamente construída, marcada e registrada, agora, em percentuais?

Primeiramente, é preciso entender que essa desigualdade é um produto de historicidade, e atenuar a desigualdade, para se entender que é preciso igualar “em direitos e obrigações” homens e mulheres, seria instituir mais percentuais e, quem sabe, produzir outras dissimetrias nessa relação de poder(es). Quanto a essa questão, Perrot (2006, p. 167) atesta que

as relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo de palavras. “Poder”, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a “influências” difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela. Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes. No ocidente contemporâneo, elas investem no privado, no familiar e mesmo no social, na sociedade civil. Reinam no imaginário dos homens, preenchem suas noites e ocupam seus sonhos.

Entendemos, com isso, que o poder político, até então, dominado pelos homens, configura um lugar de resistência à entrada de novos atores. Este poder não se difere dos outros, “porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares” e, segundo Foucault (2004b, p. 146), essa é uma batalha que sempre continua. Para quem seriam as cotas de trinta por cento, na cena política, senão para minorias como as mulheres? Se isso é um resultado da falta de democracia dentro dos partidos ou se figura um lugar marginal dado às mulheres, por ingressarem na política via abertura de cotas, não consiste na preocupação maior desse trabalho, embora já tenhamos nos mostrado afetados por esse fato.

Frases ditas por diferentes políticas entram no círculo dos discursos midiáticos e tomam voz quanto a essa questão. Em meio a diversas reportagens, entrevistas, notícias e outros gêneros discursivos, que circulam na mídia impressa e digital, são frases que quebram silêncios, porque sempre houvera o silêncio na história das mulheres. Uma história que, embora lhes tolhesse a voz e, por muito tempo, cerceasse o seu ir e vir, permitiu-lhes, por outro lado, que produzissem, nesses silêncios, algumas armaduras que lhes abririam portas ou que lhes colocariam em posições de resistências, conforme as seguintes passagens nos fazem entrever:

*Precisamos combinar quantidade e qualidade. Essa história de que a gente é um pequeno grupo em quantidade, mas grande em qualidade não vale, queremos a mesma coisa.* (Marina Silva – Senadora (PV-AC)).<sup>18</sup>

*Logo que cheguei, eu era a 'bonitinha' e a 'musa'. Era uma forma de rotular e desqualificar a minha representatividade.* (Rita Camata – Deputada Federal (PSDB-ES)).<sup>19</sup>

*Mulher não faz política querendo ser a bonitinha. Eu quero ser conhecida por entender de tecnologia, de petróleo, de urbanismo.* (Manuela D'Ávila – Deputada Federal (PCdoB-RS)).<sup>20</sup>

*Soube que o Serra disse que os homens do Congresso ficam intimidados quando eu falo, porque todos querem me namorar.*

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/2010/03/08/professora-e-deputada-criticam-pais-dos-politicos-que-nao-amam-as-mulheres.jhtm>>. Acesso em: 08 mar. 2010.

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/2010/03/08/professora-e-deputada-criticam-pais-dos-politicos-que-nao-amam-as-mulheres.jhtm>>. Acesso em: 08 mar. 2010.

<sup>20</sup> *Veja*, 8 abr. 2009, p. 88.

*Fiquei muito brava, com vontade de cortar a língua dele.* (Heloísa Helena – Ex-Senadora (PSOL)).<sup>21</sup>

Essas frases imprimem um efeito de resistência aos estereótipos que recaem sobre as mulheres políticas. São enunciados que apresentam também uma regularidade de sentidos sempre envoltos ao lugar da mulher na política. Os seus discursos estão na “leve sombra” de discursos-outros que emanam dos homens, e tentam negar que elas são poucas, que elas são musas, que elas são bonitinhas, que elas são bravas etc. Deve-se ressaltar que não analisaremos, neste trabalho, frases de mulheres políticas, contudo algumas formas de visibilidades atribuídas à sua presença na política, segundo os discursos midiáticos, que traduzem esse lugar para a mulher como algo inaugural, configurando a mulher de maneira diferenciada do homem e lhe construindo uma dizibilidade carregada de diferenças. Assim, para os discursos que noticiam e que narram a presença da mulher na política e aos seus efeitos de sentido estão as prerrogativas desta tese.

Em um conciso percurso sobre a história das mulheres políticas brasileiras, Beltrão (2004, p. 7) discute sobre a importância de Nísia Floresta (1810 – 1875), neste quadro geral do sexo feminino no poder. A autora destaca que, contrariando toda uma ordem, ela foi uma pioneira na luta pela alfabetização das mulheres, fundando uma escola inovadora no Rio de Janeiro.

Na segunda metade do século XIX, surgiu a imprensa feminina no Brasil e vários jornais dirigidos por mulheres foram criados. Aos poucos, a imprensa feminina foi firmando a idéia de que a educação era fundamental para o país e para a emancipação das mulheres. Ainda na segunda metade do século XIX, as mulheres brasileiras tiveram participação importante nos dois principais movimentos sociais do período: as lutas contra a escravidão e pela República. No início do século XX, apesar dos avanços ocorridos com a instituição do trabalho livre e a República, as mulheres brasileiras não conseguiram mudanças fundamentais capazes de reverter o quadro de subordinação existente desde o descobrimento do Brasil.

Embora tardiamente, após a Revolução de 1930, o quadro de subordinação e marginalização em que viviam as mulheres começaria a se transformar. As mudanças ou sinais de mudanças começaram a aparecer tanto na esfera jurídica quanto na política. O

---

<sup>21</sup> *Cláudia*. São Paulo, 18 mar. 2006. p. 28.



presidente Getúlio Vargas, no ano de 1932, concedeu por meio de Decreto-Lei o direito de voto às mulheres. Na década de 1960, foi criado, através da Lei 4.121, o estatuto da mulher casada. Nos anos 60, tivemos a revolução sexual que objetivou a emancipação da sexualidade e a liberação dos tradicionais costumes que impunham à mulher do lar o papel de esposa e mãe.

No cenário brasileiro, as mulheres políticas conquistaram o seu lugar na história em meio a grandes lutas. O acesso à educação, à arte, às letras, ao voto, ao mercado de trabalho era um ideal político. Seja como um produto de esforço ou de luta pela afirmação de direitos, o espaço político foi alcançado, em cargos públicos eletivos, tanto no poder executivo quanto no legislativo. As mulheres ascenderam ao poder e afirmaram valores até então desconhecidos na política brasileira. Assim, privilegiamos como se deu a importante aparição de algumas mulheres na política brasileira<sup>22</sup>, principalmente, daquelas que tiveram destaque no século XX, um século de grandes conquistas para várias mulheres e, especificamente, para algumas nordestinas, conforme vemos a seguir.



***Alzira Soriano (1928):** Primeira prefeita da América Latina. Nasceu em 29 de abril de 1897, em Jardim de Angicos (RN). Em 1928 foi eleita prefeita de Lages (RN), pelo Partido Republicano. A sua posse, no dia 1º de janeiro de 1929, foi amplamente noticiada pela imprensa.*

---

<sup>22</sup> A maioria dessas informações foi pesquisada na seguinte fonte: SCHUMAHER, S; BRAZIL, E. V. (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

**Carlota Pereira de Queirós (1933):** Primeira deputada federal da América Latina. Nasceu na cidade de São Paulo. Seu envolvimento com a política se deu durante a Revolução Constitucionalista de 1932, quando o Estado de São Paulo se mobilizou contra o governo provisório de Getúlio Vargas. Eleita e empossada em 1933, Carlota participou dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, integrando a Comissão de Saúde e Educação.



**Maria do Céu Pereira Fernandes (1934):** Primeira deputada estadual do Brasil. Nasceu em Currais Novos (RN) em 1910. Lançada como proposta de renovação nos quadros políticos e símbolo de transformação na sociedade, a candidatura de Maria do Céu, pelo Partido Popular, para a Assembléia Constituinte Estadual se deu em 1934. O Partido Popular ganhou a eleição, fazendo 11 deputados, inclusive Maria do Céu.

**Neném Paiva (1935)<sup>23</sup>:** Primeira vereadora do Brasil. A cidade de Muqui, no Espírito Santos, elege a primeira vereadora da história brasileira, Maria Felizarda de Paiva Monteiro da Silva, do Partido Social Democrático, mais conhecida como Neném Paiva, que chegou à presidência da Câmara três anos depois.



<sup>23</sup> Disponível em: <<http://sul21.com.br/jornal/2010/12/dilma-chega-ao-poder-depois-de-quase-180-anos-de-lutas-pela-emancipacao-feminina>>. Acesso em 15 jul. 2010.



***Eunice Michiles (1979):*** Primeira Senadora do Brasil, por processo eletivo. Nasceu em Santo Amaro, periferia da cidade de São Paulo. Foi convidada em 1978 pela Arena a concorrer para o Senado pelo Amazonas, obtendo a segunda maior votação. No dia 31 de maio de 1979, devido à morte do Senador João Bosco de Lima, Eunice Michiles assumiu uma cadeira no Senado Federal.

***Luíza Erundina de Souza (1989):*** Primeira Prefeita da cidade de São Paulo. Nasceu em 1934 em Uiraúna, no sertão da Paraíba. “Líder de uma facção do PT, disputou a legenda do partido de forma acirrada, onde pretendia ser indicada como candidata à Prefeitura de São Paulo. Ganhou e foi à luta. Uma nordestina era um azarão na política paulistana. Jamais se esperou que aquela mulher de feição tnhosa seria eleita prefeita de São Paulo, mas foi; e a cidade que abriga uma das maiores populações de nordestinos do país votou na conterrânea. Governou a cidade de São Paulo de 1989 a 1992. Luíza Erundina é o orgulho do povo nordestino, espelho das lutas das mulheres sofridas do sertão que sobrevivem, acima de tudo, porque acreditam na força de ser mulher.”<sup>24</sup>.



***Roseana Sarney (1994)***<sup>25</sup>: Primeira Governadora do Brasil. Em 1994, Roseana Sarney foi a primeira mulher a ser eleita governadora do Brasil pelo PFL, no Maranhão. Mas a primeira a governar um Estado foi Iolanda Fleming, em 1986, no Acre, para completar o mandato de Nabor Júnior.

<sup>24</sup> Cf. SCHUMAHER, S.; BRAZIL, E. V. *Ibid.* p. 344-345.

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/curiosidades.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

Acrescentem-se a esse quadro de brasileiras os nomes das norte-riograndenses Celina Guimarães Vianna e Júlia Barbosa, as primeiras eleitoras brasileiras. Celina, no dia 25 de novembro de 1927, deu entrada a uma petição em que requeria o direito de ser incluída no rol dos eleitores do município de Mossoró. Em seguida, Júlia Barbosa teve a mesma iniciativa na cidade de Natal. O sufrágio feminino no Rio Grande do Norte entrou em vigor com base na lei eleitoral nº. 660, de 25 de outubro de 1927, com a emenda que determinava: “Regular o Serviço Eleitoral do Estado”, estabelecendo que não haveria mais distinção de sexo para o exercício do sufrágio e como condição de elegibilidade. Com isso, tivemos “o marco da vanguarda política feminina na América do Sul” (SCHUMAHER e BRAZIL, 2000, p. 148).

É importante destacar aqui o comentário do texto de Schumacher e Brazil (*Ibid*, p. 344) que “define” Luíza Erundina. Em seu discurso sobre a referida política, temos um efeito de uma quase personificação do Nordeste, porque é a imagem da região que ressoa na descrição da prefeita. Na sequência de escolhas que indiciam o pertencimento da candidata à sua região, como: *nordestina*, *azarão*, *mulher de feição tinhosa*, está a simulação de uma cena cuja personagem descrita, a prefeita Erundina, ocupa um lugar que não poderia ser seu. O espaço fica demarcado entre *política paulistana* e *nordestinos* e é nessa relação de embate que se firma o olhar diferenciado. Aqui não se separa a região de sua personagem e “produto” e se demarca uma visão de mulher política forjada, construída no campo da novidade. É desse lugar que emerge a estranheza e, no seu enalço, a espetacularização que aparece colada ao discurso dos autores.

Os discursos sobre mulheres políticas nordestinas constituem um campo em que se privilegiam repetições em séries de suas imagens, de seus gestos e dos seus corpos, o que produz um efeito de territorialidade, que desvela uma memória regional ou um essencialismo natural, que busca estabelecer uma verdade unânime sobre a nordestina na política. O Nordeste está enviesado na relação entre mídia e passado. É dessa relação que indagamos, em nossos dados, sobre o que é trazido da região Nordeste e se imprime nos enunciados que inauguram uma nova problemática, ou conduzem uma possível (re)significação da mulher na política.

Temos uma produção historiográfica que busca desestabilizar algumas convicções sobre as identidades, antes tão fixas, da mulher e do homem nordestinos. Em outras palavras, compreendemos que o discurso político, mobilizado por um universo de imagens,

consagradas ou reconhecidas por uma ideia de Nordeste, vai sendo diluído, transformado e redefinido pelos discursos que enunciam a mulher no cenário político. A imagem da mulher-macho, produto de miséria, de pobreza, de sobrevivência e de brabeza transforma-se e (re)significa-se na política nordestina.

Recortada no espaço geográfico à direita do extremo Norte do Brasil, a região Nordeste habita no imaginário brasileiro com os seus estereótipos de mulheres herdeiras do cangaço, de secas, de aridez e de fome, e é mobilizada nos discursos em imagens mais negativas do que positivas. Para Albuquerque Junior (2009, p. 81), o Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto discursivo de toda uma série de imagens e textos produzidos a respeito deste fenômeno. Estes discursos e todas as práticas que este fenômeno suscita, paulatinamente, instituem-no como um recorte espacial específico, no país. Desse modo, observamos que há um movimento de saberes que perpassa a idéia de Nordeste e que povoa o imaginário passado ou presente de sua história, são saberes que pertencem ao campo do poder e constituem o objeto dessa mesma história.

Reconhecemos, com isso, que os discursos tentam interiorizar uma imagem de mulher que a sociedade patriarcal construiu. Entretanto, a sociedade pós-moderna liquefaz a existência de uma subjetividade puramente feminina e masculina, e busca suprimir toda a imagem de categoria do sexo feminino definido pela oposição à categoria do sexo masculino. Diante disso, as resistências brotam nos discursos, o corpo, por exemplo, é trazido para a cena dos discursos como um instrumento de estereotipização, embora haja tentativas de destruir as definições histórico-sociais da mulher na atualidade. Teríamos, então, um protótipo discursivo que encadeia na circunscrição dos discursos a identidade da mulher política?

Para compreendermos a subjetividade da mulher política, é preciso entender, sob novas e velhas faces de uma história mais geral, como os discursos forjaram um lugar de mulher na sociedade do Ocidente. Considerando a história das mulheres, pela forma como é contada, a partir do quadro de uma longa duração ou de múltiplas durações, podemos entrever as lacunas e os silêncios que atravessaram os discursos constitutivos de sua história. Em meio a um trajeto de lembranças, esquecimentos, retomadas, regularidades ou repetições de enunciados, temos uma profícua relação do discurso com a memória, o que nos permite conhecer um pouco do processo de constituição da subjetividade da mulher política.

## 2.2 Mídia e memória: diferentes lugares de discurso

A história produz, via grande mídia, efeitos de representações da mulher política em diferentes instâncias enunciativas. Charges, notícias, artigos, entrevistas, capas de revistas, imagens digitais, reportagens, frases, entre outros lugares de discursos, constituem um recorte no espaço da mídia impressa e eletrônica e, de diferentes modos materiais, formam um *locus* sobre o qual se inscreve uma memória.

Ao eleger o tema da mulher na política, a imprensa enuncia sua visibilidade, o que traduz uma nova prática de produção da história, em discursos que se realizam no campo de uma memória discursiva. É a propósito da noção de memória discursiva que continuamos nesse eixo de discussão. Na concepção de Courtine (2009, p. 105-106),

a noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos; ela visa o que Foucault (1971, p. 24) levanta a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, ‘discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer’.

Essa definição nos coloca frente à relação entre memória e tempo histórico, na medida em que traduz uma articulação da análise do discurso com a contemporaneidade da pesquisa histórica. Segundo Courtine (2006, p. 88), na política, a memória é um poder e, por fundar uma possibilidade de se exprimir, ela abre um direito à fala, ela possui, até mesmo, um valor performativo de proposição eficaz. Com isso, o discurso se apresenta como repleto de um passado e pleno de toda a coletividade que lhe dá sustentação.

O autor complementa, ainda, que a memória “tende a conjurar os acasos do discurso pela reiteração do idêntico, pelo eterno retorno do mesmo” (COURTINE, 2006, p. 93). Nesse sentido,

o discurso se dá como memória, quando ele exprime uma relação com o tempo em que se constitui sua discursividade. [...] A memória discursiva produz aqui a ficção de um tempo imóvel; ela funciona como gelo do tempo histórico no qual se forma a discursividade. (*Ibidem*, p. 94-95).

Com base nessas afirmações, algumas convicções se desestabilizam quanto à identidade da mulher política no contínuo movimento discursivo da mídia sobre a feminização do poder. A memória inscreve-se nesse movimento que divaga entre a força de um presente e a dissolução de um passado. Para complementarmos essa discussão, apresentamos algumas charges que servirão de ilustração a nossas considerações. Estas charges constituem um lugar de enunciados que inscrevem imagens em uma memória regulamentada por uma dada historicidade.

Primeiramente, temos a imagem de Ségolène Royal, parafraseando a personagem Marianne, da tela *La liberté guidant le peuple*, produzida por Eugène Delacroix em comemoração à Revolução de Julho de 1830. Essa charge circulou na mídia impressa no período da campanha eleitoral da França, quando Ségolène concorreu às eleições presidenciais em 2007, pelo Partido Socialista Francês.



**Figura 4.** *Ségolène Royal guidant le peuple*<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://hrundi.blog.lemonde.fr>>. Acesso em: 20 dez. 2007.



**Figura 5.** *La liberté guidant le peuple*<sup>27</sup>

Em relação à tela de Delacroix, Perrot (2003, p. 13-15) ressalta a onipresença do corpo feminino, na alegoria política que, no século XIX, encheu as cidades europeias de estátuas em homenagem aos grandes homens coroados por musas evanescentes; de monumentos aos mortos heróicos chorados pelas viúvas e pelas moças. Marianne, uma robusta mulher do povo, com o seio descoberto e cingindo o barrete frígio (vindo da Revolução Francesa), encarna a República. Trata-se de formas desapropriadas de um corpo reduzido ao silêncio da figura muda. A autora admite que o corpo está inscrito nos discursos de poetas, dos médicos ou dos políticos; em imagens de toda natureza – quadros, esculturas, cartazes – que povoam as nossas cidades, mas esse corpo encenado continua opaco. Tal opacidade pode ser explicada na medida em que o corpo é representado em imagens que traduzem sua existência e lhe dão uma história que o situa no campo de uma memória coletiva.

Courtine (2006, p. 90) indaga como o trabalho de memória coletiva permite a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento desses elementos de saber que são enunciados. É preciso reconhecer que esses elementos de saber também

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Delacroix>>. Acesso em: 20 dez. 2007.



confundem o leitor, fazendo-o alcançar outros sentidos, lançando possibilidades diferentes de entendimento dos discursos que, de uma forma ou de outra, já foram ditos. Que sentidos contornam “Ségolène guiando o povo”? Ela é uma promessa para resolver uma possível desordem no país? Ela representa a própria desordem? Seria uma direção diferenciada para a política francesa? Ela representa a liberdade para um povo ou evoca uma revolução? Quais seriam os sentidos retomados ou deslocados com a imagem alegórica da candidata na charge?

No artigo *Homem e mulher: imagens da esquerda*, Hobsbawm (2000) discute o fato de que as mulheres frequentemente salientaram que os historiadores do sexo masculino no passado, inclusive marxistas, ignoraram grosseiramente a metade feminina da raça humana. O autor admite que isso ocorreu, também, em sua própria obra, e defende que é preciso estudar as formas em mudança das relações entre os sexos, tanto na realidade social, quanto na imagem que cada sexo tem do outro. Ele apresenta, como tentativa preliminar desta proposta, uma abordagem sobre os movimentos revolucionários socialistas do século XIX e do início do século XX, por meio da ideologia expressa nas imagens e emblemas associados a estes movimentos que foram desenhados, em sua maioria esmagadora, por homens. Ele começa pelo que considera a mais famosa das pinturas revolucionárias, *La liberté guidant le peuple*.

Segundo Hobsbawm (2000, p. 126), a novidade da *Liberté* de Delacroix, “reside na identificação da figura feminina nua com uma mulher real do povo, uma mulher emancipada e desempenhando um papel atuante – de fato, de liderança – no movimento dos homens”. Ségolène, ao ser colocada no papel de Marianne, não apenas retoma a novidade do movimento socialista de uma época, mas carrega o estereótipo da mulher independente e sexualmente emancipada. A releitura da tela desenvolve sua própria iconografia inspirando, na tradição das imagens revolucionárias francesas, um diálogo com a atualidade das eleições francesas. A candidata tem sua corporeidade adjetivada e centralizada em uma imagem produzida para outros fins. Com isso, retoma-se a imagem da atuante jovem emancipada, aceita como líder pelos homens e representante do povo. São imagens que revisitam sentidos e se colam a diferentes historicidades e a uma memória que as sustenta.

Quanto a essa questão, Courtine (2005 citado por MILANEZ, 2006, p. 170) esclarece que, ao nos depararmos com uma imagem, cabe-nos destacar os elementos semiológicos que constituem a memória longínqua de uma imagem dada, seja recuperando

imagens semelhantes em uma atualidade mais recente, seja interrogando as condições nas quais tais cenas se reproduzem e são colocadas em circulação. Tal entendimento nos remete, portanto, a um *domínio de atualidade*, isto é, um conjunto de representações discursivas e icônicas, em relação com alguma coisa que atravesse a imagem, ou seja, uma conjuntura histórica dada, um *domínio de memória*. Desse modo, “se o discurso é um lugar de memória, é porque ele traz o vestígio – inscrito nas suas formas – das flutuações e das contingências de uma estratégia; a impressão sedimentada de uma história, de suas continuidades e de suas rupturas” (COURTINE, 2006, p. 92).

Nos discursos das charges que ilustram este capítulo, essa questão transita entre a não transparência dos sentidos e a sua evidência. Todas as charges seguintes apresentam em seus enunciados o espelho que reflete imagens para as políticas, e que, ao mesmo tempo, constituem seus interlocutores. Que imagens são rememoradas nessas outras imagens? Como são trazidas e relidas? Como se deslocam e subvertem os sentidos? O que elas retomam ou deixam de mostrar, estando diante dos sentidos que veiculam?



**Figura 6.** Dilma vê o futuro<sup>28</sup>



**Figura 7.** Dilma e o espelho<sup>29</sup>

<sup>28</sup> Figura 6: Dilma vê o futuro. Cf. *Isto é*. São Paulo, 3 dez. 2009, p. 30.

<sup>29</sup> Figura 7: Disponível em: <[http://2.bp.blogspot.com/\\_aHyfiVZvC9c/SttzdfmDG-/AAAAAADw0/jY-14IxxuE/s400/0+\)5.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_aHyfiVZvC9c/SttzdfmDG-/AAAAAADw0/jY-14IxxuE/s400/0+)5.jpg)>. Acesso em: 22 set. 2009.

A expressão “Espelho, espelho meu, existe alguém mais candidata do que eu?” parafraseia, em seu deslocamento, uma das frases mais conhecidas dos contos de fadas, a do clássico *Branca de Neve e os sete anões*. A madrasta de Branca de Neve, enlouquecida pela vaidade, pergunta ao espelho mágico se existe alguém mais bela do que ela em todo o reino. As charges retomam esse enunciado central às candidatas, há um lugar de madrasta má a ser ocupado na política, pela “feiticeira” que deseja eliminar os adversários, envenenando-os, arrancando-lhes o coração.

Ao discutir sobre a fragmentação do indivíduo em múltiplas realidades, Tourraine (2006, p. 119) aponta que o indivíduo nos revelou um eu fragilizado, mutante, submisso a todas as publicidades, a todas as propagandas e às imagens da cultura de massa. O indivíduo não passa então de uma tela sobre a qual se projetam desejos, necessidades, mundos imaginários fabricados pelas novas indústrias da comunicação.

Podemos vislumbrar, entre diversas imagens, mulheres políticas que são enunciadas em diferentes configurações na imprensa nacional e internacional. O Brasil e o mundo apresentam suas mulheres públicas, mais públicas ainda via mídia, vicejando novos olhares que revisitam um passado de uma história outrora privada e silenciada. Nesse quadro de reflexão, Gregolin (2000) assinala que as sociedades realizam um esforço constante de reconfiguração do passado. Olhar o tempo pretérito é uma forma de compreendê-lo e de restaurá-lo para a posteridade. Percebemos que a modernidade tardia não se coloca infensa à celebração de um passado que tenta reatualizar a condição feminina na sociedade.

Nas charges abaixo, temos a candidata à prefeitura de Fortaleza nas eleições de 2008. Luizianne Lins, também, faz a clássica pergunta diante do espelho trocando o adjetivo “bela” pelo “prefeiturável”.



Figura 8. Luizianne e o espelho<sup>30</sup>



Figura 9. Luizianne e prefeituráveis<sup>31</sup>

É preciso entender o que há de sinuoso nesses enunciados sobre mulheres políticas que subvertem, no jogo linguístico-discursivo, a clareza daquilo que se preserva e daquilo que se transforma na história das mulheres. Nas charges de Luizianne, ela está de costas para o espelho, com um meio perfil, e sua pose a distancia do lugar respeitável de “ser política” e a insere no olhar sobre os contornos do corpo. Essas charges são atravessadas por uma memória de imagens que também as organiza e lhes atribui sentidos reconhecidos e partilhados pelos sujeitos políticos que vivem na sociedade (COURTINE, 2008, p. 17).

Temos, aqui, um olhar “caleidoscópico” (re)significando a mulher política no discurso midiático, tenta-se voltar ao passado, mas ele não se repete. Assim, como o caleidoscópio permite, novas paisagens-imagens emergem nesse ir e vir da lente midiática que, sob o movimento de constantes mudanças na história, produz um (re)direcionamento do nosso olhar sobre o lugar da mulher na sociedade. Manguel (2001, p. 21), entendendo que podemos ler e traduzir as imagens em palavras, observa que

a existência se passa em um rolo de imagens que se desdobra continuamente, imagens capturadas pela visão e realçadas ou moderadas pelos outros sentidos, imagens cujo significado (ou posição de significado) varia constantemente, configurando uma linguagem feita de

<sup>30</sup> Figura 8: Luizianne. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/charge/800478.html>>. Acesso em: 31 jul. 2008.

<sup>31</sup> Figura 9: Luizianne e prefeituráveis. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/charge/800787.html>>. Acesso em: 31 jul. 2008.

imagens traduzidas em palavras e de palavras traduzidas em imagens. Por meio das quais tentamos abarcar e compreender nossa própria existência.

Ao relacionarem as mulheres políticas aos seus espelhos, essas charges possibilitam uma materialidade de significação, de conceituação, de retomadas. A candidata à Presidência da República, Marina Silva, também reitera sua imagem diante do espelho, ao inscrever a troca do partido político na cor e na escolha dos seus vestidos.



**Figura 10.** Trocando o vermelho pelo verde<sup>32</sup>

Se refletirmos sobre a presença dos espelhos nas charges, pensamos que eles realçam o que é característico do feminino em seu enunciado. Segundo Manguel (2001, p. 191), “durante a era vitoriana, o tema do ‘espelho de Vênus’ se tornou emblemático da identidade feminina (e continua como símbolo da mulher – ♀)”. O autor acrescenta que quando pensamos ter captado as nossas feições num reflexo, elas já se transformaram em alguma outra coisa, não há uma presença de um rosto, mas uma representação. Essas charges retomam o debate em torno da diferença sexual, de um essencialismo sobre suas práticas e usos políticos. São produções metafóricas que instauram uma ambivalência de

<sup>32</sup> Figura 10: Trocando o vermelho pelo verde. Cf. *Isto é*. São Paulo, 26 ago. 2009, p. 31.

sentidos, que estão a serviço de um funcionamento de memória, de uma construção de efeitos de identidades na história da mulher na política.

A imprensa nordestina também enfatiza o seu discurso sobre mulheres políticas. Pelo olhar da poesia popular da região do Cariri nordestino, a candidatura de Dilma Roussef à Presidência da República foi anunciada em um jornal que circula no alto Oeste do Rio Grande do Norte. Foi na coluna sobre política do editor e comentarista do referido jornal que o poeta *Miguelzin de Princesa*<sup>33</sup> lançou sua voz. A polarização entre a depreciação do papel de política e o elogio pós-plástica da candidata fica patente:

***Um “PAC” com Dilma?***

*Quando vi Dilma Roussef sair na televisão  
Com o rosto renovado após uma operação  
Senti que o poder transforma: avestruz vira pavão.*

*De repente ela virou Namorada do Brasil  
Os políticos, quando a vêem começam a soltar psiu  
Pensando em 2010 e nos bilhões que ela pariu.*

*A mulher que era emburrada anda agora sorridente  
Acenando para o povo, alegre mostrando o dente  
E os baba-ovos gritando: é Dilma pra presidente!*

*Mas eu sei que o olho grande está mesmo é nos bilhões  
Que Lula botou no PAC, pensando nas eleições  
E mandou Dilma gastar sobretudo nos grotões.*

*Senadores garanhões, sedutores de donzelas  
E deputados gulosos, caçadores de gazelas  
Enjoaram das modelos, só querem casar com ela*

*Também quero uma lasquinha, um pedaço de poder,  
Quero olhar nos olhos dela e, ternamente, dizer  
Que mais bonita que ela mulher nenhuma há de ser.*

*Eu já vi um deputado dizendo no Cariri  
Que Dilma é linda e charmosa, igual não existe aqui  
E é capaz de ser mais bela que a Angelina Jolie.*

*Diz que pisa devagar, que tem jeito angelical  
Nunca gritou com ninguém, nem fez assédio moral  
Nem correu atrás de gente com um pedaço de pau...*

<sup>33</sup> Cordel de Miguelzin de Princesa, direto do Cariri. Jornal *Correio da Tarde*, 27 mar. 2008. Coluna de Walter Fonseca (Editor), p. 3. Disponível em: <[www.correiodatarde.com.br](http://www.correiodatarde.com.br)>. Acesso em: 20 jul. 2008.

*Dilma superpoderosa: 8 bilhões pra gastar  
Do jeito que ela quiser, da forma que ela mandar!  
Sem contar com o milhão do cofre do Adhemar.*

*Estou com ela e não abro: viro abridor de cancela  
Topo matar jararaca, apago fogo em goela  
Para no ano vindouro fazer um PAC com ela.*

A poesia entrelaça em seus versos a metáfora da diferença e dela salta um nítido preconceito com relação à mulher, segundo várias escolhas linguísticas e trechos de versos, como: *avestruz vira pavão, emburrada, grotões, nunca gritou com ninguém, nem fez assédio moral, nem correu atrás de gente com um pedaço de pau*, embora todos esses sentidos, pela forma como são arrumados, produzam um efeito de humor. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), em uma subversão de sentidos, vira um “pacto” de amor, o que inscreve materialmente um deslocamento do sentido político que migra do público para o privado, pela transformação estética da candidata que lhe deu uma nova visibilidade e que lhe rendeu a positividade da beleza. O efeito de humor seria a meta a se alcançar? É o que demarca um modo de falar nordestino sobre a mulher na política? Com a peculiaridade que é devida à estrutura da poesia popular e que chama a atenção a partir de um “modo sertanejo” de dizibilidade, há um conflito que define essa presença de mulher e que dialoga o tempo inteiro com um saber anterior, com uma memória que se amplia em mais uma definição de mulher na política.

No artigo *Memória e produção discursiva do sentido*, Pierre Achard (2007) fala do papel da memória e do estatuto dos implícitos, considerando que a estruturação do discurso constitui a materialidade de uma certa memória social. O autor observa que

se situarmos a memória do lado, não da repetição, mas da regularização, então ela se situaria em uma oscilação entre o histórico e o linguístico, na sua suspensão em vista de um jogo de força de fechamento que o ator social ou o analista vem exercer sobre discursos em circulação. Este eventual jogo de força é suportado pelas relações de formas, mas estas são apenas o suporte dele, nunca estão isoladas. Elas estão eventualmente envolvidas em relações de imagens e inseridas em práticas. (ACHARD, 2007, p. 15-16)

O autor ratifica que a memória suposta pelo discurso é reconstruída ou reenquadrada, segundo as regularidades que oscilam entre o histórico e o linguístico na

formulação dos discursos. Acompanhando essa reflexão, ressaltamos outras considerações sobre o tema da memória que circulam em diferentes linhas de pensamento.

Halbwachs (2006), ao elaborar um estudo sociológico da vida cotidiana, produz uma análise da memória destacando uma notável distinção entre a “memória histórica” e a “memória coletiva”. Para o autor, em todo ato de memória há um elemento específico, que é a própria existência de uma consciência individual capaz de se bastar. Nesse sentido,

a memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo. Quando um período deixa de interessar o período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: na realidade há dois grupos que se sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como distribuímos a matéria de uma tragédia em muitos atos. Mas, [...] na história se tem a impressão de que tudo se renova de um período a outro – interesses em jogo, direção dos espíritos, modos de apreciação dos homens e dos acontecimentos, as tradições também, as perspectivas do futuro – e que se os mesmos grupos reaparecem, é porque subsistem as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes e também da natureza geral das sociedades. (HALBWACHS, 2003, p. 102)

Nesse entendimento, se pensamos em comum com as outras pessoas, esse pensamento se divide entre o fluxo de impressões inteiramente pessoais e as diversas correntes do pensamento coletivo. O autor compreende que nossa memória não se apóia na história aprendida, mas na história vivida. Assim, devemos entender por história não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito incompleto.

No campo da memória, a imagem também tem o seu estatuto. Jean Davallon (2007) produz uma discussão sobre a imagem contemporânea como operadora de memória. O autor trabalha com a hipótese de que os objetos culturais, como livros, imagens, filmes, esculturas, arquivos etc., constituem operadores de memória social, eles se firmam na relação entre a memória coletiva e a história com seus quadros de acontecimentos, o que retoma a tese de Halbwachs.

Somando o pensamento desse sociólogo ao seu, Davallon (2007, p. 31) explica que



a reconstrução de um acontecimento passado necessita, para se tornar lembrança, da existência de pontos de vista compartilhados pelos membros da comunidade e de noções que lhes são comuns; assim a imagem, por poder operar o acordo dos olhares, apresentaria a capacidade de conferir ao quadro da história a força da lembrança. Ela seria nesse momento o registro da relação intersubjetiva e social.

O autor observa ainda que o desenvolvimento dos meios de registro da imagem e do som permitem estocar e depois restituir o saber quase tão bem quanto os acontecimentos. Desse modo, “a imagem é antes de tudo um dispositivo que pertence a uma *estratégia de comunicação*: dispositivo que tem a capacidade, por exemplo, de regular o tempo e as modalidades de recepção da imagem em seu conjunto ou a emergência da significação”. Isso faz parecer que podemos nos afastar definitivamente da necessidade de situar uma parte da memória social na “cabeça” dos sujeitos sociais, pois esta memória estaria inteiramente e naturalmente presente nos arquivos da mídia<sup>34</sup>.

Ao elaborar um estudo, buscando compreender a história vivida das sociedades humanas e o esforço científico para descrevê-la e interpretá-la, Le Goff (2003, p. 419) produz, em seu livro *História e Memória*, um ensaio cuja discussão contempla o estudo da memória tal como ela surge nas ciências humanas (fundamentalmente na história e na antropologia). Entre os diferentes conceitos apresentados que descrevem sumariamente “a nebulosa memória no campo científico global”, o autor a define como um fenômeno individual e psicológico que se liga também à vida social. A memória varia em função da presença ou da ausência da escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história e acumula objetos. Le Goff (2003, p. 419) entende que a apreensão da memória depende, deste modo, do ambiente ou espaço social e político: “trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo”.

Para o autor, as direções atuais da memória estão profundamente ligadas às novas técnicas de cálculo, de manipulação da informação, do uso das máquinas e instrumentos, cada vez mais complexos. “Toda a evolução do mundo contemporâneo, sob a pressão da história imediata em grande parte fabricada ao acaso pela mídia, caminha na direção de um mundo acrescido de memórias coletivas, e a história estaria, muito mais que antes ou recentemente, sob a pressão dessas memórias coletivas” (LE GOFF, 2003, p. 467). Com

---

<sup>34</sup> Cf. DAVALLON (2007, p. 30).

isso, partilhamos a ideia de uma memória coletiva, que tem sua inscrição na história das mulheres; uma memória que se dispersa nas teias dos meios sociais, políticos e midiáticos que, em seus arquivos, fazem diferentes usos da memória entre os lugares que a história reservou às mulheres.

Le Goff (*Idem*, p. 471) fala aqui da memória enquanto elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, “na febre e na angústia”. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, mas um instrumento e objeto de poder. Assim, “devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. Diante disso, é preciso perguntar o que sabemos e como sabemos sobre a identidade das mulheres políticas; de que maneira nos chegam e quais sentidos povoam as imagens percebidas e reproduzidas pela mídia; como essas imagens migram dos diferentes campos da história para poesias, filmes, artigos e reportagens de jornais e revistas, e são tomadas como discursos que, na extensão dos seus sentidos, produziram na memória coletiva cristalizações de imagens da mulher política.

Assim, é no campo de uma memória de discursos que alcançamos e anunciamos os sentidos do corpo feminino nos enunciados sobre mulheres políticas. Trilhamos até aqui um percurso que identificou a memória enquanto eixo de sustentação dos discursos, eixo que se imbrica à noção de corpo, possibilitando uma compreensão sobre o lugar da mulher na política. É no resgate de práticas de discursos sobre a mulher na história que os significados do corpo se arvoram nessa reflexão e, por ser o corpo um lugar de história, ele também se torna discurso.

### 3 DO NORTE AO SUL DO CORPO FEMININO: A POLITIZAÇÃO E A DESPOLITIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO

*No espaço público, o corpo da mulher é comparável aos dois corpos do rei: o corpo privado deve permanecer oculto; o público é exibido, apropriado e carregado de significação.*

Michelle Perrot<sup>35</sup>

Envoltos na idéia de que a história das mulheres passa pela história de seus corpos, este capítulo, tomando de empréstimo parte do título de um livro de Mary Del Priore (2009), torna-se indispensável ao conhecimento da condição feminina na política. É sobre a superfície do corpo feminino que a mídia imprime algumas marcas de subversão nos discursos, considerando-o entre a sua eloquência e os seus silêncios, celebrando a mulher política em suas formas físicas, enquanto lugar de sinuosidades na construção dos sentidos. Com isso, objetivamos produzir uma reflexão sobre a noção de corpo, articulando-a, principalmente, com a espetacularização do discurso político.

A inscrição do corpo feminino nos discursos que narram a presença da mulher na política coloca-o também no interior da história. O corpo tem uma história, como bem observa Le Goff (2010, p. 173), o corpo é a nossa história, “ele ilustra e alimenta uma história lenta. A essa história lenta, que é, em profundidade, a das ideias, das mentalidades, das instituições e mesmo a das técnicas e das economias, esse interesse dá um corpo, o corpo”. É sobre esses sentidos, e como um modo de lançarmos uma moldura a nossas considerações teóricas neste capítulo, que apresentamos cinco notícias veiculadas, nas revistas *Veja* e *Isto é*, em um período que vai de 2006 a 2009. São textos que constituem um espaço de discursividade sobre mulheres públicas, no cenário nacional e no internacional, e que as colocam em contato com imagens representativas de si mesmas na política.

---

<sup>35</sup> PERROT, M. Os silêncios do corpo da mulher. Tradução de Luiz Antônio O. de Araújo. In: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 14.

Buscamos, assim, nos estudos de Courtine (2006, 2008a), Piovezani (2007, 2009) e outros autores, realizar uma breve discussão sobre o discurso político e suas mediações teóricas que nos possibilitam entender determinadas construções imagético-discursivas dos acontecimentos que espelham o funcionamento de uma sociedade. Nessa proposta, apresentamos uma reflexão sobre o corpo, na perspectiva dos discursos sobre a presença da mulher no campo político. Courtine (2008b, 2008c) é trazido novamente à cena nesta teoria, como um dos mais importantes estudiosos que traçaram uma historicidade para o corpo. Milanez (2006a, 2006b, 2006c), Gregolin (2002, 2004, 2008), Del Priore (2000, 2006, 2009), Le Breton (2003), e outros teóricos complementam nossa compreensão sobre o corpo feminino e suas formas de dizibilidade e de espetacularização na política. Com isso, partimos do princípio de que pensar o corpo no interior dos discursos é discutir com as imagens que são exteriores aos sujeitos, é ouvir o eco que essa presença instaura na história.

### 3.1 Considerações sobre o discurso político

Para iniciarmos esta discussão, consideramos que o discurso político pode ser tomado como o lugar da história, dos sentidos e evoluções que fundamentam uma sociedade. A história mantém um diálogo fecundo com a política e é nesse diálogo que o discurso político penetra na esfera subjetiva das identidades, individuais ou coletivas. É um discurso que tem em suas configurações o envolvimento dos sujeitos e suas práticas sociais.

Observando a relação entre a teoria da análise do discurso e a política, Gregolin (2004, p. 60) considera que

a análise do discurso, devido a sua base epistemológica – sua raiz marxista – nunca separou teoria e política. Na concepção de *discurso* está entranhada a idéia de política. Diferentemente de outras linhas teóricas – que também passaram a tratar de texto e de discurso a partir dos anos 60 – para a AD derivada de Pêcheux não há como separar uma certa maneira de fazer teoria e sua correspondente maneira de fazer política.

A perspectiva do discurso político, no momento fundador da Análise do Discurso, na França, coloca-se um pouco diferenciada da proposta conceitual que temos na

atualidade. Isso se deve ao fato de que “a centralidade do discurso político e o seu funcionamento para toda a *discursividade* social orientavam a Análise do Discurso para um exame privilegiado da problemática ideológica, vinculada à luta de classes” (MENEZES, 2004, p. 246). Por outro lado, podemos dizer que o discurso político é o espaço de um funcionamento de memória que evoca a sociedade e sua história, uma vez marcado pela descontinuidade das ações sociais. Trata-se de um campo no qual se explicitam os diferentes sentidos que (re)significam a sociedade e seus confrontos.

Courtine (2008a, p. 13-12) aponta que o discurso político constitui, de fato,

um lugar de ‘memória’: um dispositivo discursivo que organiza, para qualquer sujeito enunciador que toma a fala em seu interior, tanto a lembrança, a repetição e o encaixamento argumentado do que convém dizer quanto o esquecimento e o apagamento do que convém calar.

Nesse sentido, é um lugar de espelhos que reflete as grandes divisões sociais, historicizadas em seus efeitos simbólicos. Entendemos, com isso, que coladas a essas divisões estão as mulheres políticas. Lançamos, aqui, nosso olhar com certa brevidade sobre o discurso político e refletimos sobre como este discurso flutua entre os equilíbrios e as tensões sociais.

O discurso político se constitui em um espaço sobre o qual a história se recompõe e onde se elucidam as transformações de uma sociedade e suas relações de poder. Assim, para essa discussão, buscamos no discurso político um viés de acesso à historicidade e às transformações produzidas na contemporaneidade em diferentes instâncias sociais. Courtine (2006), ao discutir sobre uma possível semiologia da mensagem política, observa que outra política do discurso está sendo desenvolvida, seria aquela de formas curtas, de fórmulas e de diálogos. Seria uma nova postura que corrobora com o fato de que

o discurso político não pode ser dissociado da produção e recepção de imagens da mesma maneira que o discurso do homem político não poderia mais se separar de sua imagem. [...] A mensagem política não é mais unicamente linguística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal. [...] A mutação dos modos de comunicação política exige a renovação de uma semiologia da mensagem política que permitirá sua apreensão global. (COURTINE, 2006, p. 85)

A imagem, neste sentido, passa a ter sua centralidade no que faz significar o discurso político, situando-o na assunção e mutação de seus diferentes modos de

comunicação. Piovezani (2007, p. 129), complementa essas considerações, quando elabora sua reflexão sobre as mudanças sofridas pelo discurso político na contemporaneidade e discute sobre o tratamento que lhe é dado pela Análise do discurso. O autor assinala que

em uma palavra, poderíamos afirmar que as metamorfoses do discurso político estão condensadas no fenômeno da “espetacularização da política”, que, por seu turno, envolve fatores de diversas temporalidades históricas, como a queda dos regimes totalitários, o “fim das ideologias”, a despolitização e a dissolução das massas, a intensificação do individualismo, o predomínio do âmbito privado sobre a esfera pública, o advento de novas tecnologias que acelerou os ritmos da vida e diminuiu os espaços do mundo, a apropriação de estratégias publicitárias pela fala política, as mudanças retóricas e as novas configurações semiológicas do discurso político-televisivo. As alterações do discurso político derivam, promovem e consolidam transformações históricas e técnicas, de modo que nele se articulam novos valores e sensibilidades, novos meios materiais de transmissão, novas cenas enunciativas, novas discursividades e táticas retóricas, novas dinâmicas e configurações semióticas. (PIOVEZANI, 2007, p. 129)

O autor atesta que à medida que pressupomos haver estreitas relações que não são forçosamente “determinantes em última instância” e nem são tampouco mecânicas e diretas, entre um sistema de produção e um regime de governo, de um lado, e a importância atribuída ao discurso político e às formas, funções e modos de circulação desse discurso, de outro, não podemos tomar o discurso que se constitui no campo político e que circula na sociedade independentemente dos contextos sociais e históricos de produção e de interpretação (PIOVEZANI, 2007, p. 128). É importante acrescentarmos, entre os apontamentos teóricos deste autor, a sua observação de que

em consonância com o discurso dos políticos estão tanto a arquitetura imponente dos lugares de poder e os rituais e protocolos das ações e decisões políticas, quanto uma série de discursos sobre os políticos: no discurso escolar, a instauração e a difusão da crença nos “vultos notáveis”, nos “grandes homens” da política regional, nacional ou mundial; no discurso midiático, a denúncia de suas fraquezas, mas também a reiteração de suas forças, mediante a ampla divulgação de seus atos e deliberações; no discurso social, ONGs e movimentos sociais ratificam os poderes políticos, mesmo quando, ao revelarem suas faltas, atestam também sua potência de realização; e no discurso jurídico, por meio do qual o poder político fundamenta legalmente sua existência.

Essas reflexões de Piovezani podem ser colocadas em diálogo com as propostas de Beatriz Sarlo (2006), que assinala a importância que a mídia assume no que tange à

política, à imagem identitária do político e ao seu discurso. Ela observa que hoje é impossível imaginar a política fora da cena midiática e que os políticos, entregando-se por inteiro aos apelos da mídia, renunciam àquilo que os constituiu em políticos.

Justamente porque na política há pouco de imediatismo e muito de construção e imaginação, pode-se dizer que é a política que deve tornar visíveis os problemas e tirar os conflitos de sua clausura para levá-los à cena pública na qual sejam definidos e afinal encontrem suas soluções. A política tem um momento de diagnóstico e um momento forte de produtividade. Em ambos, a relação entre os políticos e os cidadãos precisa, hoje, do cenário dos meios de comunicação de massa, mas não necessariamente da tutela dos apresentadores da mídia. (SARLO, 2006, p. 87)

Nesse sentido, a autora entende que se algumas questões importantes para grande maioria das pessoas se convertem em objeto exclusivamente midiático, o sentido da política e dos políticos não parecerá evidente para ninguém. Nosso movimento em busca de um entendimento do discurso político não deixa de ser afetado por essas questões.

No que concerne ao estudo da política e à sua relação com o discurso político, Charaudeau (2008, p. 39) observa que não há política sem discurso e este é constitutivo daquela. A política depende da ação e a linguagem é o que permite que se constituam espaços de discussão nos quais se elabora o pensamento político. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica o estudo da política pelo seu discurso. Uma compreensão do discurso político, neste trabalho, nos leva e, ao mesmo tempo, nos limita a observar que ele se situa em uma rede de poder ou de poderes em permanente transformação. O discurso político, assim como o poder, não está circunscrito ao aparelho estatal, mas está disseminado nos diferentes espaços sociais. A circulação do discurso político é ampla e atravessa os lugares em que as relações de poder se manifestam, bem como os seus efeitos de controle.

Segundo as considerações de Foucault (2003a), em toda sociedade a produção do discurso é a um só tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm como papel conjurar dos discursos seus poderes e seus perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, escamotear sua pesada, temível materialidade. Entendemos que o discurso político é produzido, enquanto dispositivo e estratégia de poder, na cena midiática e esta não se desfaz de suas posições, de sua ação de

controle, seleção, montagem, permissão ou interdição de enunciados que obedecem a determinadas regras e atende a interesses políticos, econômicos etc.

Piovezani (2009) situa-nos quanto a essa questão, esclarecendo, ainda, que não se pode relacionar a ideia de política a poder de modo a vulgarizar o postulado foucaultiano sobre a onipresença do poder em sua dimensão microfísica. Partindo da assertiva de que “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1999, p. 89 citado por PIOVEZANI, 2009, p. 141), o autor esclarece que esse pensamento tem contribuído para a instalação de um silogismo falacioso de que “a política é a atividade do poder, e o poder é um multifacetado conjunto de relações de força que está em todo lugar, logo, tudo é política” (*Loc. cit.*). Tal raciocínio comprometeria a possibilidade de conceber uma especificidade “política” do discurso político.

Pela proposta de pesquisa apresentada sobre mulheres políticas, candidatas ou eleitas, dirigentes do poder executivo ou legislativo, e, principalmente, pelos textos que constituem o *corpus* dessa investigação, constituído de duas reportagens e um artigo de opinião sobre mulheres políticas nordestinas, é importante refletir, aqui, especificamente, sobre o discurso político eleitoral. Não observamos esse discurso nas circunstâncias de programas ou propagandas eleitorais, mas no sentido de uma alusão aos processos eleitorais dos quais as mulheres políticas estudadas aqui fizeram parte, pois as vitórias e derrotas que marcaram os pleitos eleitorais de que estas participaram têm certa centralidade nos enunciados que analisamos.

O discurso político eleitoral, de acordo com Menezes (2005, p. 157), “tem como objeto um evento específico do poder que é a eleição para cargos nas instituições do governo representativo”. Eleição, aqui, tem o sentido de pleito eleitoral, em que, por voto, escolhe-se alguém para ocupar o cargo representativo do poder executivo ou do poder legislativo de municípios, estados e nações. Em sua articulação com o poder, o discurso político eleitoral está na base do que caracteriza o processo de eleição, entre eleitores e postulantes ao governo representativo. Os candidatos, geralmente, excedem o número ofertado de vagas e são conduzidos a uma concorrência política, motivada por uma lógica de disputa de posições, em um espaço que situa a prática eleitoreira e a produção e reprodução dos seus discursos.

Esclarecemos que não analisamos o discurso político eleitoral de mulheres, mas os discursos midiáticos que produzem uma espetacularização nos sentidos que permeiam a



presença da mulher na política, seja em períodos eleitorais ou não. Tratamos, antes de tudo, das formas de discursividade que recaem sobre essa presença e dos seus efeitos de sentido nos enunciados que inscrevem a história das mulheres políticas em uma cultura do espetáculo.

Kathleen Jamieson (1988, p. 67-70)<sup>36</sup>, em seu livro *Eloquence in an Electronic Age*, ao observar as características contemporâneas da eloquência, oferece um relato sobre as transformações do discurso político e sobre o seu futuro na América. No capítulo intitulado *The “effeminate” style* (O estilo afeminado), introduz o seu pensamento afirmando que “a história tem muitos temas. Um deles é que as mulheres devem ficar em silêncio”. Com isso, apresenta uma discussão sobre a situação da mulher no século XVII, e as formas de silenciamento do seu discurso. A mulher era praticamente submetida a ficar em silêncio porque, em público, poderia representar uma “ameaça” ou perturbação à ordem social com o seu discurso. Assim, a sociedade se movia agressivamente para conter a fala das mulheres com diferentes formas de silenciamento.

Para a autora, a suposição de que as mulheres são biologicamente inadequadas para a atividade política foi legitimada por Aristóteles que sustentou que as mentes das mulheres deviam ser mantidas livres de qualquer esforço. Jamieson (*Idem*, p. 69-70) acrescenta que para manter o discurso das mulheres em cheque, o clero, os tribunais e os médicos desenvolveram rótulos ou “etiquetas” para desacreditar o discurso feminino: “‘Hereges!’”, disse o clérigo. ‘Histéricas!’ gritou o médico. ‘Bruxas!’ decretaram os juízes. ‘Putas’, disse um coro geral. ‘Harpías’, exclamou aqueles que exerciam o poder sobre os nomes das mulheres e da propriedade”, seus maridos, provavelmente.

Esses rótulos mantiveram o silêncio que em épocas anteriores tinha sido assegurado pela força. Eram etiquetas que privavam as mulheres de serem ouvidas, afinal não havia audiência disposta a ouvir uma bruxa, uma prostituta, uma herege ou uma histérica. Essas classificações eram autorizadas institucionalmente, o clero falava em nome da igreja, os juízes em nome da lei, e os médicos em nome da ciência. Tais classificações e suas respectivas situações de produção justificavam o fato de a mulher pública, naquela época, significar meretriz, louca, entre outros termos depreciativos, longe de remeter a qualquer imagem que lhe fosse positiva. “Mulheres públicas”, até então, era sinônimo de “mulheres alegres” ou de “mulheres da vida”, e todas essas expressões, apenas sussurradas,

---

<sup>36</sup> Cf. JAMIESON, Kathleen Hall. The “effeminate” style. In: \_\_\_\_\_. *Eloquence in an electronic age: the transformation of political speechmaking*. New York: Oxford University Press, 1988. (Tradução nossa).

nomeavam as prostitutas, “esgotos seminais”, na triste e misógina definição de Santo Agostinho (RAGO, 2004, p. 31).

De maneira geral, quando as mulheres aparecem no espaço público, os observadores ficam desconcertados; eles as vêem em massa ou em grupo, o que, aliás, corresponde quase sempre a seu modo de intervenção coletiva: manifestam-se na qualidade de mães, de donas-de-casa, de guardiãs dos víveres etc. Usam-se estereótipos para designá-las e qualificá-las. Os comissários de polícia falam de “megeras” ou de “viragos” (mulheres de aspecto e atitudes masculinizadas) para designar as manifestantes, quase sempre taxadas de “histéricas” caso soltem o menor grito. A psicologia das multidões empresta a estas uma identidade feminina, suscetível de paixão, de nervosismo, de violência e mesmo de selvageria. (PERROT, 2007, p. 21)

Para alguns pensadores, a “frieza” da mulher se opõe ao “calor” do homem: “ela é noturna, ele é solar. Ela é passiva, ele é ativo. O homem é criador, por seu sopro, o *pneuma*, e por sua semente. Na geração, a mulher não passa de um vaso do qual se pode esperar apenas que seja um bom receptáculo”. Com essas palavras, Perrot (*Ibidem*, p. 23) apresenta um pouco do pensamento filosófico da diferença dos sexos e critica a torrente desses discursos dos quais devemos nos afastar e não ter que voltar a eles.

Ao fazer menção às novas formas e dimensões do espetáculo no domínio da política, Piovezani (*Op. cit.*) observa que o discurso político teve de se adaptar a um espaço espetacular com lógica, formas e conteúdos próprios para manter seu poder de sedução e de sobrevivência. Segundo o autor (2009, p. 201), “a espetacularização da política [...] consiste em um acontecimento recente de raízes históricas milenares, constituído, portanto, de relativas continuidades e de singulares irrupções”.

Piovezani reflete, ainda, sobre os efeitos que as “imagens” das mulheres, entre a fascinação e a ruína, exerceram sobre os homens na história. O autor trata da feminização do discurso político enquanto estratégia de convencimento da audiência no meio televisivo. Ele cita que na Antiguidade Clássica a medicina hipocrática pressupunha que os corpos podiam ser quentes ou frios, respectivamente, segundo a pertença ao gênero masculino ou feminino. Derivava daí a participação masculina na *polis*, no calor da vida pública, e a permanência feminina no *oikos*, nos recônditos da vida privada. O corpo e a fala masculina na ágora grega são quentes e essa temperatura manifesta-se nas “acalouradas” intervenções dos oradores, nas assembleias helênicas (PIOVEZANI, *ibidem*, p. 274). Desse modo, as transformações no discurso político, que nas práticas de fala pública tinha um “estilo

enérgico e viril”, são produzidas a partir de uma maneira mais íntima, branda e “feminina” de falar em público.

Pelo fato de as mulheres terem sido alijadas do poder, da política e dos centros de decisões por séculos, aprenderam a desenvolver estratégias de ação mais integradas e humanizadas, “foram formadas em contextos sociais e culturais diferenciados dos masculinos, sofreram outras exigências morais e corporais, tendo, portanto, experiências completamente diferenciadas e, muitas vezes, incompreensíveis no vocabulário masculino” (RAGO, 2004, p. 38). A esfera privada do lar, o casamento, a maternidade pertenciam a um lugar de leveza, de pouco esforço físico e mental que ratificava a fragilidade da mulher.

Hannah Arendt (2007, p. 68), em seu livro *A condição humana*, produz uma reflexão sobre a representação da esfera da vida privada, observando que esta constitui uma antítese ao mundo público, à visibilidade e à própria existência social. Em suas palavras, para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana. Se ele é privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, ele é também privado de uma relação ‘objetiva’, decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, ele é privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A autora ressalta que “a privação da privatividade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse”. Assim, eram as mulheres invisibilizadas pelos recônditos do lar que as distanciavam do cenário público.

Corroborando esse pensamento, observamos que em um longo período da história o mundo privado das mulheres, ao mesmo tempo em que conotou a sua intimidade, legou-lhes também o lugar da invisibilidade e de uma inexistência social. Sabemos do imenso percurso e dos movimentos e combates vividos pelas mulheres em uma longa duração na história, dos passos difíceis trilhados em diferentes territórios que variavam entre o privado e o público, entre a arte e a guerra, entre o amor e o trabalho, entre a individualidade e a coletividade, entre o corpo e a política.

Por outro lado, era fora do contexto doméstico que se situavam os homens. Eles estavam lá, nas ruas, nas praças, nos escritórios, nas assembleias, no plenário, nas universidades e na guerra, lugares de visibilidade e de dizibilidade que lhes exigiam esforço físico e mental, lugares em que se forjaram discursos, em que se registrou sua tradicional história. As práticas, os gestos, as ações e o discurso das mulheres eram

desqualificados pelas diferentes categorias do pensamento moderno, principalmente no que concernia à religião, à justiça, à medicina e à política.

Entendemos, com base nessa reflexão, que há um universo de discussões a ser explorado sobre a presença da mulher na política e sua relação com o discurso político. Entretanto, reconhecemos que expor toda a diversidade de seus meandros ultrapassa os limites deste trabalho. Destacamos, desse modo, com certa brevidade essa reflexão, apenas como parte de uma discussão que tem grande espaço ainda a ser explorado no interior da Análise do Discurso.

Assim, de modo complementar à discussão que apresentamos aqui, abordamos os sentidos do corpo da mulher na política. Consideramos que o corpo tem uma história e é na diferença dos sexos que ele ocupa uma posição “quase” central nos discursos sobre mulheres políticas, discursos que as descrevem em retomadas singulares de sua história, bem como na tela do espetáculo que nos permite desfiar suas (re)significações na ‘arena’ política.

### **3.2 Ao sul do corpo feminino: um norte de sentidos**

A presença da mulher na política é um grande advento de passagem entre o já estabelecido no universo privado e a irrupção dessa novidade no universo público. Essa irrupção, enquanto prática constitutiva que permite o aparecimento de novas regras discursivas, promove a emergência de um discurso ritualístico. É sob a égide de um ritual que a mulher entra na cena discursiva da política, sob a demarcação de uma nova história, uma mudança que “partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação” (PERROT, 2007, p. 15).

Tentando compreender como se constrói esse “rito” da presença feminina na política, procuramos delinear nossas considerações trabalhando com diferentes gêneros veiculados na mídia. No capítulo anterior, por exemplo, tecemos toda a discussão teórica em um diálogo com frases, poesia e charges, gêneros de discursos que não deixam de ocupar um lugar na construção da opinião ou da percepção pública sobre mulheres políticas. Neste capítulo, para ilustrarmos a discussão sobre o corpo feminino na dimensão do espetáculo político, selecionamos cinco notícias, enquanto lugares estratégicos de

produção e reprodução da identidade da mulher política. Entendemos que essas notícias, pela forma como se apresentam na mídia impressa, constituem “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 262), que se configuram como um “relato ou narrativa de fatos, acontecimentos, informações, recentes ou atuais, do cotidiano, ocorridos na cidade, no campo, no país ou no mundo, os quais têm grande importância para a comunidade e o público leitor” (COSTA, 2008, p. 141-142).

Quanto ao objetivo da notícia, Costa (*Loc. cit.*) acrescenta que este gênero, calcado num compromisso ético, visa informar os leitores o mais neutramente possível e com grande fidedignidade e observa, por outro lado, que as aparências são o universo da notícia, pois não basta que seja verdadeira, ela precisa parecer verdadeira<sup>37</sup>. Segundo Birman (2003), a notícia é uma produção de sentido engendrada pelos meios de comunicação de massa, que transcende em muito a simples descrição realista dos acontecimentos. Assim, a mídia escolhe, dentre o que ocorre, o que deve ser noticiado, existindo uma seleção prévia na constituição do produto dessa escolha. Com isso, realiza-se um recorte sobre a realidade, que se funde em certos interesses.

Essas considerações nos reportam a refletir sobre as condições de produção dessas notícias, no seu sinuoso aparato de formalizar discursos no heterogêneo diálogo com a história. Pierre Achard (2007, p. 17), ao discutir sobre o papel da memória e a produção discursiva do sentido, observa que “um texto dado trabalha através de sua circulação social, o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido a partir das restrições de uma forma única”. Em nosso estudo, entendemos que a produção da notícia repousa, também, em uma dada instabilidade, entre o esquecimento e a repetição de uma história que circunscreve o feminino na política.

Assim, possivelmente, temos discursos que tentam revestir as identidades rigidamente, embora suscitem mobilidades, em uma dinâmica de identificações, há também formas “rígidas” de discursos que, sob o funcionamento de uma memória, representam a mulher política. De acordo com Bauman (2005, p. 38),

em nosso mundo de “individualização” em excesso, as identidades são bênçãos ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como

---

<sup>37</sup> Essas ideias sobre a neutralidade do discurso da mídia são recorrentes em certas teorias da comunicação. Esse assunto, em si, já abre possibilidades de discussões promissoras sobre as relações entre AD e estudos de mídia que não cabem nesse momento, mas que são pertinentes para futuros trabalhos.

dizer quando um se transforma no outro. [...] Num ambiente de vida líquido-moderno, as identidades talvez sejam as encarnações mais comuns, mais aguçadas, mais profundamente sentidas e perturbadoras da *ambivalência*. É por isso, diria eu, que estão firmemente assentadas no próprio cerne da atenção dos indivíduos líquido-modernos e colocadas no topo de seus debates existenciais.

Emoldurando essa reflexão, pensamos o discurso como um lugar de produção de identidades transitórias. Como uma nova ordem, a história autentica uma validade às vezes que emergem na política, nos discursos que a grande imprensa produz, apresentando a política como um lugar “quase” inóspito à presença feminina, e o corpo é o seu objeto de escolha, o alvo de uma discursividade, um prenúncio de uma subversão dos sentidos. Sobre essa questão, Milanez (2006a, p. 157) observa que as descrições sobre o corpo não cessam de se recitar, “deslocando-se nas suas citações e repetições, ao mesmo tempo que se inscrevem num espaço do discurso, numa série de enunciados, em seus conjuntos estratificados ou desnivelados, desvelando modalidades linguísticas e imagéticas dessa inscrição”. Essas posições podem ser mobilizadas na análise da seguinte notícia:



**Surpresinha de verão**  
**É a economia, que deu uma ligeira recuperada, mas os alemães só falam naquilo: o cartaz comparando as políticas da abundância.**

*Ela não está, assim, vendendo saúde, mas já deu uma boa levantada. Falamos, claro, da economia da Alemanha. [...] A surpresinha de verão decorre da recuperação geral da economia mundial e da*

*cuidadosamente calibrada política econômica da primeira-ministra, **Ângela Merkel**. Suma sacerdotisa dos procedimentos ajuizados, ela concedeu um déficit fiscal que deve chegar a 4% neste ano – nada comparável aos 12% dos Estados Unidos, que estão gastando como um marinheiro bêbado para estimular a economia, embora baste para tirar o pé da lama. Mas ainda não suficiente para desviar as atenções do assunto mais comentado da semana na Alemanha: o cartaz de campanha de **Vera Lengsfeld**, candidata a deputada nas eleições de setembro. Democrata-cristã como Merkel e igualmente provinda da antiga*

*Alemanha Oriental, ela enfatizou as similitudes. Posou para uma foto quase idêntica à que mostra a única exceção na vida da absurdamente discreta primeira-ministra – o vestido muito decotado que usou numa cerimônia de gala na Noruega, no ano passado. "Nós temos mais a oferecer", diz o cartaz em que a candidata parece ter recorrido a um certo programa de computador que tira ou põe, conforme o gosto da freguesa. Será que ela se referia à franjinha? (Veja, 19 ago. 2009, p. 51).*

Nessa notícia, encontram-se o corpo e a alma feminina, objetos que tomam forma no importante diálogo entre mulher e política. John Locke, no *Segundo Tratado* sobre a natureza e os limites da autoridade política, considerando a noção de igualdade e de propriedade, atesta que “cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo” (LOCKE, 1978, p. 45). Com base nesse discurso, o corpo é a posse primeira, indevassável e inviolável do cidadão. O corpo se inclui nessa propriedade privada do indivíduo que o contém, de maneira que nenhum outro pode dele legalmente se apossar, do jeito que quiser e bem entender, sem a prévia autorização do seu dono (BIRMAN, 1999, p. 178). Por outro lado, entendemos que o corpo, enquanto lugar de posse do indivíduo, conduz essas afirmações a um lugar de duelos e de questionamentos. O corpo, afinal, é também um lugar de agenciamentos.

A imagem voltada aos seios volumosos das duas políticas traduz um apelo erótico, um efeito de exibição e desnudamento dessa parte, antes recôndita, do corpo da mulher. Os seios femininos, entre suas duas funções biológicas, diga-se uma parental e outra sexual, têm “mais a oferecer” na visibilidade do cartaz veiculado na notícia. Essa imagem constitui, também, suportes de discursos e de uma sexualidade anunciada na política. Ao anunciar que a *surpresinha de verão é a economia, mas os alemães só falam naquilo*, a notícia atravessa outros territórios discursivos e convoca outras percepções e sentidos: *as políticas da abundância* flutuam entre diferentes lugares de discurso, entre a economia alemã e os decotes dos vestidos de suas mulheres políticas.

Entendemos que o corpo é traduzido em diferentes movimentos discursivos: enquanto objeto de manipulação da medicina, transformado e passível de modificações, confiscado por religiosos, tratado como lugar de intervenções comerciais e políticas, mas, também, como um lugar de admiração de poetas, o corpo feminino reina e padece em diversas épocas da história. O corpo feminino é um território há muito considerado de

posse e cultivo masculino, “vaso receptor”, ora sagrado ora laico, o corpo das mulheres foi várias vezes identificado por seus mistérios e forças (SANT’ANNA, 2003).

Estudar a presença do corpo como um lugar de subjetividade, esse “corpo-suporte” de discursos sobre mulheres políticas, é, também, entrar na arriscada ordem de um discurso (FOUCAULT, 2003a, p. 7) que dilui identidades. E o que nos acompanha nessa ordem arriscada do discurso? Uma celebração à natureza e ao corpo da mulher. É preciso despir a mulher, segundo as imagens que se revestem de marcas e martelam a memória no resgate do estereótipo feminino. Entre os enunciados e imagens,

a sexualidade como dispositivo pode estar presente no programa de uma instituição, pode intentar mascarar uma prática ou mesmo reinterpretar essa prática, aspectos que parecem ser muito bem desenvolvidos pela mídia que, nada mais nada menos, respondem à urgência de uma sociedade que busca a visibilidade do corpo. (MILANEZ, 2006a, p. 151)

O autor reitera que o corpo constitui um dispositivo que passa a ser utilizado como expressão das moralidades de nossa época. “Investe-se, portanto, a consciência do corpo nas suas relações e efeitos com o poder, [...] a emergência desse tipo de poder é, na verdade, um feixe aberto que se realiza por meio de um jogo de relações, produzindo um objeto imaginário, historicamente datável: o sexo”. (MILANEZ, *ibidem*, p. 152). Como se constituísse o campo de uma contínua tradução, uma incógnita a ser resolvida, “um código à espera de ser decifrado” (DE CERTEAU, 2007, p. 15), o corpo transforma-se em um espaço em que se produzem outros discursos, um lugar de expansão dos sentidos. O corpo constitui um objeto de discursos sobre o qual se opera um fazer discursivo. É a escrita de uma história, segundo as diferentes práticas discursivas que se situam em torno do corpo. Essas práticas reconduzem o corpo a outras discursividades, ritualizando o seu aparecimento no discurso e os seus efeitos de sentido.

Assim, não buscamos, aqui, compreender o corpo da mulher “em sua imobilidade, com suas propriedades eternas”, no dizer de Perrot (2007, p. 41), mas o corpo situado, em seus movimentos e confrontos, na história, da qual os historiadores Corbin, Courtine e Vigarello (2008) foram tomando consciência progressivamente para tornar possível uma *História do Corpo*.

De acordo com esses autores,



a história do corpo feminino é também a história de uma dominação na qual os simples critérios da estética já são reveladores: a exigência tradicional por uma beleza sempre “pudica”, virginal e vigiada, impôs-se por muito tempo, antes que se afirmassem libertações decisivas repercutidas nas formas e nos perfis, movimentos mais aceitos, sorrisos mais expansivos, corpos mais desnudos. A história do corpo, em outras palavras, não poderia escapar à história dos modelos de gênero e das identidades. (CORBIN, COURTINE, VIGARELLO, 2008, p. 13)

Se o corpo tem uma história, ele autoriza uma escrita, uma existência no discurso, um saber-dizer que o decifra, que o distingue e que o caracteriza como suporte de diferentes saberes, de diferentes discursos. Ao produzir uma das mais importantes reflexões da história e da antropologia sobre o corpo, Courtine (2008b) questiona como é que o corpo se tornou, em nossos dias, um objeto de investigação histórica. O autor observa que, para os pensadores, no final do século XIX, o corpo era “um pedaço de matéria, um feixe de mecanismos”. Já no século XX, o corpo é visto como um objeto teórico. Teoriza-se o corpo, primeiramente, com Freud, a partir da Psicanálise – “o inconsciente fala através do corpo”. Ao ser ligado ao inconsciente, o corpo amarra-se ao sujeito e é inserido nas formas sociais da cultura (COURTINE, 2008b, p. 7-8).

Nos discursos sobre mulheres políticas, o corpo é o espaço cristalizado sobre o qual são mobilizadas significações. Estas imprimem no corpo um movimento entre sua naturalização e desnaturalização, é um lugar que fraciona discursos, um suporte de duelo de sentidos que estampam em sua superfície uma cultura e uma natureza do existir. Del Priore (2000) observa como o corpo da mulher é introduzido na cena das transformações radicais do século XX e, ao mesmo tempo, como esse corpo passa por seu desvelo, segundo as circunstâncias midiáticas que o desnudou em seus discursos.

No decorrer do século XX a mulher se despiu. O nu, na mídia, nas televisões, nas revistas e nas praias, incentivou o corpo a desvelar-se em público, banalizando-se sexualmente. A solução foi cobri-lo de cremes, vitaminas, silicones e colágenos. A pele tonificada, alisada, limpa, apresenta-se idealmente como uma nova forma de vestimenta, que não enruga nem “amassa” jamais. Uma estética esportiva voltada ao culto do corpo, fonte inesgotável de ansiedade e frustração, levou a melhor sobre a sensualidade imaginária e simbólica. Diferentemente de nossas avós, não nos preocupamos mais em salvar nossas almas, mas em salvar nossos corpos da desgraça da rejeição social. Nosso tormento não é o fogo do inferno, mas a balança e o espelho. “Liberar-se”, contrariamente ao que queriam as feministas, tornou-se sinônimo de lutar, centímetro por centímetro, contra a decrepitude fatal. Decrepitude, agora, culpada,

pois o prestígio exagerado da juventude tornou a velhice vergonhosa. (DEL PRIORE, 2000, p. 11)

Nesses discursos há algo de comum que os integra, que os categoriza: o corpo da mulher é objeto de transformação e de desejo, é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, vigiado, sob ou sobre as roupas que o vestem, bem como sob o jugo do olhar que se lança sobre ele na grande mídia. Nesse sentido, a noção de biopoder, desdobrando-se entre a disciplina e a biopolítica, é significativa à ordem desses discursos. Como uma forma de disciplinarizar a vida individual e de adestrar o corpo dos indivíduos ou como um poder que regula a coletividade de modo a manter uma condição estável que assegure o equilíbrio da população (CASTRO, 2009, p. 57-58), o biopoder se inscreve nas regularidades dessas notícias. Isso pode ser observado quando se discursiviza a aparência renovada ou a manutenção da jovialidade das mulheres políticas. O olhar vigilante se refaz em algumas sequências da última notícia, como em *deu uma levantada*, o que justifica a *Surpresinha de verão*, expressão que traduz os seios possivelmente “siliconados”, agora jovens e empinados, de mulheres políticas de uma certa idade. Esses enunciados colocam o corpo feminino sob o jugo da norma, da disciplina e das regulações de sentido.

Os enunciados se multiplicam e se prendem à alça de repetibilidades e de retomadas que estabilizam os sentidos e produzem um efeito de estereotipização da mulher política, como podemos observar na notícia seguinte.



### ***Sob o sol do cerrado***

*Dia de crise, mesmo, foi a segunda-feira da presidente argentina **CRISTINA KIRCHNER** em Brasília, de tailleur azul-royal – de tecido sintético, ainda por cima –, meia preta e a costureira camada pré-sal de maquiagem, tudo sob um calor de 32 graus. Na visita ao Senado, subiu a rampa praticamente correndo. "Se demorar, vou chegar lá em cima uma presidente desmanchada", brincou. No*

*Palácio do Planalto, uma cruzada de pernas revelou que a meia-calça havia sucumbido (ao calor? À correria? Ao peso das responsabilidades presidenciais?). Foi rapidamente trocada por outra. Se o caso da maleta dos 800 000 dólares fosse assim tão fácil... (Veja, 17 set. 2008, p. 93).*

A notícia intitulada “Sob o sol do cerrado” inicia-se com a passagem: *Dia de crise, mesmo, foi a segunda-feira da presidente argentina CRISTINA KIRCHNER em Brasília, de tailleur azul-royal – de tecido sintético [...].* A locução “de crise” apesar de geralmente, em se tratando de uma notícia sobre política, remeter ao campo da política, não equivale a esse campo de significação, pois é (re)significada a partir do deslocamento de sentidos que se atrelam à roupa azul de tecido sintético. Todo o enunciado volta-se à indumentária da política argentina e à “crise” provocada por ela. Com isso, há uma regulação no olhar da mídia sobre a presidenta. É o jogo do olhar vigilante que constitui uma prática de poder. Um olhar que prevê a instauração de uma forma panóptica de discurso ou de um dizer, enquanto prática sofisticada de vigilância e de poder.

A construção desse estereótipo funciona como algo produtivo que imprime na subjetividade feminina um modo de ser/estar no mundo, é um mecanismo de poder que a coloca em lugar de confronto com o saber que define o lugar da política. *A meia preta e a costureira camada pré-sal de maquiagem* se imbricam em um produtivo deslocamento de sentidos, sentidos que migram do público para o privado, do político para o pessoal. Essa sequência retoma, novamente, a necessidade de a mulher política se mostrar jovem, mesmo que isso aconteça por meio de uma maquiagem exagerada que a mídia vai “explorar” em seu discurso. O biopoder está implicado nesses enunciados, ele opera através deles, na medida em que evoca a aparência do corpo da mulher política ao centro do acontecimento discursivo. O instantâneo da fotografia aliada à passagem: *Uma cruzada de pernas revelou que a meia-calça havia sucumbido (ao calor? À correria? Ao peso das responsabilidades presidenciais?)* é o anúncio de uma subversão do sentido. A cruzada de pernas da presidenta é cuidadosamente codificada pela mídia que ritualiza sua imagem e promove expectativas de sentido.

O *dia de crise* se prende às meias e à *cruzada de pernas* da presidente da Argentina, prende-se, ainda, a uma memória que valoriza o poder erótico das pernas, aqui, situadas em uma devida visibilidade do corpo da mulher política. Desmond Morris (2005), ilustrando uma discussão sobre as pernas femininas, conta-nos que a princesa austríaca Mariana, aos

quinze anos, estava para se casar com Felipe IV da Espanha, quando ele lhe enviou, como um dos presentes de casamento, um par de meias, que foi devolvido por um mensageiro com as seguintes palavras: “A rainha da Espanha não tem pernas”. O que o mensageiro quis dizer é que, como não se podiam ver as pernas da rainha, não havia por que enfeitá-las com meias decorativas. Se naquela época mostrar as pernas era sinônimo de convite sexual, hoje, comunga-se, ainda, com essa possibilidade. A autora reitera que cada vez que uma mulher abre, fecha ou cruza as pernas, chama a atenção para o ponto onde elas se encontram – que é o foco principal do interesse sexual masculino. É quase como se, no recesso da mente do homem, o par de pernas funcionasse como uma flecha que indicasse a “terra prometida” (MORRIS, 2005, p. 219).

Com isso, entendemos que não é possível compreender as principais representações do corpo neste século a não ser encontrando a sua fonte ou seu meio de transmissão. Nessas notícias, tanto sua origem como sua vulgarização estão sobre a tela do espetáculo de massa (BAECQHE, 2008, p. 481).

Guy Debord (1997, p. 14) complementa esse pensamento, assinalando que

o espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como instrumento de unificação. Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo olhar e toda consciência. Pelo fato de esse setor estar separado, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência [...].

O corpo nos discursos circula de um lugar para outro, desenhando e enunciando um cenário, oferecendo a sua imagem a uma prova de verdade. Ele é parte de um acontecimento projetado e lançado nos enunciados cotidianos da mídia como forma de espetáculo. Esses enunciados têm um poder de convite que conduz os leitores a entrarem na história do feminino na política. Enquanto espectadores, eles formam a massa que realiza uma leitura e que perpetua um olhar estereotipante sobre a imagem da mulher. Imagem que, segundo Davallon (2007, p. 30), é antes de tudo um dispositivo que pertence a uma estratégia de comunicação: dispositivo que tem a capacidade de regular o tempo e as modalidades de sua recepção em seu conjunto ou a emergência da significação.

As práticas que discursivizam o corpo acompanham os caracteres discursivos da iconicidade e a sua referência às imagens que, proficuamente, dialogam com o conceito de memória, pois é impossível interpretar o discurso sem que ele faça referência a uma cultura visual que proponha a existência de uma memória visual.

Ao produzir uma reflexão sobre a memória das imagens, o conceito de *intericonicidade* estudado por Courtine vem aclarar algumas questões referentes aos contornos discursivos que as imagens assumem nos textos aqui apresentados. Em uma importante entrevista realizada com Courtine (em 2005), Milanez (2006c) destaca, em sua tese *As aventuras do corpo*, o pensamento do autor quando indagado sobre o conceito de intericonicidade<sup>38</sup>:

O que eu quis fazer ao introduzir a noção de intericonicidade foi sublinhar ao mesmo tempo os caracteres discursivos da iconicidade, isto quer dizer que eu pensei que mais que um modelo de língua, era um modelo do discurso que precisava fazer referência à imagem. Pareceu-me, nas pesquisas que eu conduzi antes sobre o discurso com, em colaboração e depois de Michel Pêcheux, que a noção de memória discursiva que eu introduzi tinha por natureza o poder de dar conta ao mesmo tempo da teoria e da metodologia. Eu me explico. Parece-me que a idéia de memória discursiva, aquela em que não há texto, não há discurso que não sejam interpretáveis, compreensíveis sem referências a uma tal memória, diria a mesma coisa de uma imagem. Toda imagem se inscreve em uma cultura visual e essa cultura visual supõe a existência para o indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens. Toda imagem tem um eco. Essa memória das imagens se chama a história das imagens vistas, mas isso poderia ser também a memória das imagens sugeridas pela percepção exterior de uma imagem. Portanto, a noção de intericonicidade é uma noção complexa, porque ela supõe a relação de uma imagem externa, mas também interna. As imagens de lembranças, as imagens de memória, as imagens de impressão visual armazenadas pelo indivíduo. Imagens que nos façam ressurgir outras imagens, mesmo que essas imagens sejam apenas vistas ou simplesmente imaginadas. O que me parece importante, é que isso coloca a questão do corpo bem no centro da análise. (COURTINE, 2005 citado por MILANEZ, 2006c, p. 95)

Assim, a produção das imagens, segundo Courtine, depende, então, de duas condições que se sustentam reciprocamente: uma que diz respeito a nossa faculdade em animar imagens inanimadas, tornando-as suscetíveis de diálogo e, outra, que nos fala diretamente da capacidade das imagens de tomar corpo no suporte que as recebe (MILANEZ, *loc. cit.*). Entendemos que a intericonicidade constitui um (des)contínuo diálogo entre uma imagem interna<sup>39</sup> e as imagens externas que povoam os sentidos nos

<sup>38</sup> Entrevista com Jean-Jacques Courtine em 27/10/2005 na Sorbonne, em Paris. In: MILANEZ, N. *As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação às memórias de si* em revista impressa. 2006. 210 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2006c.

<sup>39</sup> Ao aludir à existência de imagens *internas*, Courtine não está se filiando a uma interpretação psicologista ou a uma essencialidade subjetivista. Ele se refere ao fato de que há uma singularidade na memória, ela não é

discursos sobre mulheres políticas. Gregolin (2008, p. 33), em seus estudos sobre a articulação entre memória discursiva e intericonicidade, observa que

por meio de movimentos de intericonicidade, as imagens travam um embate com a memória, fazem deslizar a tradição e instauram outros sentidos: nessa tensão dialética entre o dado e o novo os sentidos da mídia fulguram como um lampejo que só pode ser apanhado na transitória aparição do acontecimento discursivo.

Com base nessas considerações e nas notícias apresentadas, notamos que é preciso verter a sexualidade feminina nos discursos que narram a mulher política, pois “o sexo é o elemento mais especulativo, mais ideal e igualmente mais interior, num dispositivo de sexualidade que o poder organiza em suas captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres” (FOUCAULT, 2005, p. 145).

Há efeitos de sentido que flutuam nesse espaço imagético da notícia. Neste lugar, há o corpo que precisa ser mostrado e que quer ser visto, o corpo que toma proporções de acontecimento e que encontrará também um lugar de divulgação no *mass media* que, por sua vez, visa deter o monopólio da produção das espetacularizações diárias, parecendo abranger uma superprodução de um saber sociocultural sobre a sexualidade (MILANEZ, 2006b). Com isso, temos sentidos que se entrelaçam à dissimetria entre o feminino e o masculino, como algo que se torna patente na produção da identidade e também da diferença. São sentidos que mantêm uma estreita conexão com as relações de um poder que “define a identidade e marca a diferença” (SILVA, p. 2000, p. 81).

Com base nessa reflexão, buscamos discutir sobre formas de culturalização, que, historicamente, permitiram a emergência dessas diferenças, da difusão e, também, da dissolução das identidades nas zonas incertas da sexualidade. Na notícia a seguir, observamos que esses discursos nos incitam a nos colocarmos diante de uma política de poder e de saber que tenta desnaturalizar os efeitos de sentido impressos nas diferenças que dividem os sexos.

---

exatamente a mesma para todos os indivíduos porque cada sujeito tem a possibilidade de agenciar a memória coletiva, interpretando-a a partir de suas experiências históricas.



### ***O mundo inteiro torce por ela***

*Esquerda e direita, norte e sul, homens e mulheres: praticamente o mundo inteiro tem enorme simpatia pela nova presidente do Chile, **Michelle Bachelet**, 54 anos. Tanto que o maior risco que ela corre é o do excesso de expectativas. Consciente disso, começou pegando leve: a primeira das 36 mudanças que promete em 100 dias de governo foi baixar de 65 para 60 anos a idade para assistência médica gratuita. A simpática presidente não pinta as unhas, usa sempre o mesmo cabelo "prático" e veste comportados tailleurs – sendo esse o traje oficial do novo governo, em que metade dos vinte*

*ministros são mulheres. Única vaidade: usou bege na posse e pediu que nenhuma das mulheres à sua volta vestisse cor igual. Foi atendida, claro. (Veja, 22 mar. 2006, p. 79).*

No excerto da notícia: *A simpática presidente não pinta as unhas, usa sempre o mesmo cabelo “prático” e veste comportados tailleurs*, temos a expressão de um fato cotidiano consolidando a emergência de um acontecimento, ele está na base de sua irrupção na notícia, é o que emerge da natureza doméstica, da vaidade e do corpo da mulher na vida pública: suas unhas, seus cabelos, sua roupa. Del Priore (2000, p. 32) observa que a roupa, na sua forma, cor e substância, significou durante o Antigo Regime, ou seja, entre os séculos XVI e XVIII, uma condição, uma qualidade, um estado. Não havia dúvidas quanto a isso. A roupa era e ainda é um instrumento de regulação política, social e econômica, as “leis suntuárias” existiam para manter visíveis os níveis sociais de quem se vestia. Nesta notícia, é a roupa que inscreve a discricção da mulher no campo sexuado da política.

Pierre Nora (1995, p.184), ao fazer uma distinção entre o que entende por *acontecimento* e por *fato cotidiano*, acrescenta que o acontecimento pertence por natureza a uma categoria bem catalogada da razão histórica: “acontecimento político ou social, literário ou científico, local ou nacional, seu lugar se inscreve nas rubricas dos jornais”. Já o fato cotidiano ocupa um lugar simetricamente inverso, “afogado no que se encontra espalhado, fora de categoria, consagrado ao inclassificável e ao que não é importante, remete, por outro lado, a um conteúdo estranho a um contexto de convenções sociais”. O

autor admite, ainda, que sobre qualquer acontecimento, o imaginário de massa quer poder enxertar qualquer coisa do fato cotidiano. Dessa maneira,

o próprio do acontecimento moderno encontra-se no seu desenvolvimento numa cena imediatamente pública, em não estar jamais sem repórter-espectador nem espectador-repórter, em ser visto se fazendo, e esse “voyerismo” dá à atualidade tanto sua especificidade com relação à História quanto seu perfume já histórico. [...] Esse acontecimento sem historiador é feito da participação afetiva das massas, o só e único meio que elas têm de participar da vida pública: participação exigente e alienada, voraz e frustrada, múltipla e distante, impotente e portanto soberana, autônoma e teleguiada como essa impalpável realidade da vida contemporânea que se chama opinião. (NORA, 1995, p. 184-186)

É na fabricação do acontecimento que se produz o saber como forma de poder, em uma sociedade de informação democrática. Gregolin (2000, p. 16) atesta que “o acontecimento enunciativo não deve ser tratado em si mesmo, mas deve-se compreender como esses enunciados podem-se articular com acontecimentos que não são de natureza discursiva e estabelecerem, com eles, um jogo de relações.” Há um deslocamento de sentidos na notícia que provoca esse lugar de mulher na política, investido-o de um papel feminizado. Discrção, cabelo prático, unhas sem esmalte e, uma *Única vaidade: usou bege na posse e pediu que nenhuma das mulheres à sua volta vestisse cor igual*. Esse papel é senão um espelho da história e das heranças mítico-religiosas que atravessaram essa mesma história de silêncios e de sentimentos resignados pelo fato, talvez, de que “os deuses assim o quiseram”.

Perrot (2005) acrescenta que as roupas pertencem à esfera do público, pois estão ligadas à aparência, a uma forma de civilidade, a uma tirania e a um dever que se exerce sobre o corpo das mulheres a toda hora do dia e a cada estação. É um dever que dá forma à memória.

A monotonia dos anos se diferencia pela roupa que fixa também a representação dos acontecimentos que fazem seu coração bater: “Eu usava, naquele dia...” ela dirá. A memória das mulheres é vestida. A roupa é a sua segunda pele, a única de que se ousa falar ou ao menos sonhar. A importância das aparências faz que as mulheres sejam mais atentas ao léxico destas mesmas aparências. (PERROT, 2005, p. 39)

A autora traz para essa discussão os estudos foucaultianos sobre a história das mulheres, assinalando que, por sua crítica do essencialismo e do universalismo, Michel



Foucault oferece, inicialmente, à história das mulheres, uma base conceitual e armas para seu trabalho de desconstrução das palavras e das coisas. “Não há objetos naturais, não há sexo fundado na natureza: o Homem está morto? A Mulher também” (PERROT, *loc. cit.*).

Embora Freud tenha escrito que ninguém nasce homem ou mulher, mas tornamos homens ou mulheres, na visão de Kehl (2008, p. 9), “o conjunto de suas investigações sobre a sexualidade não escapa das tentativas científicas de estabelecer a natureza da sexualidade masculina e feminina e, a partir dela, encontra a verdadeira essência da masculinidade e da feminilidade”. Freud, restrito aos estudos dos quais fez parte e que foram formulados por médicos e psiquiatras homens, participantes do Círculo Psicanalítico de Viena, compreendia em sua teoria que o sexo feminino era um gênero falho, privado anatomicamente do falo que predestina o sexo masculino ao poder. Com base nesse pensamento, Freud instaurou um modelo teórico universal para as mulheres, reduzindo-as a uma falta, considerando-as servas reprodutoras da espécie. Com isso, temos o retrato misógino que fundamentou a sua tese.

Foucault nega, de forma decisiva, o pensamento de Freud que se refere, em sua famosa frase, à sexualidade feminina como um “continente negro”, que precisa de exploradores especializados. Foucault acreditava serem esses argumentos essencialistas que ignoravam o fato de a sexualidade ser um “aparato histórico” que tinha se desenvolvido como parte de uma rede complexa de regulação social que organizava e modelava os corpos e os comportamentos individuais. “A sexualidade não pode agir como uma resistência ao poder porque está demasiadamente envolvida nos modos pelos quais o poder atua na sociedade” (WEEKS, 2007, p. 45).

Nas palavras de Foucault “‘a mulher não existe’, palavras ditas também por Lacan, visando particularmente a psicanálise, à qual Michel Foucault recusava igualmente a pretensão de afirmar a eternidade de uma sexualidade feminina, ao contrário, inscrita nos meandros do tempo” (PERROT, 2005, p. 501). A mulher política não constitui uma uniformidade ou unidade que reúne sentidos diversos, ela é, sim, um produto de homogeneização, pela exposição à que são submetidos seu corpo e sua imagem, pelas arestas de sua história, pelas fendas de suas saias e de seus decotes que dão mobilidade às diferentes relações de poder assentadas sobre os enunciados que as localizam.

Vejamos, assim, o que nos tem a dizer a notícia seguinte que nos apresenta a *Última moda do Alasca*.

### *Última moda do Alasca*

*A última coisa que a candidata republicana a vice-presidente dos Estados Unidos, Sarah Palin, quer é parecer sexy. Mãe de cinco filhos, com um neto a caminho, ela usa franja e coque do tempo da vovó – que parece ser a última moda no Alasca, Estado onde cresceu e que governa. Mas ela não tem conseguido. Comentaristas de jornais e blogueiros de plantão não sabem enxergar outra coisa senão seus pares de sapatos vermelhos. Acham muito sensual. (Isto é, 21 mai. 2008, p. 98-99).*



Nesta notícia, temos a passagem: *ela usa franja e coque do tempo da vovó*, em que é dada uma ênfase aos cabelos da candidata que a torna identificável. Há uma outra alusão dada aos cabelos na notícia da presidente Bachelet. Segundo Morris (2005, p. 26), existe uma simples dicotomia no simbolismo dos cabelos femininos que é o contraste entre os cabelos naturais, longos, soltos e acessíveis e os cabelos curtos, sóbrios e rigidamente penteados. Os cabelos longos são vistos como símbolo de sensualidade, liberdade de espírito, rebeldia pacífica e criatividade e os curtos têm sido associados à disciplina, autocontrole, eficiência, capacidade de adaptação e assertividade. Por estar no centro da notícia, a visibilidade dada ao penteado do cabelo, além de compartilhar metaforicamente de uma forma de anunciar a identidade da candidata, constitui o funcionamento de um biopoder que se exerce sobre o corpo da mulher.

No enunciado: *Comentaristas de jornais e blogueiros de plantão não sabem enxergar outra coisa senão seus pares de sapatos vermelhos. Acham muito sensual*, temos uma alusão ao olhar vigilante que se desloca para a feminilidade, para um corpo que calça sapatos sensuais, para uma subjetividade (des)construída na política, mas não na sua feminilidade. Observamos, de acordo com Louro (2007, p. 14), que “nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por fim, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstância”. Nas relações de poder que mobilizam os discursos sobre mulheres políticas, em todas as notícias aqui ilustradas, centra-se a biopolítica.

Embora se apresente molecular, a biopolítica traduz-se no poder que os discursos exercem sobre o corpo, sobre a vida pessoal, sobre a sexualidade, sobre a beleza feminina, calculando-a e, ao mesmo tempo, cristalizando suas imagens em enunciados que definem o seu lugar segundo a herança de uma sociedade politicamente patriarcal. Assim, seria possível pensar o corpo, não apenas na construção discursiva da mulher política, mas do homem político também, livre dos jugos que os discursos carregam em sua intersecção com a linguagem, os sujeitos e a história? Uma resposta para esse questionamento pode ser tecida por Foucault (2002b, p. 119), nas seguintes considerações:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina.

Temos, com isso, discursos que assumem formas panópticas que colocam o corpo em uma ordem que

prescreve a cada um seu lugar, a cada um seu corpo, a cada um sua doença e sua morte, a cada um seu bem, por meio de um poder onipresente e onisciente que se subdivide ele mesmo de maneira regular e ininterrupta até a determinação final do indivíduo, do que o caracteriza, do que lhe pertence, ou do que lhe acontece. (FOUCAULT, 2002b, p. 163-164)

É no discurso que o corpo circula de um lugar para outro, desenhando um balé de sentidos em um cenário no qual oferece a sua imagem a uma prova de verdade. Há um poder de encantamento e de convite que conduz os leitores desses enunciados a entrarem na história da mulher na política. Enquanto espectadores, eles constituem a massa que realiza uma leitura e que perpetua um olhar estereotipante sobre a mulher. Assim, como podemos perceber, na notícia sobre a prefeita de Natal-RN, reitera-se que ela não é *apenas um rosto bonito na política*.

### *Micarla na escola tucana*



*Determinada a se tornar mais que "apenas um rosto bonito" na política, como afirmou o presidente Lula, a prefeita eleita de Natal, Micarla de Sousa, do PV, decidiu fazer um curso rápido de administração pública antes de assumir o cargo. Ela escolheu três tucanos como professores. Em São Paulo, a futura prefeita passou três dias com a equipe do governador José Serra, tomando aulas sobre planejamento financeiro. Em Belo Horizonte, o governador Aécio Neves lhe deu lições de como reduzir gastos da máquina pública. Em Curitiba, na semana que vem, o prefeito Beto Richa vai lhe ensinar tudo sobre a eficiente rede de transportes públicos da cidade. O senador José Agripino, padrinho político de Micarla, aprovou com entusiasmo o périplo pedagógico. (Veja, 12 nov. 2008, p. 78).*

Ao se dizer *Determinada a se tornar mais que "apenas um rosto bonito" na política*, há um efeito de oclusão dos sentidos neste enunciado. Nele, o corpo constitui um lugar de linguagem, de leituras e de estereotipização e é por ele que identificamos uma relação conflitiva entre o feminino e a política. Alia-se, nesses enunciados midiáticos, o corpo feminino à marca da diferença entre os sexos, dada a visibilidade do corpo enquanto lugar de uma experiência heterogênea de discursos. A expressão “mais que um rosto bonito” é retomada de outros discursos, em que se chama atenção para a “inusitada” inteligência das mulheres consideradas bonitas.

No artigo intitulado *O espelho da alma*, Courtine (2008c, p. 402) produz uma importante discussão sobre a fisionomia, a arte “de decifrar a linguagem do corpo” e “de conhecer o caráter dos homens pela observação das feições do rosto”<sup>40</sup>. Na tentativa de explorar um intenso debate sobre os sinais e as linguagens do corpo, a fisionomia elabora um olhar sobre o corpo, construindo uma imagem, uma memória que, indiretamente, evoca o essencialismo do corpo feminino e a sua dizibilidade nos enunciados sobre as práticas da mulher na política. As notícias funcionam como instrumentos de avaliação e de intensificação do controle sócio-histórico sobre o corpo.

Nas palavras de Courtine (2006, p. 57),

<sup>40</sup> Cf. definição no Dicionário Michaelis (2002, p. 963) da Língua Portuguesa.

a transmissão da informação política, atualmente dominada pelas mídias, se apresenta como um fenômeno total de comunicação, representação extremamente complexa na qual os discursos estão imbricados em práticas não-verbais, em que o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, em que a expressão pela linguagem se conjuga com a expressão do rosto, em que o texto torna-se indecifrável fora de seu contexto, em que não se pode mais separar linguagem e imagem.

Entendemos que os discursos sobre o corpo são tecidos em uma rede de pertencimentos históricos, sociais e culturais. A relação entre mulher e política, na medida em que evoca uma afirmação identitária, tem uma visibilidade historicamente subjugada no discurso midiático. O corpo traduz uma identidade sexual, necessária aos discursos que grassam entre memórias e práticas que o produzem em uma linguagem da sexualidade. “As memórias e as práticas atuais podem nos contar da produção dos corpos e da construção de uma linguagem da sexualidade; elas nos apontam as estratégias e as táticas constituidoras das identidades sexuais e de gênero” (LOURO, 2007, p. 31). O corpo é parte de uma grande incorporação social, ele é membro de uma raça, de um grupo, de uma classe, de um gênero e desempenha um papel significativo na história do feminino, ele é sócio-historicamente forjado e inserido nas relações discursivas de gênero.

Le Breton (2003) produz uma reflexão sobre o corpo, enquanto suporte do sujeito e lugar de diluição da identidade, entendendo que a condição humana é corporal. Ele nos acrescenta que

como a língua, o corpo é uma medida do mundo, uma rede jogada sobre a multidão de estímulos que assaltam o indivíduo ao longo de sua vida cotidiana e que só retém em suas malhas os que lhe parecem mais significativos. A cada instante, o indivíduo interpreta seu meio por intermédio de seu corpo e age sobre ele de acordo com as orientações provenientes de sua educação ou de seus hábitos. (LE BRETON, 2003, p. 190)

Compreendemos, assim, que o corpo alça conceitos, é um lugar sobre o qual se toca nas raízes da identidade e de suas categorizações, ele situa a mulher e o homem no campo das diferenças. A presença da mulher política discursivizada pela grande mídia é revelada não somente nos discursos que narram as mulheres públicas, mas nos silêncios que,

colados a esses discursos, constituem uma dizibilidade em imagens captadas, nas pequenas notícias, e na visibilidade dada ao seu corpo, aos modelos dos *tailleurs*, dos decotes e dos vestidos, suportes de uma corporeidade, às cores e aos saltos dos sapatos, ao esmalte das unhas, ao penteado do cabelo, entre tantos outros indícios que viabilizam uma regularidade de uma presença feminina no (não)lugar da política. Os enunciados sobre a indumentária usada pelas mulheres políticas, por exemplo, traduzem em metáforas uma parte, entre tantas outras, contadas e descritas, da sua subjetividade. Discursivizar o rosto, os gestos, os cabelos, as pernas, a pele, a voz da mulher política é dar uma narrativa ao seu corpo, é conceder-lhe um lugar na história. O corpo da mulher política, nas notícias ilustradas, é um lugar de tensões, não é o corpo da modelo, da professora, da dona de casa, da executiva, ele não ocupa o centro da passarela, da sala de aula, da cozinha, do escritório, ele ocupa o lugar da diferença, na medida em que é nuclear a uma espetacularização nos discursos sobre mulheres políticas. Ele é um centro ao mesmo tempo da identidade e da diferença sócio-cultural entre mulher e homem políticos.

O corpo é, nesse sentido, um *locus* do discurso político. Ele oferece uma compreensão à narrativa da mulher na política e, na esteira de sua visibilidade, estabelece uma base à irrupção, instauração e notoriedade do espetáculo nos discursos sobre as mulheres políticas. Pensamos, com isso, justificar a escolha das notícias supracitadas que, embora ilustrativas, constituíram o fio condutor dessa discussão sobre o corpo e nos forneceram noções de uma história contada pela mídia, com alguns de seus fragmentos, em imagens e em diferentes acontecimentos discursivos, sobre mulheres políticas.

Passemos, assim, ao fio discursivo que permeia os nossos dados. Algumas concepções trabalhadas no decorrer desse trabalho encaminham o quadro de análise e a finalização do texto. É uma discussão que se apresenta, também, por meio de questões que, possivelmente, não obterão respostas, pois são tratadas como problemas que merecem mais reflexão, se considerarmos a trajetória teórica indicada pelo trabalho até aqui. No âmbito das relações entre discurso e história, nos diferentes movimentos realizados pela mulher entre o encaço do silêncio e a fala invasora, o discurso midiático (re)significa a mulher política nordestina?

#### 4 DO ENCALÇO DO SILÊNCIO À FALA INVASORA: O DISCURSO (RE)SIGNIFICA A MULHER POLÍTICA NORDESTINA

*Ouve-se o eco de suas palavras [...]. Percebem-se as reticências, a imensidão do não-dito. Sente-se o peso do seu silêncio.*

Michelle Perrot (2007, p. 27)

Neste capítulo, objetivamos perscrutar, segundo os discursos que espelham o imaginário social, a produção histórica da identidade da mulher política nordestina. É um trabalho minucioso que percorre uma análise de diferentes configurações discursivas para mostrar a figura da mulher política. Assim, buscamos identificar no *corpus* analisado, constituído por duas reportagens, publicadas respectivamente nas revistas *Veja Mulher* e *Claudia*, e um artigo de opinião, publicado na revista *Isto é*, o que traduz ou o que remete à instituição de uma ideia de mulher do Nordeste e a sua relação com a política. Embasados pela teoria da Análise do Discurso francesa, consideramos, junto a Fernandes (2008, p. 61), que “todo e qualquer *corpus* tomado para análise apresenta-se-nos como um universo discursivo marcado por instabilidade, que explicita as movências e a inquietude dos sujeitos”.

Partindo do princípio de que a prática discursiva constitui um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2002a, p. 136), consideramos que são as práticas discursivas que dão forma aos enunciados significantes de um conceito de Nordeste e de suas mulheres políticas, reconduzidas e faladas, aqui, em uma hegemonia identitária.

A (re)significação da mulher política nordestina passa, primeiramente, por um recorte espacial. É preciso voltar discursivamente o olhar para o Nordeste, região imaginada e discursivizada culturalmente, geograficamente e economicamente. Entre suas inúmeras representações, é a terra de Clara Camarão (a índia guerreira potiguar), de Maria Quitéria (a guerreira baiana da independência), de Nísia Floresta (feminista potiguar), de

Catarina Paraguaçu (índia tupinambá da Bahia), de Alzira Soriano (a primeira prefeita da América Latina), de Maria Bonita (a “rainha” do cangaço). Essas representações se estendem, também, às personagens literárias de Tereza Batista, Gabriela, Sinhá Vitória, Iracema e de outras mulheres criadas, entre o sertão e o litoral, no universo nordestino.

A ideia do que é Nordeste nos faz percorrer o semi-árido, as secas, retirantes, pau de arara, peixeiras etc., e também a zona da mata, as imensas plantações de cana-de-açúcar, os engenhos e o mar, encontrados nas diferentes instâncias dos discursos midiáticos, bem como na literatura brasileira, na arte de Jorge Amado, de João Cabral de Melo Neto, de Graciliano Ramos, de Rachel de Queiroz, de Euclides da Cunha, de romances e de poesias populares exibidos em cordéis ou no improviso de poetas repentistas e de outros autores que sedimentaram sua história nordestinizando-a.

A musicalidade também oferece o seu realce: o baião, o xaxado, o forró e o axé fazem remexer o corpo e os discursos culturalmente mobilizados pelas imagens da sensualidade das mulheres e dos homens de uma região que, simplesmente, requebra e agita o Brasil nos sete dias de carnaval baiano, nos trinta dias de São João paraibano, entre outras festividades que distorceram também outras classificações para o Nordeste, como: “terra de gente festeira”, o que se estende a “terra de gente preguiçosa”. Essas são imagens de uma ideia consensual de Nordeste, elaboradas na relação entre saberes e poderes que circulam nos enunciados sobre a região. Quanto a essa questão, Foucault (2010, p. 181) considera que

uma vez que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de deslocamento, de transparência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reconduz seus efeitos. Têm-se uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam através do saber e que, muito naturalmente, se quisermos descrevê-las, remetem-nos a essas formas de dominação às quais se referem noções como campo, posição, região, território.

O Nordeste é também definido como a terra do sol, da morena, da sexualidade, um espaço social produzido historicamente, em diferentes discursos que o caracterizaram como um lugar de contrastes e de pobreza. O Sul e o Sudeste das mulheres meigas e brandas são seus pares antitéticos, são mais frios (diga-se climaticamente) e mais ricos, é uma outra história. São sentidos, segundo Albuquerque Júnior (2009, p. 40), que identificam um Nordeste



pesquisado, ensinado, administrado e pronunciado de certos modos a não romper com o feixe imagético e discursivo que o sustenta, realimentando o poder das forças que o introduziu na cultura brasileira, na “consciência nacional” e na própria estrutura intelectual do país. A “história regional” é produto de certas forças e atividades políticas, às vezes, antagônicas, mas que se encontram na produção dessa ideia de região. O Nordeste passou a ser, assim, objeto de uma tradição acadêmica que o ajuda a se atualizar.

Foram muitas as criações imaginárias produzidas pelos inúmeros discursos que circula(ra)m por mais de um século na imprensa e na criação literária, para que se configurasse o Nordeste e sua história. O Nordeste tem a sua história, forjada em um campo semântico diverso, a arte e a mídia lhe deram significados próprios, e de tão retomados e reiterados pelos discursos, foram naturalizando características e cristalizando sentidos. Características, por sua vez, também, inventariadas que impingem em seus filhos os estereótipos de valente, de machista, de cangaceiro, de coronel, de preguiçoso, de libidinoso, de mulher-macho.

Nesse sentido, quando trouxemos para esse texto as reportagens e o artigo, sobre mulheres políticas nordestinas, que constituem os nossos dados, bem como a apresentação de outros gêneros discursivos, como charges e notícias, que enunciam mulheres políticas de outras regiões e países, formamos um mosaico de imagens e discursos que dão visibilidade ao lugar da mulher produzido e (re)significado na história política. Há uma instituição de discursos que construíram a história da mulher na sociedade, é nela que circulam os estigmas, as imagens e os sentidos que tornaram dizível a identidade da mulher política nordestina. Esta identidade constitui um suporte de um discurso de fronteiras, em que cultura e territorialidade emprestam-lhe sentidos e traduzem a sua natureza e a sua lógica, e não o contrário.

Observamos que as condições em que esses discursos são produzidos contrariam essa lógica, as regularidades enunciativas decifram algumas regras de emergência desses discursos que constroem efeitos do que é ser mulher política no Nordeste. É uma identidade que emerge enquanto efeito de alteridade e de práticas discursivas imersas nas relações de poder. Com isso, procuramos entender essas relações de poder que atravessam os discursos sobre as mulheres políticas nordestinas, recortando-as, definindo-as, enfim, “nordestinizando-as” no curso de uma história. Esses discursos desenharam sutilmente a identidade da mulher e agenciam o seu lugar na política. Isso nos prende à alusão foucaultiana de que o discurso não pode ser considerado um grupo de signos, mas um

objeto das relações de poder que, no campo discursivo, fazem-se invisíveis e moleculares. Esses discursos desestabilizam identidades, antes sedimentadas e uniformes, e as tornam difusas e fluidas, num movimento de desidentificação com a lógica natural das referências que desvelam/revelam a mulher nordestina na política.

Se os discursos veiculados na mídia possibilitam visibilidades à mulher política, eles também carregam estratégias invisíveis de poder, de um poder-dizer subvertido ou de um poder-criar armadilhas que capturam sentidos culturalmente produzidos, mas discursivamente naturalizados em suas regularidades. Procurando compreender os caminhos discursivos trilhados pela mídia impressa no âmbito da política, pelos quais se produz uma identidade da mulher entre as relações de poder e de saber que edificam sua subjetividade, observamos, de acordo com as duas reportagens e o artigo apresentados, que se historiciza uma prática discursiva que empresta sentido à presença da mulher nordestina na política.

Nesse sentido, com vistas aos diversos lugares e discursos que constroem o evento da identidade da mulher política nordestina, observamos uma pseudo-estabilidade ou casualidade dos discursos sobre essas mulheres, uma vez reescritos e ratificados pela mídia em suportes diversos. Por se tratar de textos retirados de diferentes revistas, quais sejam: *Veja Mulher*, *Claudia* e *Isto é*, e como uma maneira de organizar o *corpus*, separamos a investigação desses dados em duas partes: a primeira para a análise das duas reportagens e a segunda para a análise do artigo. Devido à extensão dos textos e à disposição de suas imagens, optamos por colocá-los nos anexos, considerando que a primeira reportagem é o ANEXO 1, a segunda reportagem, o ANEXO 2 e o artigo de opinião, o ANEXO 3.

Diante da complexidade desse *corpus*, por se tratar de gêneros discursivos diferentes (reportagens e artigo de opinião), localizados em três revistas cujas propostas temáticas e público-leitor também se distanciam entre si, nos perguntamos de que maneira organizaríamos a análise desses dados. Pensamos que, a partir dessa análise, podemos começar a dar respostas à pergunta-problema inicial da pesquisa e a construir essa prática responsiva nas bases dos seus eixos de sustentação que correspondem à memória, ao corpo e à territorialidade, colunas basilares a esses discursos sobre mulheres políticas nordestinas. Obviamente não há como separar ou segmentar esses eixos, pois eles se imbricam na elaboração de toda a discursividade constitutiva desses gêneros. Com isso, procuramos destacar, em algumas sequências e excertos, efeitos de sentidos que

(re)significam a identidade da mulher política nordestina em uma reatualização do espetáculo nos discursos analisados.

#### **4.1 *Veja Mulher, Cláudia e Isto é*: alguns procedimentos discursivos**

Consideramos importante, primeiramente, contextualizar os veículos que produzem as duas reportagens (ANEXO 1 e ANEXO 2) e o artigo de opinião (ANEXO 3). *Veja Mulher, Cláudia e Isto é* são revistas de circulação nacional, que constituem um suporte de discursos e de muitos sentidos sobre a identidade das mulheres políticas nordestinas. Conforme Milanez (2004, p. 185), a revista é um dispositivo de constituição de identidades, porque ela serve à recriação de uma identidade que caracteriza uma experiência da alteridade para os leitores. Assim, “por meio da relação do leitor com um outro, ele vive a experiência da contemporaneidade, inscrevendo-se num campo de saberes códigos preestabelecidos que o atravessam e constituem sua percepção da ‘realidade’”.

*Veja Mulher* (ANEXO 1) é uma edição especial da revista *Veja*, que tem como público-alvo as mulheres, e apresenta tematicamente uma multiplicidade de questões relacionadas à mulher. A política é uma delas, o lugar da mulher no mercado de trabalho é explorado na revista, suas aquisições e conquistas sociais, bem como questões de beleza, de estética e de cuidados com o corpo. Os enunciados presentes na reportagem remetem a escolhas que ressaltam a fragilidade da mulher política como parte nuclear no texto, criando efeitos de realidade revestidos pelos enunciados.

A voz da senadora Patrícia Saboya (ANEXO 1), por exemplo, aparece em raras passagens, não colada à imagem de uma política, mas, primeiramente, à de uma ex-mulher “abandonada”: “*Chorei muito, me desesperei até. Eu me casei com um homem por quem estava apaixonada e queria morrer ao lado dele. Não foi possível*”, “*Eu também poderia ter me apaixonado por outra pessoa*”, “*Não me importa se o Ciro me contou o que aconteceu no dia em que aconteceu ou dez dias depois*”, “*Ele não deixou de ser o homem íntegro que conheci só porque o nosso casamento acabou*”, “*Chorei muito diante dos meus filhos*”. Com esses períodos, a revista *Veja Mulher* serve-se de um poder midiático que autoriza uma fala e uma imagem da mulher política constitutivas de um efeito de verdade, produzido no campo de uma memória de discursos que deslocam o casamento, a maternidade, a família para o lugar do político.

Para Courtine (2008, p. 17), “o campo da fala pública está atravessado, saturado por imagens nas quais percebemos, ao mesmo tempo, a força de seu impacto e a instantaneidade de sua obsolescência”. A fala pública, nesse sentido, se coloca sob o peso de uma memória de imagens, de discursos e de uma identidade, que traduz uma posição sócio-historicamente definida para os sujeitos.

A identidade da mulher coloca-se, presumivelmente, nessa reflexão como um efeito das construções enunciativas que são também efeitos do imaginário social. É importante retomarmos aqui o pensamento de que as identidades flutuam no ar e, pelo fato de flutuarem entre nossas escolhas ou por serem lançadas pelas pessoas em nossa volta, devemos nos colocar em alerta para defender as primeiras em relação às últimas (BAUMAN, 2005). Esses enunciados, segundo o crivo midiático, mantêm posições históricas que definem as identidades e asseguram seus efeitos no imaginário social.

O registro linguístico nas três revistas é formal e acessível aos seus leitores. *Claudia* (ANEXO 2) tem como público-alvo mulheres, e busca explorar, com maior destaque, as questões da vaidade feminina, no sentido de estética e cuidados com o corpo, com a aparência e com a vestimenta também, é atualizada quanto às questões de moda e do comportamento feminino em suas relações pessoais e sociais. Apresenta leituras breves, acompanhadas de imagens ilustrativas e bem coloridas. Há um leitor supostamente idealizado, mulheres leitoras e eleitoras, de revistas femininas. O texto publicado em *Claudia* veicula a individualidade de Heloísa Helena, mulher-personagem que a revista refaz, transforma, transmuta, garantindo-lhe uma feminilidade, “uma transformação” como assim enfatiza. A vida pessoal e emocional da mulher política tem uma centralidade no texto. A revista é dirigida a um público que se identifica com sua visão sobre a mulher e suas afinidades com a feminilidade.

*Isto é* (ANEXO 3) não traz imagens muito coloridas no artigo analisado, são mais sóbrias e polarizadas, entre três ou quatro nuaças de cores (vermelha, branca e preta) que, de algum modo, ilustram as cores dos partidos a que pertencem Patrícia Saboya e Luizianne Lins. Os períodos são curtos e a linguagem é objetiva e clara. *Isto é* tenta enfatizar o discurso político apresentando as candidatas à prefeitura de Fortaleza, enquanto mulheres que se diferenciam não apenas por seus partidos e lados de disputa, mas principalmente pela cor dos seus corpos e cabelos, que lhes dão visibilidade e demarcam lados simbolicamente representados pelo imaginário social sobre ser loira e ser morena.

Retomemos, assim, alguns sentidos que giram em torno das expressões populares “lôra” e “morena”, sempre ancoradas em conceitos estereotipizantes. Os estereótipos de que a loira é “burra” e de que “não serve para casar” são difundidos na sociedade e se disseminam no imaginário social. A mulher loira é também, comumente, veiculada em comerciais de cerveja, pelo fato de a pele clara e a cor dos cabelos se aproximarem da cor da cerveja. Isso promove uma equivalência de valores entre a loira e a cerveja, em torno de uma ideia de sensualidade objetificada que, assim como a cerveja, é desejada pelo público masculino. A morena também tem suas imagens significadas, ela é uma antítese da imagem da loira. A mulher morena é considerada “inteligente” e “é para casar”, a nuance da cor morena também significa sensualidade. No sentido religioso, especificamente na figura dos anjos, há o que contrapõe a loira e a morena: os anjos loiros são bons e os anjos morenos são maus. Algumas bandas nordestinas de axé, há algum tempo, promovem concursos em que elegem um dançarina loira e uma morena, e estas emprestam às composições musicais sentidos que envolvem competição, diferenças e identidades. Conforme Silva (2000, p. 81), a identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas, nem convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas”.

Todo o artigo conduz as candidatas pelo apelido de “Lôra” (Luizianne) e de “Morena” (Patrícia) e esta é uma ênfase que vai assegurar uma reatualização do espetáculo político no discurso da revista. A mídia (re)constrói, nesse texto da *Isto é* (ANEXO 3), a identidade das duas candidatas em um processo de inserção histórica, mobilizando os seus enunciados em torno do embate entre a “Lôra” e a “Morena”, e também em permissões e interdições discursivas. As permissões aderem-se a questões pessoais, estas fluem no texto, assegurando a sua enunciabilidade e sustentando alguns estereótipos. Já as interdições estão, principalmente, no campo das propostas políticas de governo. O que elas apresentam, nesse texto, quanto aos seus planos de governo, por exemplo, não é explorado, sequer como um motivo indireto do embate. Assim, esses enunciados mobilizam diferentes imagens da mulher na política, controladas e regularizadas, a partir do que é silenciado e do que é enunciado. Contudo, é preciso entender que a mídia vai incorporando esse “contradiscurso” e tratando de neutralizá-lo em seus efeitos de sentido.

A revista *Isto é* convoca um outro tipo de leitor, os elementos que são trazidos ao artigo de opinião, pela forma como se apresentam, pressupõem possivelmente leitores

homens, principalmente no que concerne ao modo como trabalham os estereótipos da loura e da morena na linguagem de seu texto. Esclarecemos que não tratamos aqui de um simples limiar entre o que é do homem e o que é da mulher, mas de uma construção histórica e culturalmente alicerçada pelas crenças e valores que contornam o homem e a mulher na sociedade.

As duas reportagens e o artigo de opinião são gêneros discursivos localizados em revistas do Sudeste do país, que têm pré-construída uma imagem de Nordeste e de seus respectivos significados. Enfatizamos que o sentido de pré-construído, aqui, remete “às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente ‘o que cada um pode ver’ em uma dada situação” (COURTINE, 2009, p. 74). As mulheres políticas nordestinas têm o seu espaço de atenção nas revistas *Veja Mulher*, *Claudia* e *Isto é* que produzem, em um campo imagético-discursivo, uma série de traços e imagens, historicamente pré-construídos. São fatores regularizados que lhes determinam ou lhes demarcam identidades e diferenças. Daí, o jogo de imagens ganha dimensão nesses efeitos de sentido produzidos no espaço-outro, que chamamos aqui de mídia do Sudeste, a partir do qual se pensa a identidade das mulheres nordestinas.

As duas reportagens (ANEXO 1 e ANEXO 2) são permeadas por sequências de “relatos biográficos” sensíveis à crescente visibilidade que é dada à mulher, “em seus combates” e em sua existência na política. Os títulos “*Patricinha, não!*” (ANEXO 1), “*O descanso da guerreira*” (ANEXO 2) e “*A Lôra contra a Morena*” (ANEXO 3) prenunciam uma dimensão dos sentidos que marcarão as duas reportagens e o artigo sobre as três mulheres políticas nordestinas: Patrícia Saboya (do Ceará), Heloísa Helena (de Alagoas) e Luizianne Lins (do Ceará). Teríamos, então, nesses discursos, uma dimensão de suas ações? Uma dimensão de suas estratégias de conquista do poder político dirigente? Uma dimensão de sua luta?

Os discursos que as revistas apresentam têm grande circularidade sobre a história das mulheres, no sentido de retomar em seus enunciados a sexualidade, a maternidade, a aparência e suas mudanças, a prostituição, a religião, o amor, o casamento, o lar, o conhecimento, a política, entre outros temas. Eles estão regularizados nesses discursos, enquanto territórios sobre os quais se instaurou uma história, entre as instigantes direções que povoam a presença e a crescente visibilidade da mulher na política.

Nesses discursos, encontramos movimentos de sentidos entre o privado e o público, entre o amor e o trabalho, entre o corpo e a política, entre a intimidade e a ação coletiva

que desdobram uma história das mulheres e que dissecam seus sentidos, na medida em que se enuncia uma espetacularização da mulher política nos discursos.

Apesar de todo o comprometimento e seriedade exigidos pela vida pública, a conquista de uma independência no campo político não percorre essas veredas nos enunciados das reportagens. Os caminhos discursivos que dão sentidos a ambas as trajetórias são (re)significados e passam por uma reatualização de imagens que exprimem um efeito não apenas de irrupção, de novidade, mas também de espetacularização na política. A formulação dos títulos inscrevem uma polaridade entre *Patricinha* e *Guerreira*, entre *Lôra* e *Morena* e, com isso, arquiteta uma conceitualização das mulheres políticas nordestinas.

#### **4.2 Reportagem e artigo de opinião: uma questão de gêneros discursivos e de gênero feminino**

Embora de modo conciso, consideramos importante observar algumas regularidades que contornam a linguagem dos gêneros reportagem e artigo de opinião. Segundo Gregolin (2007, p. 72), “o uso da linguagem envolve os sujeitos em interações sociocomunicativas que se materializam em gêneros. Isso significa que o *dizer* é moldado pelas condições de produção do discurso”. Desse modo, a reportagem e o artigo podem nos fornecer uma noção do que os caracteriza enquanto gêneros discursivos.

A reportagem é um gênero que traz informações sobre fatos ou personagens, nesse caso, sobre as senadoras Patrícia Saboya (ANEXO 1) e Heloísa Helena (ANEXO 2), ou sobre um importante fato do cotidiano, levando seus leitores a formar uma opinião, a partir de um entendimento ou interpretação sobre determinado acontecimento. O artigo de opinião (ANEXO 3) é um texto de comentário, geralmente sobre algo já dito, e é constituído de discursos que fazem adotar pontos de vista sobre um tema da atualidade, que desperta o interesse e a crítica do leitor uma vez que atesta certas convicções. É um gênero desenvolvido em torno de um ponto de vista que se formula a respeito de um acontecimento e que promove opiniões diversas.

Na concepção de Bakhtin (2003, p. 262), “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de

enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*”. O autor assegura tal definição atestando que

o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu *conteúdo (temático)* e pelo *estilo* da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua *construção composicional*. (BAKHTIN, p. 263. Grifos nossos)

Partindo desses conceitos, compreendemos que as revistas *Veja Mulher*, *Claudia* e *Isto é* constroem seus textos relacionando as situações de produção dos seus discursos às diferentes representações das mulheres políticas nordestinas (re)produzidas na materialidade discursiva da linguagem. Nas reportagens e no artigo, encontramos diferentes posições de sujeito discursivizados em movimentos de sentidos que ligam a privacidade das mulheres políticas à vida pública, o que envolve o corpo, a aparência, as relações familiares-pessoais, entre outras questões cotidianas.

Observamos, em ambos os gêneros, que a linguagem midiática, embora se proponha como transparente, denota posicionamentos sócio-historicamente marcados sobre a mulher na política. Ela busca um efeito de evidencia do dizer, um efeito de realidade sobre a subjetividade da mulher nordestina, mas conduz uma pluralidade de sentidos regulados e subvertidos pelo jogo de uma repetibilidade de enunciados. Para interpretarmos esses gêneros, precisamos retomar outros textos já enunciados, outros lugares de discurso inscritos em uma memória discursiva, que dá respostas à previsibilidade do que vai ser dito e de como vai ser dito, reiterando, nesses gêneros, modelos pré-estabelecidos.

Pontuando analiticamente os elementos constitutivos das reportagens e do artigo, notamos que o conteúdo temático, “que constitui, de um modo geral, as representações semânticas e/ou as redes conceituais dizíveis a partir de um determinado gênero” (MENDES, 2004, p. 123), insere-se, nas reportagens e no artigo, no domínio do discurso político, como em: (...) *Patrícia Saboya Gomes aprendeu a andar só – e chegou ao Senado* (ANEXO 1), *Combativa, a senadora Heloísa Helena costuma manter o punho cerrado 24 horas por dia para enfrentar o difícil mundo da política* (ANEXO 2) e *Em Fortaleza, a disputa entre a prefeita Luizianne Lins e a senadora Patrícia Saboya separou os irmãos Cid e Ciro Gomes* (ANEXO 3).



O estilo, por estar “indissolavelmente ligado ao enunciado e a formas típicas de enunciados” (BAKHTIN, *op. cit.*, p. 265), aparece em ambas as reportagens e no artigo como mais uma regularidade que os caracteriza. Nas reportagens, segundo as escolhas lexicais e sintagmáticas realizadas e pelas relações que estabelecem com o todo do texto, identificamos sequências de relatos em terceira pessoa, que expõem o percurso da vida pessoal e política das senadoras, observadas em: *Ex-comunista, ex-vereadora (...) a primeira senadora eleita do Ceará* (ANEXO 1), *Heloísa Helena parece desejar que só vejam nela a senadora séria e temida* (ANEXO 2). Substantivos e adjetivos são abundantemente utilizados em ambas as reportagens, como: *Patricinha, mimada, princesa, ex-mulher dulcíssima, Iracema* (ANEXO 1) e *guerreira, brava, temida, rara, mãe, campeã, ressabiada* (ANEXO 2). No artigo (ANEXO 3), o estilo traduz uma postura mais opinativa a respeito da disputa pela prefeitura de Fortaleza entre uma “lôra” e uma “morena”. Parte-se desse embate de classificações para se instaurar uma gama de opiniões sobre a disputa entre mulheres políticas.

A construção composicional dos dois gêneros é a categoria que assegura as unidades que os integram e os diferenciam, segundo suas regularidades enunciativas. Nas reportagens, temos sequências de relatos narrativos, com as características de serem escritos em terceira pessoa e no tempo pretérito, identificadas em: *Filha da elite cearense (...) foi criada tal e qual uma princesa do agreste* (ANEXO 1), *Criou para si uma imagem dura (...). Já ameaçou cortar a língua do prefeito paulistano (...), chamou o senador ACM de capitão-do-mato e pôs a nu o governo Lula* (ANEXO 2). Já no artigo de opinião, o presente marca o tempo verbal, em sequências mais expositivo-argumentativas, como em: *É possível que nenhuma campanha municipal do País se desenvolva com um clima mais quente que o de Fortaleza* (ANEXO 3). Com isso, temos um começo que já enuncia uma opinião e suscita reflexões a respeito da disputa eleitoral na capital do Ceará, despertando o interesse do grande público da revista.

Ressaltamos que nas reportagens e no artigo temos uma integração entre a dimensão temática, o estilo de linguagem e a construção composicional. Dada a regularidade discursiva que apresentam, esses elementos são utilizados na organização dos enunciados e na realização dos gêneros discursivos. Entre tantas outras possibilidades teóricas sobre gêneros discursivos, compartilhamos a proposta de Bakhtin (2003) devido à importância e pertinência de seus estudos. Com isso, entendemos que os gêneros reportagem e artigo de opinião podem apresentar formas linguísticas cristalizadas ou

previsíveis, em temas que dão a conhecer uma opinião ou uma tendência de comportamento, de mercado, de moda etc. Por outro lado, pela relativa estabilidade que se inscreve nesses gêneros, eles podem se reatualizar ou incorporar outras formas de linguagem, devido à natureza heterogênea que os perfaz, com vistas aos efeitos de sentido produzidos em/para uma sociedade.

### 4.3 Sobre as reportagens: começos, essencialismo, estereótipos

Muitos são os estereótipos ou as formas estereotipizantes de narrar, de dizer ou de descrever as senadoras Patrícia Saboya e Heloísa Helena nas duas reportagens. No começo da reportagem 1 (ANEXO 1), já é percebida uma relação entre a condição da mulher – *ex-mulher de político* – e a imagem que ela tem dele e da separação que, segundo o texto, “promoveu” sua entrada e, até então, permanência na política. Patrícia, por exemplo, tem o seu arremate conceitual na definição “emocionada” do ex-marido político. Temos uma sequência de definições circunscritas à privacidade e à intimidade das senadoras: *Patrícia é ex-..., Patrícia... nasceu para ser mulher de político, Patrícia seria hoje, aos 40 anos, uma ex-mulher de político, Patrícia nunca foi patricinha, Patrícia não é deste mundo?, Ela se tornou a primeira senadora eleita..., Patrícia... é sempre dulcíssima. (...) é relatora de uma das subcomissões..., “Patrícia é uma grande mulher”* (ANEXO 1) e *(...) é brava, é aguda, (...) acabou expulsa, virou a senadora mais famosa do Brasil, foi ama-de-leite, é pop* (ANEXO 2). É assim que se constrói a imagem das senadoras no texto, com sequências em que o verbo cópula conduz a maioria dos predicativos de suas identidades sob o peso do olhar midiático e de suas descrições. Quanto a esse processo de informação e definição da mulher, Perrot (2007, p. 17) assinala que a atenção que os observadores ou cronistas, em sua grande maioria masculinos, dispensam às mulheres é reduzida ou ditada por estereótipos. “É claro que falam das mulheres, mas generalizando. ‘As mulheres são...’, ‘A mulher é...’. A prolixidade do discurso contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas”.

Percebemos um monopólio sobre a história da senadora precisamente midiático, bem como a irrupção de sua trajetória política. Tal fato, por ter acontecido, não se tornou histórico, mas o fato de ter se tornado conhecido, de se tornar cena pública, reatualiza, sob a forma de uma espetacularização, um acontecimento discursivo na história da mulher na

política. Segundo Pierre Nora (1995, p. 183), o acontecimento é projetado, lançado na vida privada e oferecido sob a forma do espetáculo. Para ele, a mídia faz da história uma agressão e torna o acontecimento monstruoso. “Não porque sai, por definição, do ordinário, mas porque a redundância intrínseca ao sistema tende a produzir o sensacional, fabrica permanentemente o novo, alimenta uma fome de acontecimentos”.

Entendemos que se produz e se reatualiza um acontecimento, a partir desses discursos nos dois gêneros analisados, pela regularidade histórica das práticas que os discursivizam, bem como pelo constante reaparecimento de um monopólio que essas práticas exercem sobre a história das mulheres. Temos, assim, uma história determinada pelas coisas que são efetivamente ditas, pelos enunciados que se superpõem ou se subsistem reciprocamente (MILANEZ, 2008, p. 201). Reconhecemos que essas regularidades discursivas foram instauradas pela novidade que perfaz um efeito de ‘estranheza’ sobre a presença da mulher na política. Observamos, com isso, uma relação que se estabelece entre a novidade do acontecimento discursivo e a sua regularidade, produzida e estabelecida não somente no surgimento dessas práticas discursivas, mas também no seu funcionamento. São práticas que traduzem também uma transformação na história das mulheres, da sexualidade e da hierarquia entre os sexos. Elas surgem de um saber do qual não se tenta afastar a posição sócio-histórica e territorial-geográfica (região Nordeste) dessas mulheres políticas.

Na primeira reportagem (ANEXO 1), a afirmação e a negativa do título *Patricinha, não!* tenta subverter um já dito, um sentido pré-construído que se firma em: *Criada para se casar, nasceu com tudo para ser mulher de político, filha da elite cearense, bonita e mimada, criada tal e qual uma princesa do agreste, nunca precisou fazer a própria cama e até hoje mal sabe fritar um ovo.* A significação dessas sequências produz uma contraposição à sequência do prefixo *ex-* que introduz o texto em – *ex-comunista, ex-vereadora, ex-deputada e ex-mulher de político* –, e marca a surpresa: como uma “princesa do agreste” pode mudar tanto? Isso dota de positividade a imagem da senadora. Tais contradições estão presas, nesses enunciados, a um dispositivo de poder e a toda uma gama de sentidos retomados que o contornam. Embora o discurso esteja voltado à idéia de superação de uma tradição patriarcal que envolve o casamento desfeito com um político e uma família provinciana, essa tradição deixa sombras nos sentidos do texto sob as quais está a imagem da senadora nordestina. Uma imagem, localizada sob uma visão provinciana, de se criar uma filha mulher com a principal finalidade de casá-la com um

“bom partido”, pois o rapaz era *igualmente da fina flor local e igualmente bem-apeado* (ANEXO 1). Assim, a expressão “princesa do agreste” retoma sentidos de uma territorialidade que também é enunciada e que posiciona a senadora em uma família aristocrática no sertão cearense.

Os estereótipos que promovem um efeito de essencialismo natural e regional à condição da mulher na sociedade são característicos em ambas as reportagens. Nas passagens: *Se tivesse seguido o seu caminho natural, Patrícia seria hoje, aos 40 anos, uma ex-mulher de político, A retidão de caráter transformou-a num caso raríssimo de mulher abandonada (...), Patrícia não é deste mundo? Ao contrário, como qualquer mulher normal, ela sofreu o diabo* (ANEXO 1); e em *Personagem rara. Que mulher, da geração dela, foi mãe-de-leite?, Não pensava ser política, candidatou-se para xingar os usineiros* (ANEXO 2), inscreve-se um efeito de naturalização, acompanhado de uma generalização: “como qualquer mulher normal, ela sofreu o diabo” (ANEXO 1), “um caso raríssimo de mulher abandonada” (ANEXO 1), o que identifica julgamentos reunidos em diferentes conjuntos constitutivos de regras que tornam esses enunciados possíveis.

Os signos *raríssimo* e *raro*, embora estejam conotando certa positividade de sentidos, uma vez que o primeiro se reporta à superação da dor pela “parceira rejeitada” e o segundo a uma “ama-de-leite” fora do seu tempo, eles são comuns a uma ordem do discurso sobre a mulher, pois evocam, também, de modo antitético, uma natureza feminina, uma fragilidade e um sofrimento que lhes convêm. Podemos tomar esses sentidos a partir do que Pierre Achard (2007, p. 14) chama de palavra como “unidade simbólica cujo reconhecimento e identificação permite definir em termos de repetição. Cada nova co-ocorrência dessa unidade formal fornece então novos contextos, que vêm contribuir à construção do sentido de que essa unidade é o suporte”. Segundo o autor, para se atribuir sentido a essa unidade, é preciso admitir que suas repetições estão tomadas por uma regularidade. É na regularidade da ordem desses discursos sobre a mulher política nordestina que “raríssimo” e “rara” nos apresentam sentidos que reforçam uma assunção de uma mulher incomum, de uma identidade espetacular à política. Marca-se, com isso, uma tensão que se estabelece entre essas políticas e o seu tempo, entre elas e a posição social que as inscreve nessa ordem de discurso.

Há uma ‘insistência’ significativa sobre o sofrimento da senadora Patrícia, após a separação conjugal, por exemplo, que retoma um lugar de memória, em um ponto sensível do discurso bíblico (o livro de Gênesis). A dor e o sofrimento são uma maldição bíblica,

fatal e considerada como inevitável: “Tu darás a luz na dor” diz Deus a Eva, expulsa do Éden (PERROT, 2007, p. 74). Esses discursos reiteram um essencialismo atribuído à mulher, considerada naturalmente sofrida. Com isso, podemos identificar um arquivo que assegura diferentes práticas discursivas e reguladoras sobre as mulheres na política. É o arquivo que define um nível particular: “o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação” (FOUCAULT, 2002a, p. 150).

Esses enunciados da reportagem são possíveis por retomarem heranças, não apenas de um degredo de Eva, segundo o discurso bíblico, mas de toda uma historicidade que inscreveu as mulheres em uma significativa sociedade patriarcal. A história das mulheres se sobrepuja aos sentidos da identidade e da diferença entre mulher política e homem político.

#### 4.4 Corpo e imagens

O subtítulo *Iracema* (ANEXO 1) integra a imagem do corpo da senadora Patrícia ao espaço político, até porque *O mais ardoroso (...), o senador Mão Santa, é incapaz de avistá-la sem deixar escapar um suspiro, seguido de um sonoro “Iraceeeema” – apelido tirado da personagem de José de Alencar com quem compartilha a beleza de traços indígenas (...) Patrícia, como a virgem dos lábios de mel, é sempre dulcíssima.* (ANEXO 1). O corpo está na ordem desses discursos indicando a sensualidade da senadora e também a sedução que exerce sobre os homens do Senado. São enunciados que dialogam com um saber anterior sobre o corpo feminino e o seu poder de sedução. Perrot (2007, p. 24), citando Georges Dubay, em seu livro *Images de femmes*, retrata que há uma força da iniciativa masculina que reduz as mulheres a espectadoras, mais ou menos submissas, de si mesmas. Escreve ele que ainda hoje, há um olhar de homem que se lança sobre a mulher e se esforça para reduzi-la ou seduzi-la. Com isso, o homem espera que em alguns casos, as mulheres tenham algum prazer.

Esses conceitos e imagens são reproduzidos aqui como um efeito de positividade. Entretanto, esse mesmo efeito subverte o sentido do que é político, em detrimento do lugar do homem político que não tem seu corpo discursivizado nessa significativa ordem de

discursos. Tributa-se à mulher uma espetacularização do seu corpo para se consolidar um efeito de sentido sobre a sua permanência “triumfal” na política.

Na segunda reportagem (ANEXO 2), outras sequências podem identificar a inscrição do corpo e toda uma rede de sentidos que esta promove, como em: *Esconde a beleza juvenil – corpinho de 18 aos 43 – atrás de óculos de míope e do cabelão preso, Entregou os fios rebeldes (...) e o rosto virgem – nunca havia tirado as sobrancelhas (...), “O joelho estourou”, “dunas de celulite e trilhas de estrias”, “A força do cabelão”, “Tinha asma e crises renais (...)”, Ela ainda mantém o cabelo amarrado, Quando aparece um fio branco (...), Surpresa mesmo ficou com os cílios.* Com isso, notamos dois direcionamentos de sentidos. Enquanto a senadora se “auto-deprecia” – ela fala de *joelho estourado*, de *dunas de celulite*, *trilhas de estrias* e *fio branco* –, a voz da revista se ocupa em enfatizar a sua juventude, com: *beleza juvenil, corpinho de 18 aos 43, o rosto virgem.* “A força do cabelão”, por exemplo, demarca uma relação interdiscursiva com o discurso bíblico, especificamente com a história de Sansão, localizada no capítulo 13, do livro dos Juízes, no Antigo Testamento, além de centralizar ou caracterizar a imagem “dura” de uma mulher “séria, temida e brava” que está em constante combate no “difícil mundo da política”. Isso ratifica a relação entre o cabelo da senadora e a sua força de “combate”.

As fotografias da senadora Patrícia, com exceção da que ela está em um “Palácio de Governo”, retratam seu casamento e um momento com a família (ex-marido e filha) e também ilustram a reportagem, reiterando a voz que é dada à vida privada da mulher política. Já a fotografia da senadora Heloísa, em pose zen, com maquiagem e cabelos soltos, agencia sentidos contrapostos a uma imagem de mulher “combativa” de cabelos presos e que *costuma manter o punho cerrado 24 horas por dia.* Esta afirmação se opõe ao que retrata suas mãos em posição de meditação e de “paz”. Nas palavras de Navarro (2008, p. 155), a fotografia veiculada na mídia é uma prática discursiva que, “ao abarcar o histórico, faz dele matéria-prima para a constituição de seu universo interno, promovendo a interação do discurso do passado, aquele que narra o acontecido, com o discurso do presente, aquele que relata os fatos, criando o efeito de ‘acontecência’”. O autor reitera que da conjugação dessas práticas resulta uma produção discursiva que ressuscita o passado para restaurá-lo no presente e é nesse sentido que podemos aproximar o discurso da mídia ao da história.

O corpo feminino é reatualizado nesses discursos midiáticos e carrega uma historicidade que lhe é devida. Perrot (2007, p. 76) assinala que o corpo das mulheres é

desejado, mas é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado em sua própria sexualidade. “O que muda é o olhar lançado sobre elas, o limiar de tolerância da sociedade e das mulheres, a história de sua queixa”. Esse olhar aqui recai sobre um efeito de austeridade e de seriedade de Heloísa (ANEXO 2), diferentemente da sensualidade que recai sobre a imagem de Patrícia (ANEXO 1).

#### 4.5 O amor e os ex-maridos

Na reportagem 1, temos, praticamente um relato biográfico em que o ex-marido da senadora ocupa uma visível centralidade no discurso. Ele é a figura nuclear que conduz a dizibilidade sobre a vida da senadora nesses enunciados. A política entra em cena como uma leve moldura da tela de um casamento desfeito que vai soltando seus fios sobre todo o discurso. As sequências – *Aos 19 anos, casou-se com o galã da sua cidade, O rapaz, igualmente da fina flor local e igualmente bem apessoado, deu-lhe três filhos, elegeu-se prefeito, transformando-a, o marido se apaixonou por outra, o hoje ministro Ciro Gomes, Ele, jovem advogado, o homem íntegro, ex-governador, ex-marido, não conseguiu se livrar do Gomes, Este retribui a admiração* (ANEXO 1) – destinadas a conduzir o fio discursivo da reportagem, imprimem certa obscuridade à imagem da senadora. Embora apresentem criatividade e inventividade, esses enunciados resgatam uma tradição imagético-discursiva que será “representativa” da mulher política nordestina.

Em outras palavras, o discurso sobre a conquista do espaço público da senadora é agenciado pelo discurso amoroso, que emana do espaço privado, de um ex-casamento e de um ex-marido, que, por sua vez, são centrais a toda a reportagem, desde o início até o seu fechamento, cujo arremate traz a voz desse ex (ANEXO 1). Na segunda reportagem, os períodos – *Heloísa ganhou um piano de um amigo. Só amigo, senadora? “Um amigo fofo que vive na França... infelizmente não consigo amá-lo como ele merece.”* (ANEXO 2) – também colocam o tema do amor na pauta dos enunciados, o que conduz uma retomada de discursos que antecederam, na linha direta de um passado histórico, uma visão do amor como peça constitutiva da identidade da mulher e de uma memória que evoca esse tema para sua história.

Lipovetsky (2000, p. 24) observa que, celebrando o poder do sentimento sobre a mulher, definindo-a pelo amor, “os modernos legitimaram seu confinamento na esfera

privada: a ideologia do amor contribuiu para reproduzir a representação social da mulher naturalmente dependente do homem, incapaz de chegar à plena soberania de si”. Para o autor, não se pode separar o lugar privilegiado do amor na identidade e nos sonhos femininos de todo um conjunto de fenômenos que figuram, em particular, a destinação da mulher ao papel de esposa. A intimidade da vida privada da senadora Patrícia, por exemplo, recolhe sua fala política ao encaço de um silêncio, suas ações políticas são resumidas e reduzidas a um único e último parágrafo, pois ela é, antes de ser política, filha, esposa, mãe e ex-esposa, o que consolida a “longa e penosa” trajetória do espaço privado para o espaço público.

Por outro lado, essa centralidade dada aos maridos não acontece na reportagem 2. Em alguns poucos períodos se relata que: *Teve dois maridos. Admira o pai dos filhos e preserva a relação com o segundo (...). No entanto, revela, nunca houve divisão de tarefas: “Fui pai e mãe. Sempre”*. Essa “lacuna” de um contorno mais patriarcal no texto pode ser devida ao fato de se tratar de uma “guerreira”, conforme prenuncia o título, e não da “dulcíssima virgem dos lábios de mel”. Esses enunciados são selecionados a partir de imagens convencionadas que pintaram um Nordeste na arte e na literatura, entre vários exemplos, podemos destacar a arte de José de Alencar, deslocada para o primeiro texto na figura de “Iracema” e dos sentidos que a traduzem. Esses enunciados são formas materiais de expressar a mulher política nordestina e de coadunar o discurso à sua identidade.

#### **4.6 A nordestinidade**

Nessas reportagens (ANEXO 1 e ANEXO 2), podemos destacar uma situação de produção de enunciados a partir de uma dada espacialidade e temporalidade marcadas em sequências coordenadas. O Nordeste é gestado, nessas práticas discursivas reguladas e ritualizadas, enquanto espaço materializado em uma forma diferenciada de enunciabilidade.

A identidade das mulheres políticas, nos textos analisados, é forjada a partir de um conjunto de clichês e estereótipos enunciados em torno de uma nordestinidade. A memória coletiva costura todo um efeito de provincianismo, de tradição e de patriarcalismo (principalmente na reportagem 1 – ANEXO 1) que religa o presente das senadoras a um passado em discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos,



permanecem ditos e estão ainda a dizer (FOUCAULT, 2003a), o que traduz modos materiais de uma memória discursiva.

Em ambas as reportagens são inscritas sequências como elementos que materializam uma ideia de Nordeste nos enunciados e produzem um efeito de pertencimento à região. A subjetividade das políticas é (re)significada pelas múltiplas definições e adjetivações que são mobilizadas entre uma regionalidade nordestina, uma visibilidade do corpo e uma temporalidade (passado e presente) que caracterizam o percurso das senadoras na base de uma novidade histórica: Patrícia, *a primeira senadora eleita na história do Ceará* (ANEXO 1) e Heloísa, *a primeira mulher a criar um partido no Brasil, o PSOL* (ANEXO 2). Esses dizeres constituem práticas discursivas de poder e de saber por meio das quais a identidade da mulher política vai sendo constituída e vai se dando a conhecer.

O recorte regional tem sua legitimidade a partir de seqüências, como: *filha da elite cearense, uma princesa do agreste, a orgulhosa Sobral, oásis da prosperidade no sertão do Ceará, machismo que torpedeou a disputa, Fortaleza, beleza de traços indígenas, ao contrário do estereótipo da política nordestina de pêlo nas ventas (...)* (ANEXO 1). Nessas passagens, opera-se um arquivo que assegura estereótipos da região. Observamos com clareza tal afirmação também nas seqüências: *o descanso da guerreira, combativa, uma imagem dura, a senadora séria e temida, já ameaçou cortar a língua do prefeito, é brava na CPI, aguda na condenação, personagem rara, foi mãe-de-leite, alagoana, candidatou-se “para xingar os usineiros”, vice-prefeita de Maceió, É filha de dona Helena, costureira arretada, infância raquítica (...)* não ia vingar, *uma promessa: não cortar os cabelos da magrelinha, Ela chegou ressabiada* (ANEXO 2). Nessas escolhas linguísticas, há uma polaridade entre a docilidade (da “virgem dos lábios de mel” cearense) e a brabeza (da “mãe de todas as fúrias” alagoana), que permeia toda uma significação da identidade das nordestinas.

Não há um traço definidor ou unificador de uma identidade, mas traços que se opõem e se complementam nessa produção discursiva de subjetividade da mulher política nordestina, o que dilui qualquer possibilidade de uma fixidez ou de uma rigidez no processo constitutivo da identidade da mulher política nordestina.

Temos uma ênfase na memória discursiva observada nas constantes retomadas de um saber pré-estabelecido sobre a mulher e sobre uma ideia de Nordeste. O que nos leva a concordar que “para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber

registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão” (DAVALLON, 2007, p. 25). A memória tem o seu registro no que traduz os discursos de uma coletividade em sua produção social e cultural. Albuquerque Júnior (2009, p. 128) esclarece que a eficácia, a veracidade do que dizem sobre a região, baseiam-se muito pouco no próprio ‘Nordeste’, e não podem instrumentalmente depender dele. O que importa é a técnica de representação que utilizam, que o torna visível, claro e ‘lá’. Para produzir seu efeito de instituição, esses discursos lançam mão de tradições formais, convenções imagético-discursivas e não de um amorfo ‘Nordeste’.

Constatamos um movimento no texto entre um passado íntimo e privado para um presente público e político. A memória espacial também é resgatada nesse movimento, temporal e pessoal, da vida das senadoras. O passado de ambas as políticas é relatado e figurativamente resgatado, constituindo uma base de sentidos sobre sua transformação em mulher política.

Assim, na medida em que esses discursos tentam mostrar uma conquista triunfante da política pela mulher, eles cedem lugar a um refluxo de memória, a um tempo que está materializado em clichês, em tradições e estereótipos de uma história patriarcal que evoca o imenso silenciamento das mulheres. É com base nesse pensamento que falamos em encaço do silêncio. Segundo esses enunciados, é nesse encaço que essa nova história está sendo contada, no prestígio de um presente político calcado no essencialismo de um passado silencioso. São relatos que apresentam uma rememoração de um tempo anterior que mantém uma base na atualidade da história das mulheres. A memória discursiva produz aqui a inscrição de uma história que se retoma, quase imóvel e cristalizada, nesses enunciados que regulam e reatualizam uma nova história das mulheres na política.

#### **4.7 Sob a opinião de um artigo: a “Lôra” e a Morena**

O título “A *“LÔRA” contra a MORENA*” (ANEXO 3), seguido pelas imagens centradas no rosto das candidatas, produz de início uma visibilidade sobre o corpo e um efeito de espetacularização da identidade da mulher política nordestina, à medida que se legitimam diferenças, que se enunciam o lugar da loira e o da morena no discurso sobre um enfático duelo político. São lugares colados às imagens sociais elaboradas sobre essa

diferença, mas invisibilizadas pelas estratégias moleculares de poder que se instauram nos enunciados midiáticos. Quem são as loiras e quem são as morenas no imaginário social?

A imagem das duas políticas agencia um efeito de humor, ela aproxima as candidatas a duelistas que se enfrentam na campanha eleitoral de 2008, para a Prefeitura de Fortaleza, pela centralidade dada aos seus rostos, que, possivelmente, “batem boca” e pela disposição das mãos em forma de armas engatilhadas que se apontam. O instantâneo captado nos gestos das mãos e dos rostos figura um comportamento de embate e ilustra o sentido de “A *‘Lora’ contra a Morena*”, dando visibilidade à identidade regional que se reproduz ou se perpetua no esteio de uma memória.

De acordo com a passagem introdutória do texto – *Em Fortaleza, a disputa entre a prefeita Luizianne Lins e a senadora Patrícia Saboya separou os irmãos Cid e Ciro Gomes* (ANEXO 3) –, produz-se um outro efeito de sentidos que responsabiliza a mulher política pela cisão entre irmãos e pela quebra na harmonia familiar. A memória discursiva é realçada nesse enunciado pela retomada de sentidos de que a mulher promove a desarmonia e a guerra, ou de que é “uma ameaça potencial para a vida harmoniosa da coletividade” (PERROT, 2007, p. 23). Esse discurso se manifesta entre muitos espelhos, entre já ditos e retomadas que dão a idéia de que a mulher política vem para romper ou perturbar uma ordem, para separar, para criar arestas e fissuras.

O período *É possível que nenhuma campanha municipal do País se desenvolva com um clima mais quente que o de Fortaleza* também promove uma dubiedade de significados que dialogam com a ideia que se tem da região. O clima quente de Fortaleza corrobora uma idéia de Nordeste, árido e quente, com a secura que assola a região, ainda mais com a campanha eleitoral no Nordeste que se faz entre suas principais candidatas mulheres.

No enunciado – *As duas parecem dividir o que a cidade – e a política local – têm de positivo e de negativo*, as práticas discursivas flutuam entre os recortes que a identidade feminina, herdeira de mitos e narrativas religiosas, possibilita entender: ela está na base do que há de positivo e de negativo, de bom e de ruim na cidade e na política. Isso nos leva a pensar a subjetividade enquanto produto de uma linguagem, de uma territorialidade, enfim, de uma história que fazia a identidade em máscaras, atribuindo-lhe, nessa mobilidade, um lugar de poder e de resistência nos discursos.

Partindo das idéias de Foucault sobre o sujeito, o poder e as resistências, Gregolin (2004, p. 137) observa que para compreender em que consistem as relações de poder, é necessário analisar

as lutas que colocam em questão o estatuto do indivíduo e que, segundo Foucault, tomam duas vias: por um lado, elas afirmam o direito à diferença e sublinham tudo o que pode tornar os indivíduos verdadeiramente individuais; por outro lado, elas combatem tudo o que pode isolar o indivíduo, desligá-lo dos outros, cindir a vida comunitária. [...] Essas lutas opõem uma resistência aos efeitos de poder que estão ligados aos saberes, à competência e à qualificação. Esse poder – contra o qual os sujeitos se digladiam em micro-lutas cotidianas – classifica os indivíduos em categorias, designa-os pela individualidade, liga-os a uma pretensa identidade, impõe-lhes uma lei de verdade que é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos, mas que só existe porque esses “sujeitos” se defrontam contra ela.

Observamos que os discursos sobre mulheres políticas nordestinas produzem sentidos, segundo alguns efeitos do patriarcado que conduziu as relações de poder entre os sexos na história da sociedade, mas esses mesmos discursos articulam o poder a diferentes formas de resistência a esses efeitos. Embora as mulheres estejam na cena pública do poder político, a alforria não se estendeu aos discursos e ao lugar que estes imprimem à condição feminina. Podemos entender essa questão nas passagens – *Na tradicional praça do Ferreira, no centro da cidade, nas rodas de conversas e apostas, não se trata de outra coisa: o confronto entre a "Lôra" e a Morena. [...] “Lôra” é como as pessoas conhecem a prefeita Luizianne Lins, e Morena é como foi batizada nas ruas a senadora Patrícia Saboya (PDT)*. Estas constituem práticas de representação de uma realidade do feminino. São formas de dizer constituídas pelos espaços exteriores que as institucionalizam na ordem do discurso e que demarcam seus enunciados. A prefeita Luizianne Lins, no texto, passa a ser chamada de “Lôra”, perde-se o nome que lhe é próprio, pelo novo apelido que a identifica. Da mesma forma, ocorre em relação à Patrícia Saboya, a morena, no percurso de uma (des)identificação contínua com a seriedade do campo político que se desloca no texto.

Não pretendemos enfatizar, aqui, uma visibilidade sobre a presença da mulher na política, mas viabilizar uma reflexão sobre os efeitos de novidade ou de uma presença inaugural que ainda se firmam na ordem do discurso midiático. Sabemos que, no Brasil e no mundo, a mulher tem conquistado o espaço da política há muito tempo. Entretanto, pensamos que esses discursos, à medida que direcionam novas formas de pensar a mulher política, forjam, também, novas formas de espetacularização da mulher na política. Nesse processo, emergem as diferentes leituras sobre o homem e a mulher na sociedade, os

sentidos centram-se em uma oposição entre eles e na ordem histórico-referencial de ambos os sexos.

Com o excerto – *Numa charge política, publicada num jornal local, ele (Ciro Gomes) e a senadora Patrícia Saboya aparecem assistindo à novela A favorita, da Rede Globo. Na cena, estão as atrizes Claudia Raia e Patrícia Pilar – esta última, atual mulher do parlamentar. Ciro então olha para Patrícia, a Saboya, e diz: "Mas você é a favorita." O mote pegou, Ciro repetiu o slogan nos palanques e os defensores da Morena agora só a chamam de "a favorita" (ANEXO 3)* –, o artigo nos leva a pensar a mulher política como um feixe de imagens que se repetem, que se retomam, que se constituem regularmente e se ritualizam. Percebemos que as opiniões do artigo constroem efeitos de humor a partir de retomadas de outros discursos que foram veiculados em outdoors ou em charges na época da campanha eleitoral. Esse é um outro arquétipo discursivo que, em um movimento que migra da seriedade de uma disputa eleitoral para a “chacota” e para o chiste, desloca, na medida em que também (re)significa, o lugar da mulher na política.

Produzem-se nos discursos efeitos de sentido que circunscrevem a identidade feminina em sua presença na natureza, justo pela regularidade de determinados enunciados. Com isso, observamos que não há uma soberania da mulher sobre o seu corpo, seus papéis estão presos a discursos que pensam o sexo feminino em sua natureza autônoma, biológica e a histórica.

Nesse sentido, a mulher é também resultado de um trabalho discursivo sobre o seu corpo, sobre o seu comportamento e sobre o seu lugar na história.

Seja como for, esta história permanece no “ponto-fronteira” entre o social e o sujeito. Aliás, é exatamente porque foram sempre mais especificados o jogo sobre as aparências, o controle das decências e das expressões, em outras palavras a vigilância, impulsos e coisas do corpo, que foi possível multiplicar os comportamentos submissos ao íntimo, as experiências consideradas incomunicáveis, a vigilância mais profunda das sensações internas e dos fenômenos da consciência. O sujeito ocidental, é preciso dizê-lo, também é o resultado de um intenso trabalho do corpo. (CORBIN, COURTINE, VIGARELLO, 2008, p. 13)

Essas são considerações que podem ser estendidas a uma ideia do que seja mulher política. E a esta centralidade estão vinculados conceitos que se apresentam como novos. No artigo (ANEXO 3), as imagens são figuras ritualizadas que possibilitam construções discursivas em formas diferenciadas, inscritas nas divisões de poder que os discursos

mobilizam no saber/fazer de uma história da mulher. Esses discursos, em um misto de projeção de imagens e de visibilidades, lançam a uma possível evidência a interioridade feminina, persegue-se uma essência da mulher nordestina, diga-se monumental, em sua construção discursiva. Daí, a significação e a (re)significação da mulher política, enquanto efeito de uma repetibilidade regular dos enunciados.

No trecho – *“Não é bem assim, o Ciro fala muito”, minimiza. Quanto “ao puteiro a céu aberto”, ela não defende a expressão do deputado, mas garante que a prostituição na capital atingiu níveis alarmantes. “A Luizianne foi boa parlamentar, mas não estava preparada para governar”, disse ela. A prefeita se defende: “Isso é um desrespeito com as mulheres da cidade e com as prostitutas”* –, agencia-se um controle maior sobre o discurso, produzindo um duelo que se enuncia “inaugurando” a voz das candidatas nesse embate político. As vozes de Patrícia e de Luizianne criam um efeito que transita entre a subjetividade e a objetividade do dizer, ao lançar “respostas” a partir do que fora dito por um político homem, ex-marido da opositora Patrícia Saboya.

O enunciado constitui uma cena do estereótipo da fragilidade ou da incapacidade da mulher de governar o espaço público – *“mas não estava preparada para governar”* –, que carrega toda uma história que, por ser controlada, suscita a própria regularidade no discurso. Isso interpela o discurso político e suas representações singularizadas presentes entre o lugar do feminino e o lugar do masculino na sociedade. Atestando a existência histórica desse limiar, Perrot (2007, p. 151) observa que “de todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder, era considerada o apanágio e o negócio dos homens”.

Não se trata de um simples limiar entre o que é da mulher e o que é do homem, mas de uma construção histórica e culturalmente alicerçada pelas crenças e valores que contornam o homem e a mulher na sociedade. Ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma “mulher política”, parece a antítese da feminilidade, a negação da sedução, ou ao contrário, parece dever tudo a ela (PERROT, *ibidem*, p. 153). São discursos de controle que mobilizam poderes e saberes, pois estão voltados a imagens pré-construídas historicamente, que se prendem aos estereótipos de que a mulher bem governa apenas a casa, o lar e a família. Esses sentidos flutuam entre permissões e interdições que demarcam os enunciados na história das mulheres. Quanto a isso, Foucault (2004b, p. 234) assinala que

durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. ‘*Vocês são apenas seu sexo*’, dizia-se a elas há séculos. E este sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doença. ‘*Vocês são a doença do homem*’. E este movimento muito antigo se acelerou no século XVIII, chegando à patologização da mulher: o corpo da mulher torna-se objeto médico por excelência. [...] Ora, os movimentos feministas aceitaram o desafio. Somos sexo por natureza? Muito bem, sejamos sexo mas em sua singularidade e especificidade irredutíveis. Tiremos disto as conseqüências e reinventemos nosso próprio tipo de existência, política, econômica, cultural [...]. (Grifos do autor).

O autor observa que é daí que se firmam certos movimentos, parte-se da sexualidade, colonizada e interpelada culturalmente para que se alcancem outros sentidos, outras afirmações, em outras direções. Dar visibilidade ao feminino e a todos os sentidos que o contornam, que o domesticam é, também, trabalhar com interditos. Em outras palavras, para o lugar da política está o homem e as coerências do seu dizer, de sua existência. No texto analisado (ANEXO 3) a voz masculina exerce um controle sobre os sentidos. É a voz do deputado que fala por sua ex-mulher: *Ciro disse que "a cidade virou um puteiro a céu aberto"*; é a voz do cientista político que analisa o cenário atual da devida campanha: [...] *A prefeita fez bastante pela periferia, mas ignorou o resto da cidade, analisa*. E, se a voz da mulher estiver lá, que sejam dizíveis seus limites, seus duelos, seu corpo, sua maternidade, suas frustrações pessoais, como resultados de uma gama de significações que circunscrevem a essa presença um efeito de despolitização do discurso político. Seriam estas significações um ponto de uma resistência nas relações entre os poderes e os saberes que demarcam os sexos e suas diferenças?

Conforme a sequência: *Há quatro anos, a "Lôra" venceu uma eleição na qual nunca foi a favorita*, não temos o nome Luizianne, mas a “Lôra”, carregada de estereótipos, de um apelido que subverte os sentidos extraídos de outros discursos que circularam em uma novela, veiculada em uma famosa emissora de televisão, que apresentava em seu enredo um embate entre suas personagens principais, uma loira e uma morena. Essa retomada conduz outras (re)significações desse lugar de mulher na política. Temos, com isso, um poder que se dilui por esse discurso que sustenta essa identidade regionalizada, nordestinizada, reservada a um espaço marginal à seriedade política, a uma imagem periférica nas relações de sentidos constitutivas do discurso político. Na medida em que se diluem esses discursos estereotipizantes, eles perpetuam essa posição de inferioridade no campo político pela mulher. É preciso romper com esta posição, com as

amarras do estereótipo e negar a ocupação dessas formas de dizibilidade sobre a mulher política, para que se reivindicuem descrições e definições menos essencialistas.

Uma outra questão que se apresenta é como nomear esses discursos, como concentrá-los em uma dada formação. Seriam eles discursos sexuados? Tomados por objetivos não coerentes que tratam de incrementar e/ou desmistificar o papel da mulher na cena política, esses discursos responderiam, então, por uma espetacularização da mulher na política? Eles teriam em seus enunciados uma armadilha que enreda a identidade da mulher política nordestina?

Várias direções nos possibilitam respostas a essas indagações. Podemos dizer que esse processo construtivo de imagem ou imagens da mulher política é produto de significações de um objeto já tematizado que é o Nordeste. Os discursos alcançam essa temática e traduzem esse objeto radicado em uma realidade dura e estíada que se atrela à região. Daí, o seu efeito de essencialismo de uma realidade de secas e de injustiças sociais que (des)qualifica essa região e que, ao mesmo tempo, se estende a suas mulheres. A memória se inscreve nesses discursos como condição à sua existência, é um eixo de sustentação de uma ideia de Nordeste e de sua “expressão contundente” (ALBUQUERQUE JR., 2009), em retomadas e regularidades que estão na base de seu núcleo de significações. São sentidos que remetem, necessariamente, a uma exterioridade que lhe rendeu sua expressiva historicidade e, sob o peso de seus relatos, assegurou-lhe uma inscrição na memória.

Há um estereótipo imagético colado a esses enunciados que, circunscritos às relações de poder e saber, reinventam, nos discursos, a mulher política. Com isso, cria-se um efeito de verdade que dialoga com a tradicional divisão dos sexos, e que não se separa dos seus estereótipos. Segundo Coracini (2007, p. 91),

os valores masculinos estão presentes em nosso inconsciente e emergem das práticas discursivas: se quisermos nos fazer ouvir, é preciso falar alto e grosso (subentenda-se: como o homem), lutar de pé, lançar-se sobre o inimigo, ferrar o outro, expressões que se opõem a falar baixo e docemente, submeter-se, estar ferrado, que caracterizam o modo pelo qual se concebe o sexo fraco idealizado. [...] há ainda quem aceite de bom grado o famoso ditado de que ‘por trás de um grande homem, há sempre uma grande mulher’, que tornou possível o seu trabalho, porque aceitou permanecer na retaguarda, atenta à mínima necessidade de seu marido inteligente... Realizar-se no marido e nos filhos foi – e ainda é em muitos casos – a única maneira que encontrou a mulher para sentir que a sua vida não foi (não é) inútil.



Nesse sentido, os enunciados nos levam a entender o lugar da mulher na política enquanto produto de uma história que vem sendo contada, teorizada. A mulher constitui esse resultado de saber, ela erige na política com toda carga histórica que conduziu seus passos, seus traços e sua experiência cotidiana na história de uma sociedade dos homens. Os discursos são construídos a partir de fragmentos de memória que habitam a ideia de feminino, e forjaram na prática discursiva da história uma imagem de mulher. De Certeau (2007) entende que é preciso pensar o discurso pela história, pela caracterização do fazer histórico que opera na fabricação de objetos, de práticas, de uma organização do tempo, do trabalho de se construir, sob o olhar do outro, entre ocultações e deturpações, a encenação de um sentido.

Não buscamos nesta análise o que está ou ficou nas entrelinhas, inferências ou subentendidos nos discursos, buscamos, na visibilidade destes discursos, o que é dado a entender, o que torna os sentidos palpáveis e dão aos enunciados o estatuto de monumento e não de documento.

A mulher política, no Brasil ou no mundo, não constitui um objeto extraordinário, ou um imprevisto nas relações de poder que faceiam a sociedade e das quais se desvia o olhar. A mulher política encontra-se imersa nessas relações de poder e, também, mobiliza saberes que produzem a sua contínua (re)significação na atualidade em discursos e imagens ritualizados e reatualizados. Entre as continuidades e descontinuidades dos discursos, no curso de uma história das mulheres, a identidade da mulher política se realiza em diferentes registros e valores. Com isso, a oposição entre o sexo feminino e o sexo masculino é fundante de diferentes interpretações que circundam a história da sexualidade e suas formas de dizibilidade. Essas formas estão inscritas no imaginário social, e se desenrolam na inovação de diferentes conceitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Assim, a revolução sexual, que tentamos medir, está inacabada. Em verdade, é interminável. Nesse ponto, como em todos os outros, não existe “fim da história”. É impossível, então, concluir o relato. Pode-se dizer “era uma vez”. Invocar começos obscuros. Dizer o princípio. Mas não o “fim”.*

Michelle Perrot (2007, p. 169)

Este trabalho possibilitou-nos a realização de mais um estudo fundamentado na Análise do Discurso de linha francesa e permitiu-nos perscrutar alguns dos inúmeros discursos sobre mulheres políticas veiculados na grande circulação da mídia escrita. Com isso, observamos o discurso enquanto espaço do qual emergem e se corporificam formas de saber, de poder e de governamentalidade. Nos discursos aqui analisados, temos um profícuo entrecruzamento entre o saber e o poder e entre as diferentes práticas discursivas que condensam regulações, representações, domínios, permissões e interdições de sentidos sobre mulheres políticas. Nessas práticas, temos o lugar privilegiado da construção identitária dos sujeitos e de seus posicionamentos na história da sociedade.

Os enunciados que analisamos neste trabalho (tanto verbais quanto não-verbais), constitutivos dessas produções de sentido, no encaço de uma memória discursiva, conduzem uma historicidade que a mídia (des)constrói e (re)constrói. São muitas as imagens, lembradas a partir da materialidade discursiva de uma história das mulheres, retomada e ratificada nos discursos, que contornam os sentidos da mulher no espaço público da política e da sociedade.

Entendemos que a irrupção da mulher na política produz, ainda, efeitos de novidade, que, nos discursos, constituem um procedimento de controle por parte da mídia. São discursos ritualizados e narrados segundo as falas que os retomam e os transformam (FOUCAULT, 2003a, p. 22). Com base nisso, observamos que as charges, as notícias, as reportagens e o artigo analisados constituem um espaço enunciativo e distribuem sentidos, são lugares de discursos nos quais se acumulam diferentes práticas sociais.

Ao longo da tese, a subjetividade, a memória, o corpo e a territorialidade pautaram nossas reflexões sobre a produção discursiva das identidades da mulher política. No primeiro capítulo, como resultado de uma discussão a respeito do percurso do sujeito na Análise do Discurso sob o olhar de Pêcheux, Bakhtin e Foucault, apresentamos uma reflexão sobre a noção de identidade na modernidade tardia, de acordo com o ponto de vista de Zigmunt Bauman, Boaventura de Sousa Santos, Stuart Hall e Tomás Tadeu da Silva.

Seguimos, no segundo capítulo, com a produção de um breve relato sobre a presença das mulheres na cena política, enquanto lugar de enunciabilidade na longa duração da história. Consoante o olhar de Michelle Perrot e de outros autores, compreendemos como as mulheres tiveram sua história controlada, na medida em que foram silenciadas em muitos aspectos. Observamos, assim, como a história e a memória mobilizaram formas invisíveis de poder nos discursos da atualidade, produzindo efeitos de sentidos sobre as mulheres na política.

No terceiro capítulo, refletimos sobre o corpo feminino em sua articulação com a espetacularização nos discursos sobre mulheres políticas. À luz dos estudos de Courtine e de outros teóricos, buscamos discutir como o corpo intercala um diálogo com a história nos discursos mediados sobre a mulher política, e como este, enquanto dispositivo de poder, constitui uma existência nesses discursos que justifica uma dissimetria entre os sexos, forjando uma identidade da mulher na política.

Nossa investigação sobre as identidades da mulher política produzidas pela mídia culmina, no quarto capítulo, com a reflexão sobre a injunção territorial do nordeste com as memórias sobre o feminino discutidas nos capítulos anteriores. Iniciamos o quarto capítulo com uma breve reflexão sobre os discursos que produziram uma ideia consensual de Nordeste e, de certo modo, naturalizaram efeitos de sua identidade no imaginário social. Como resultados analíticos, percebemos como a significação de Nordeste se estende e se reproduz nos enunciados sobre mulheres políticas nordestinas em uma dada regularidade de sentidos que conduzem suas identidades a um lugar de pertencimento. Para chegarmos a essa compreensão, analisamos, em duas reportagens e em um artigo de opinião, publicados respectivamente em três revistas de circulação nacional, discursos sobre mulheres políticas nordestinas. Com isso, observamos como os enunciados colonizam o aparecimento da mulher política nordestina e suas formas de visibilidade, a partir de práticas culturais e de

processos de regionalização inscritos nas relações de poder estabelecidas nas diferentes instâncias do discurso midiático.

Como procuramos mostrar no capítulo 4, são discursos recheados de dicotomias que definiram, no curso de uma longa duração, o percurso das mulheres na política. Em nossa análise, que evidencia como a identidade se compõe de várias facetas e, no caso, a espacialidade funde memórias longevas sobre o feminino na política com a nordestinidade, essas dicotomias espalham-se entre passado e presente, ex-mulher e política, virgem dos lábios de mel e mãe de todas as fúrias, imagem doce e imagem dura, “Lôra” e Morena. Entre o domínio privado e o público, o íntimo e o coletivo, as mulheres são representadas em movimentos que se estabelecem entre a casa e a “ágora”, e atravessam todo o processo de produção de uma imagem ou de várias imagens da mulher política, difusas entre outros polos de sentido, como: patricinha e magrelinha, dulcíssima e brava, mulher abandonada e mulher temida, Iracema e combativa.

Nesses enunciados, a identidade da mulher política é pensada sempre a partir de uma pessoalidade, de uma privacidade, de um comportamento de casa que vai à praça, de uma intimidade familiar que beira o provincianismo e, na nossa análise, (re)constrói imaginários peculiares às imagens da região Nordeste. Os enunciados das reportagens, por exemplo, reservam à política uma margem de espaço, um fragmento de um lugar que, na primeira reportagem (ANEXO 1), limita-se ao último parágrafo, em que se diz a área de atuação da senadora Patrícia Saboya; e, na segunda reportagem (ANEXO 2), são poucas as menções dadas à atuação de Heloísa Helena, elas aparecem pelo viés de seus conflitos e combates entre a senadora e os “parasitas” do Senado Federal.

Ler, entender, descortinar os estereótipos que sombreiam as imagens e os discursos sobre mulheres políticas, como pretendemos ter mostrado nesta tese, lança-nos a procurar um cerne nas relações de poder e de saber que conduzem uma (re)significação da mulher na política, pois

o indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejo, forças. Além disso, sobre os problemas de identidade regional e sobre todos os conflitos que podem ocorrer entre ela e a identidade nacional, haveria muita coisa a dizer. (FOUCAULT, 2004b, p. 161-162)

Esses discursos analisados possibilitam deslocamentos de efeitos de poder que conduzem o lugar da mulher na sociedade e que lhe reservam uma espacialidade, uma territorialidade de onde se enuncia. Esse movimento, uma vez histórico, caracteriza uma descontinuidade. Os discursos sobre mulheres políticas colonizam, assim, o seu aparecimento e as formas de visibilidade que emolduram suas imagens.

Liotard (2008, p. 64), analisando a mutabilidade das considerações a respeito do saber e a maneira como uma sucessão de transformações quantitativas pequenas acaba por determinar um salto qualitativo do moderno ao pós-moderno, entende que o sujeito, em meio a essa transição, “é concreto ou suposto como tal e sua epopéia é a de sua emancipação em relação a tudo aquilo que o impede de se governar a si mesmo”. A história das mulheres produz-se, ainda, sob uma governamentalidade alheia, na fronteira entre os sexos e suas representações. O lugar conferido à sexualidade feminina, por muito tempo, marcou o discurso psicanalítico, e este, por sua vez, lançou seus efeitos de sentido na história da constituição da subjetividade feminina. Assim, para que pudéssemos realizar uma leitura sobre os diferentes sentidos que “fundam” a identidade da mulher política, as reflexões sobre a subjetividade, a história, a memória e o corpo tornaram-se centrais a esses discursos midiáticos.

A assunção do sexo feminino na política desloca o discurso sobre uma sexualidade não mais pautada por sua natureza e anatomia, mas por se situar na história e nas posições sociais que assume para os sujeitos. Nesse sentido, a circunstância da repetição constitui um movimento de memória, um imperativo de regularidade que é vital aos discursos nos quais observamos que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2003a, p. 26). Há uma hegemonia no discurso midiático que circunscreve a identidade da mulher a um regime de verdade particular, a uma existência multifacetada, a uma dependência do vigiado espaço da política. Os discursos sobre as mulheres políticas irrompem, portanto, em sua forma panóptica, há um supremo esforço de vigilância sobre a presença da mulher na política e uma interrogação sobre essa prática que não é estanque, mas que retrata uma história, em sua descontinuidade, que continuará sendo escrita.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone C. Benedetti. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. *et al. Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1985.

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARIÈS, P. A história das mentalidades. In: LE GOFF, J. (Org.). *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

\_\_\_\_\_. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Tradução de Claudia R. Castellanos Pfeiffer *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BADIOU, A. *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Tradução de Emerson Xavier da Silva e Gilda Sodré. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

BAECQUE, A. de. Telas: o corpo no cinema. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Orgs.). *História do corpo: as mutações do olhar. O século XX. V. 3.* Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: 2004.

BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Identidade*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e ambivalência*. Tradução de Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: fatos e mitos. V. 1.* Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BELTRÃO, K.; ALVES, J. A. *Reversão do hiato de gênero na educação brasileira do século XX*. São Paulo: ABEP, 2004.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BÍBLIA SAGRADA. A. T. *Gênesis*. 2. ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1994.

BIRMAN, J. *Cartografias do feminino*. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. De olho no lance. In: SZPACENKOPF, M. I. O. *O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BIROLI, F. Dizer (n)o tempo: observações sobre história, historicidade e discurso. In: SIGNORINI, I. (Org.). *(Re)discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BORDO, S. R. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. 8. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. Tradução de J. Guinburg e Tereza Cristina S. da Mota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BUTLER, J. P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, M. *O Poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. V. 2. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2006.



CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Tradução de Fabiana Komesu e Dílson F. da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

CORACINI, M. J. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. Prefácio à história do corpo. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *História do corpo: da Renascença às luzes*. V. 1. Tradução de M. E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COSTA, S. R. *Dicionário de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução de Cristina C. V. Birck et al. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

\_\_\_\_\_. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. V. (Orgs.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Claraluz, 2008a.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Orgs.). *História do corpo: as mutações do olhar. O século XX*. V. 3. Tradução de M. E. Orth. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. O espelho da alma. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Orgs.). *História do corpo: da renascença às luzes*. V. 1. Tradução de Lúcia M. E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008c.

DAHLET, P. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, B (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

DAHLET, V. A entonação no dialogismo bakhtiniano. Tradução de Gaby Kirsch. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. *et al.* Tradução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DEL PRIORE, M. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. *Corpo a corpo com a mulher: pequenas histórias das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à nova história*. Tradução de Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

\_\_\_\_\_. *História do estruturalismo: o campo do signo*. V. 1. Tradução de Álvaro Cabral. Bauru, SP: EDUSC, 2007a.

\_\_\_\_\_. *História do estruturalismo: o canto do cisne*. V. 2. Tradução de Álvaro Cabral. Bauru, SP: EDUSC, 2007b.

\_\_\_\_\_. *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DURAND, J. L. *Memória grega*. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.

FIORIN, J. L. O éthos do enunciador. In: CORTINA, A.; MARCHEZAN, R. C. (Orgs.). *Razões e sensibilidades: a semiótica em foco*. Araraquara, SP: Laboratório Editorial FCL/UNESP, 2004.

FONSECA-SILVA, M. da C.; SANTOS, E. J. dos. *Estudos da língua(gem): Michel Pêcheux e a análise de discurso*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. N. 1, jun. 2005. Vitória da Conquista, BA: Edições da UESB, 2005.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.

\_\_\_\_\_. *A Hermenêutica do sujeito*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003a.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.

\_\_\_\_\_. *Estratégia, poder-saber*. Ditos e escritos IV. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004b.

\_\_\_\_\_. *O Homem e o discurso*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.

\_\_\_\_\_. O retorno da moral. In: ESCOBAR, C. H. *O Dossiê: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1984.

\_\_\_\_\_. Perguntas a Michel Foucault sobre geografia. In: \_\_\_\_\_. *Estratégia, poder-saber*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

\_\_\_\_\_. Retornar à história. In: \_\_\_\_\_. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução de Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramallete. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002b.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GREGOLIN, M. do R. V. AD: descrever–interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006a.

\_\_\_\_\_. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006b.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003.

\_\_\_\_\_. *Filigranas do discurso: as vozes da história*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

\_\_\_\_\_. J. J. Courtine e as metamorfoses da análise do discurso: novos objetos, novos olhares. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. V. (Orgs.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Claraluz, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Autor, o texto, o leitor: em torno de o lobo e o cordeiro*. In: JELL – Jornada de Estudos Lingüísticos e Literários. Marechal Cândido Rondon, 1998.

\_\_\_\_\_. O que quer e o que pode esta língua? In: FARACO, C. A. *et alii. A relevância social da lingüística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Problemas atuais da Análise do Discurso*. Araraquara, SP: Editora da UNESP, 1994.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T da. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tradução de Tomaz T. da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, E. J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

INDURSKY, F. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

KAFKA, F. Le silence des sirènes. In: \_\_\_\_\_. *Œuvres complètes*. Tome II. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1988.

KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LE BRETON, D. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

LE GOFF, J. (Org.). *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, J.; TRUONG, N. *Uma história do corpo na Idade Média*. Tradução de Marcos Flamínio Peres. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LIPOVETSKY, G. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os tempos hipermodernos*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultura, 1978.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Tradução de Ricardo Correia. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MANGUEL, A. *Lendo imagens*. Tradução de Rubens Figueiredo et al. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARCHEZAN, R. C. Diálogo. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-131.

MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MENDES, P. H. A. Os gêneros discursivos em debate. In.: MACHADO, I. L. & MELLO, R. de. (Orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE – UFMG, 2004.

MENEZES, W. A. Discurso político e gêneros discursivos. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. de. *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. Semiolinguística e política. In: MACHADO, I. L.; SANTOS, J. B. C.; MENEZES, W. A. (Orgs.). *Movimentos de um percurso em análise do discurso*. Belo Horizonte, MG: NAD/FALE/UFMG, 2005.

MILANEZ, N. A disciplinaridade dos corpos: o sentido em revista. In: SARGENTINI, V.; BARBOSA-NAVARO, P. (Orgs.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

\_\_\_\_\_. *As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa*. 2006. 210 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2006c.

\_\_\_\_\_. Mídia e história: deslocamentos do corpo, do sexo e da memória. In: SANTOS, J. B. C. dos; FERNANDES, C. A. (Orgs.). *Análise do discurso: objetos literários e midiáticos*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006a.

\_\_\_\_\_. O corpo é um arquipélago: memória, intericonicidade e identidade. In: NAVARRO, P. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006b.

\_\_\_\_\_. O corpo e a clínica: da memória de imagens para o arquivo do sujeito. In: ROMÃO, L. M. S.; GASPAR, N. R. *Discursos midiáticos: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008.

MORAES, A. de. *Direito constitucional*. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MORRIS, D. *A mulher nua*. Tradução de Eliana Rocha. São Paulo: Globo, 2005.

NAVARRO, P. Discurso, mídia e história: notas sobre a escrita histórico-midiática em tono da identidade brasileira. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. V. (Orgs.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Claraluz, 2008.



NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1995.

O'BRIEN, P. A história da cultura de Michel Foucault. In: HUNT, L. *A nova história cultural*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ORLANDI, E. P. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. e HAK, T (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethânia S. Mariani *et al.* 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997a.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi *et al.* 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997b.

\_\_\_\_\_. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al. Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. V. 4. Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. L'air du temps. In: NORA, P. (Org.). *Essais d'ego histoire*. Paris: Galimard, 1988.

\_\_\_\_\_. *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os excluídos da história*. Tradução de Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. Os silêncios do corpo da mulher. Tradução de Luiz Antônio O. de Araújo. In: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PINSKY, C. B. Apresentação. In: PERROT, M. *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PIOVEZANI, C. *Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. *Verbo, corpo e voz: reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo*. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Araraquara, SP, 2007.

POLI, M. C. *Feminino / masculino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

RAGO, M. Ser mulher no século XXI: ou carta de alforria. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovezani. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROSA, G. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1989.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANT'ANNA, D. B. Apresentação. In: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SARGENTINI, V. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO, P. (Orgs.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

\_\_\_\_\_. V. M. O. O arquivo e a construção de memórias: o caso do apagão. In: ROMÃO, L. M. S.; GASPAR, N. R. *Discursos midiáticos: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008.

SARLO, B. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Tradução de Sérgio Alcides. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

\_\_\_\_\_. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHMITT-PANTEL, P. A criação da mulher: um ardid para a história das mulheres? Tradução de Luiz Antônio O. de Araújo. In: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, É. V. (Orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tradução de Tomás T. da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SWAIN, T. N.; MUNIZ, D. do C. G. (Orgs.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis, SC: Ed. Mulheres, 2005.

TEZZA, C. A Construção das vozes no romance. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 219-228.

TOURRAINE, A. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Tradução de Gentil A. Titton. Petrópolis: Vozes, 2006.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Traduções de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WEKKER, G. G. After the last sky, where do the birds fly? What european women can learn from the anti-racist struggle in the United States. In: LUTZ, H., PHOENIX, A.; YUVAL-DAVIS, N. (Eds). *Crossfires: nationalism, racism and gender in Europe*. London: Pluto Press, 1995.

WILSHIRE, D. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (Orgs.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

VECCHI, B. Introdução. In: BAUMAN, Z. *Identidade*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

**REVISTAS:**

*Isto é.* São Paulo, 21 mai. 2008, p. 98-99.

*Isto é.* São Paulo, 31 dez. 2008. p. 30.

*Isto é.* São Paulo, 26 ago. 2009, p. 32.

MESENHÖLLER, M. O poder nas mãos delas. *Geo.* São Paulo, n. 12, abr. 2010. p. 22-41.

OYAMA, T. Patricinha, não! *Veja Mulher.* São Paulo, Ago. 2003, p. 20-21.

RODRIGUES, A. A “Lôra” contra a Morena. *Isto é.* São Paulo, n. 2018, 7 set. 2008, p. 36.

*Veja.* São Paulo, 22 mar. 2006, p. 79.

*Veja.* São Paulo, 17 set. 2008, p. 93.

*Veja.* São Paulo, 12 nov. 2008, p. 78.

*Veja.* São Paulo, 8 abr. 2009, p. 88.

*Veja.* São Paulo, 19 ago. 2009. p. 51.

ZAIDAN, P. O descanso da guerreira. *Claudia.* São Paulo, 18 mar. 2006. p. 68-69.

**MEIO ELETRÔNICO:**

POLIMENI, Y. *Violência contra a mulher.* Disponível em:  
<[www.ipepe.com.br/mulher.html](http://www.ipepe.com.br/mulher.html)>. Acesso em: 14 set. 2009.

<<http://noticias.uol.com.br/politica/2010/03/08/professora-e-deputada-criticam-pais-dos-politicos-que-nao-amam-as-mulheres.jhtm>>. Acesso em: 08 mar. 2010.

<<http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://hrundi.blog.lemonde.fr>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Delacroix>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

<<http://noticias.uol.com.br/politica/2010/03/08/professora-e-deputada-criticam-pais-dos-politicos-que-nao-amam-as-mulheres.jhtm>>. Acesso em: 08 mar. 2010.

<<http://www.opovo.com.br/opovo/charge/800787.html>>. Acesso em 31 jul. 2008.

<<http://www.opovo.com.br/opovo/charge/800478.html>>. Acesso em 31 jul. 2008.

<[www.ipepe.com.br/mulher.html](http://www.ipepe.com.br/mulher.html)>. Acesso em: 14 set. 2009.

<<http://veja.abril.com.br/170908/gente.shtml>>. Acesso em: 19 out. 2008.

<[www.correiodatarde.com.br](http://www.correiodatarde.com.br)>. Acesso em: 20 jul. 2009.

<[http://2.bp.blogspot.com/\\_aHyfiVZvC9c/SttzdfmDG-I/AAAAAAAAADw0/jY-F14IxxuE/s400/0+\)5.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_aHyfiVZvC9c/SttzdfmDG-I/AAAAAAAAADw0/jY-F14IxxuE/s400/0+)5.jpg)>. Acesso em 22 set. 2009.

<[www.artrenewal.org](http://www.artrenewal.org)>. Acesso em: 22 jan. 2010.

<<http://www.bibliacomentada.com/Busca.aspx?Palavra=disse>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

<<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,laura-chinchilla-toma-posse-na-costarica>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

<<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/dilma-se-soma-a-lista-de-mulheres-presidente-na-america-latina>>. Acesso em: 10 jan. 2011

<[http://en.wikipedia.org/wiki/Kamla\\_Persad-Bissessar](http://en.wikipedia.org/wiki/Kamla_Persad-Bissessar)>. Acesso em: 20 ago. 2010.

**ANEXOS**



## ANEXO 1 – PATRICINHA, NÃO!



*Patricinha, não!*<sup>41</sup>

*Criada para se casar, Patrícia Saboya Gomes aprendeu a andar só – e chegou ao Senado.*

*Ex-comunista, ex-vereadora, ex-deputada e ex-mulher de político, Patrícia tem luz e trajetória próprias: traços indígenas e doçura iluminam a primeira senadora eleita da história do Ceará.*

*A senadora Patrícia Saboya Gomes nasceu com tudo para ser mulher de político. Filha da elite cearense, bonita e mimada, foi criada tal e qual uma princesa do agreste – nunca precisou fazer a própria cama e até hoje mal sabe fritar um ovo. Aos 19 anos, casou-se com o galã da sua cidade, a orgulhosa Sobral, oásis de prosperidade no sertão do Ceará. O rapaz, igualmente da fina flor local e igualmente bem-apessoado, deu-lhe três filhos e elegeu-se prefeito em 1988, transformando-a na mais jovem primeira-dama do Estado. Se tivesse seguido seu destino natural, Patrícia seria hoje, aos 40 anos, uma ex-mulher de político – o Brasil inteiro sabe que o marido se apaixonou por uma outra Patrícia, a Pillar.*

*Nem como namorada, nem como esposa, nem como ex, no entanto, ela seguiu os clichês previsíveis. Patrícia nunca foi patricinha. Quando conheceu o hoje ministro Ciro Gomes, aos 18 anos, de calça jeans boca-de-sino e muitas idéias na cabeça, já presidia o Centro*

<sup>41</sup> Cf. OYAMA, T. Patricinha, não! *Veja Mulher*. São Paulo, Ago. 2003, p. 20-21.

*Acadêmico do curso de fisioterapia da Universidade de Fortaleza. Militava no linha-duríssima Partido Comunista do Brasil, o PC do B. Ele, jovem advogado, ensaiava uma candidatura a deputado infinitamente mais à direita, pelo PDS. Apaixonaram-se, casaram-se, tiveram três filhos (Lívia, de 19 anos, Ciro, de 17, e Yuri, de 13). A paixão pela política acompanhou-a durante os mais de quinze anos em que foram tidos como um casal-modelo, quando ela foi vereadora e deputada estadual – e também a salvou da obscuridade depois que a união acabou. A retidão de caráter transformou-a num caso raríssimo de mulher abandonada que não apenas não recrimina o ex: elogia-o e reconhece os imperativos do coração que o levaram para os braços de outra. A mãe de Patrícia, Marly Saboya, conta que a filha proibiu quem quer que fosse – ela, Marly, incluída – de criticar Ciro. "Fiquei um pouco revoltada", lembra Marly. "Mas, quando ameaçava dizer alguma coisa, minha filha me interrompia: 'Mãe, isso acontece'."*

*Patrícia não é deste mundo? Ao contrário, como qualquer mulher normal, ela sofreu o diabo. "Imagina o que é você ser traída em cadeia nacional e ainda ter como rival uma estrela de TV no auge da fama?", indaga um amigo. Ela própria reconhece: "Chorei muito, me desesperei até. Eu me casei com um homem por quem estava apaixonada e queria morrer ao lado dele. Não foi possível". Logo, porém, reaflore o senso de justiça, talvez o mais difícil sentimento de um parceiro rejeitado: "Eu também poderia ter me apaixonado por outra pessoa". Patrícia continua a admirar o ex-marido, com quem mantém singulares laços político-afetivos, e não abre a guarda nem um instante quanto à lisura de seu comportamento. "Não me importa se o Ciro me contou o que aconteceu no dia em que aconteceu ou dez dias depois", diz. "Ele não deixou de ser o homem íntegro que conheci só porque o nosso casamento acabou."*



**Cortando o bolo com Ciro e, já separada, com ele e Lívia, a filha mais velha: "Eu me casei com um homem por quem estava apaixonada e queria morrer ao lado dele. Não foi possível"**

*A separação dolorosa e a experiência política, própria e conjugal não a prepararam, porém, para o que a esperava quando se candidatou à prefeita de Fortaleza, em 2000. Durante a campanha, a recém-separada deputada estadual viu fotos suas nos cartazes de propaganda serem retocadas com desenhos de chifres. Outdoors que a mostravam de braços abertos passaram por um sistemático e anônimo trabalho de pichação para que as mãos exibissem, no lugar do microfone, uma imagem que era a representação do machismo que torpedeou a disputa: um falo grotesco. Patrocinados por adversários, programas de rádio aproveitaram-se da popularidade de uma marca de manteiga que levava o seu nome para insinuar uma suposta fragilidade da candidata, ao mesmo tempo que exaltavam as qualidades de um certo "biscoito Pillar" – apresentado como "o preferido do ex-governador". Foram seis meses de bombardeio incessante, que a fizeram*

*desabar várias vezes. "Chorei muito diante dos meus filhos", lembra. Ao final, além do casamento desfeito e da campanha sórdida, ela amargava a mais retumbante derrota eleitoral da carreira.*

### ***Iracema***

*A virada só aconteceu dois anos depois, quando venceu as resistências do partido, o PPS, que preferiria vê-la candidata a deputada, e dos amigos, traumatizados com a campanha pela prefeitura. Ela teimou, concorreu, venceu e se tornou a primeira senadora eleita da história do Ceará. Hoje, vice-líder do governo no Senado, só não acumula mais funções do que fãs. O mais ardoroso deles, o senador Mão Santa, é incapaz de avistá-la pelos corredores sem deixar escapar um suspiro, seguido de um sonoro "Iraceeeema" – apelido tirado da personagem de José de Alencar com quem compartilha a beleza de traços indígenas. Patrícia não liga, dá risada. Ao contrário do estereótipo da política nordestina de pêlo nas ventas, como a colega senadora Heloísa Helena, a mãe de todas as fúrias na tribuna, Patrícia, como a virgem de lábios de mel do romance, é sempre dulcíssima. Sua área de atuação, aí sem grande originalidade, é voltada para a infância: coordena a Frente Parlamentar pela Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, é relatora de uma das subcomissões da Criança, Adolescente e Juventude e presidente da CPI da Exploração Sexual. Fala quase que diariamente com o ex-marido e, mesmo tendo resgatado o Saboya de solteira, não conseguiu se livrar do Gomes. Este retribui a admiração, talvez até a ultrapasse. Entrevistado para esta reportagem, declarou: "Patrícia é uma grande mulher". E, de olhos marejados, parou de falar por alguns instantes, interrompido pela emoção.*

## ANEXO 2 – O DESCANSO DA GUERREIRA

### *O descanso da guerreira*<sup>42</sup>

*Combativa, a senadora HELOÍSA HELENA costuma manter o punho cerrado 24 horas por dia para enfrentar o difícil mundo da política. No nosso estúdio, ela relaxa, se permite uma pausa para um bom papo e solta o cabelo.*

*Ela criou para si uma imagem dura. Esconde a beleza juvenil – corpinho de 18 aos 43 – atrás dos óculos de míope e do cabelão preso. Heloísa Helena parece desejar que só vejam nela a senadora séria e temida. Já ameaçou cortar a língua do prefeito paulistano, José Serra, chamou o senador ACM de capitão-domato e pôs a nu o governo Lula. Levada ao que chama de “tribunal de inquisição petista”, acabou expulsa. É brava na CPI, aguda na condenação da bandalheira federal. Por isso, virou a senadora mais famosa da República e entrou para a história como a primeira mulher a criar um partido no Brasil, o PSOL. Pois bem, ela abriu a guarda. Viveu um dia de transformação, objeto de desejo de 9 entre 10 leitoras de CLAUDIA. Entregou os fios rebeldes a Marco Antônio de Biaggi e o rosto virgem – nunca havia tirado as sobrancelhas – a Kaká Moraes.*



### *De visual novo*

*Personagem rara. Que mulher, da geração dela, foi mãe-de-leite? Heloísa amamentou duas crianças – uma cega -, além dos próprios rebentos, Sacha, 22 anos, e Ian, 19, a quem “amamenta” ainda. “Ensino que podem chorar e, se quiserem felicidade, têm que entender: mulher é diferente de homem.” Ian passou 15 dias numa UTI, em coma, por causa de um*

1. *Claudia*. São Paulo, 18 mar. 2006. p. 68-69.

acidente. “Pensei que morreria junto”, conta ela, que é enfermeira. “Meus pivetes adivinham o filme que quero ver, sugerem o rock que ouço no carro.” (Ela vai ao volante, dispensou o motorista do Senado.) Heloísa ganhou um piano de um amigo. Só amigo, senadora? “Um amigo fofo que vive na França... infelizmente não consigo amá-lo como ele merece.” Teve dois maridos. Admira o pai dos filhos e preserva a relação com o segundo. “Ele casou com uma amiga nossa, sou madrinha do nenê deles.” No entanto, revela, nunca houve divisão de tarefas: “Fui pai e mãe. Sempre”. A alagoana não tem tempo para si, passa o dia à base de leitinho pingado de café. Fazia aulas de remo no lago Paranoá, porém teve de deixar depois da surra que tomou da polícia no protesto contra a reforma da Previdência: “O joelho estourou”. Parece exagerar quando diz que coleciona “dunas de celulite e trilhas de estrias”, porque anda quilômetros para acampar nos Aparados da Serra, no Rio Grande do Sul, e para ver a floração dos cactos na caatinga.

Ela ama os bichos. Chatinho é o nome do seu gato, que convive com um cão no apartamento de Brasília. Coleciona imagens de “São Chiquinho”, usa um anel de São Miguel Arcanjo e, antes das fotos, leu os salmos 6 e 8 para a equipe, numa Bíblia que sacou da mochila. “Preciso de proteção no plenário, me arrepio com aqueles parasitas.” Dali, tira raros amigos. O senador Suplicy é quase um irmão e a orienta como pugilista: Bata, Heloísa, mas tome cuidado com os adjetivos pesados. Você atinge o fígado, isso não pode”. Não pensava ser política, candidatou-se “para xingar os usineiros” e virou vice-prefeita de Maceió. É filha de dona Helena, costureira arretada que a mandou devolver seis contas que sobraram de um bordado. “Não pude fazer um vestido para a Susi que achei no lixo.” Com 2 meses perdeu o pai. Aprendeu a ler com freiras e descobriu o Nordeste devorando “o comunista Graciliano Ramos”. Hoje é pop, dá autógrafa e seria facilmente reeleita, mas deve disputar a Presidência para consolidar o PSOL. Se fosse carreirista, jamais assumiria a tarefa, com mínima chance de vitória, tempo curto na TV e poucos recursos.” Se perder, voltará para a universidade. “Vou comer pó de giz com os alunos e cuidar dos pobres na rede de saúde.” Fará muita falta à vida pública nacional.

### **A força do cabelão**

Tema de 58 comunidades no Orkut, campeã de cartas e e-mails do Senado, Heloísa Helena recebe elogios, críticas, pedidos de casamento e suscita curiosidade. “Querem que

*eu solte o cabelo para ver como fico”, diz. A história das madeixas começa na infância raquítica. “Tinha asma e crises renais, parecia que eu não ia vingar.” A mãe fez, então, uma promessa: não cortar os cabelos da magrelinha até que ela completasse 7 anos. Depois disso, o manto, que chegava aos joelhos, foi tosado na nuca. “Perdi o equilíbrio, quase caí sem o peso dos fios.” Na adolescência, estavam longos outra vez. Com a chegada dos filhos, adotou o rabo-de-cavalo. “Tinha que cuidar da casa, pegar ônibus com eles no colo.” Ainda mantém o cabelo amarrado com elástico de camelô. Quando aparece um fio branco, o filho Ian arranca. Heloísa só lava, nem seca. Ela chegou ressabiada ao estúdio, mas gostou do resultado. Surpresa mesmo ficou com os cílios: “Não sabia que eles eram tão grandes!”. Feminilidade, pensa ela, está em muitas coisas. “A gente, que é ora onça, ora gata mansa, pode ter cara limpa, rugas, pôr Botox, oxigenar o cabelo... O que vale é tentar ser feliz e deixar que os outros sejam.”*

### ANEXO 3 – A “LÔRA” CONTRA A MORENA

*A "LÔRA" contra a MORENA*<sup>43</sup>

*Em Fortaleza, a disputa entre a prefeita Luizianne Lins e a senadora Patrícia Saboya separou os irmãos Cid e Ciro Gomes*



*É possível que nenhuma campanha municipal do País se desenvolva com um clima mais quente que o de Fortaleza. Na quarta cidade brasileira em população, com quase 2,5 milhões de habitantes, temperatura média de 26°C, o termômetro político está fervendo.*

---

<sup>43</sup> RODRIGUES, A. A “lôra” contra a morena. *Isto é*. São Paulo, n. 2018, p. 36, 7 set. 2008.



*Na tradicional praça do Ferreira, no centro da cidade, nas rodas de conversas e apostas, não se trata de outra coisa: o confronto entre a "Lôra" e a Morena. A Luizianne foi boa parlamentar, mas não estava preparada para governar. "Lôra" é como as pessoas conhecem a prefeita Luizianne Lins, e Morena é como foi batizada nas ruas a senadora Patrícia Saboya (PDT). A polarização eleitoral é tão grande que qualquer desavisado não imaginaria que são nove os postulantes à cadeira de Luizianne.*

***As duas parecem dividir o que a cidade – e a política local – têm de positivo e de negativo.*** Para começar, essa disputa superou as duas principais lideranças do Estado: o governador Cid Gomes, que se comprometeu a retribuir o apoio recebido de Luizianne na sua eleição, e seu irmão, o deputado Ciro Gomes, ex-marido de Patrícia Saboya. Antes mesmo da oficialização das candidaturas, Ciro disse que "a cidade virou um puteiro a céu aberto", numa alusão ao crescimento da prostituição na capital. Noutro episódio, houve uma ironia em relação à atual e à ex-mulher de Ciro. Numa charge política, publicada num jornal local, ele e a senadora Patrícia Saboya aparecem assistindo à novela *A favorita*, da Rede Globo. Na cena, estão as atrizes Claudia Raia e Patrícia Pilar - esta última, atual mulher do parlamentar. Ciro então olha para Patrícia, a Saboya, e diz: "Mas você é a favorita." O mote pegou, Ciro repetiu o slogan nos palanques e os defensores da Morena agora só a chamam de "a favorita". A senadora alega que tudo não passa de elogios de Ciro, com quem ela tem três filhos. "Não é bem assim, o Ciro fala muito", minimiza. Quanto "ao puteiro a céu aberto", ela não defende a expressão do deputado, mas garante que a prostituição na capital atingiu níveis alarmantes. "A Luizianne foi boa parlamentar, mas não estava preparada para governar", disse ela. A prefeita se defende: "Isso é um desrespeito com as mulheres da cidade e com as prostitutas".

Há quatro anos, a "Lôra" venceu uma eleição na qual nunca foi a favorita. Agora, inicia a campanha com um grande problema. O governador Cid Gomes (PSB), irmão de Ciro, prometeu apoio à sua reeleição, mas queria indicar o vice na chapa. Acordo fechado, Cid sugeriu o vereador Tim Gomes (PHS), presidente da Câmara Municipal, mas o nome foi vetado pelo PT local. Indignado, Cid nem sequer compareceu à convenção de lançamento da candidatura de Luizianne, no domingo 29. Os petistas então indicaram um candidato-tampão – o presidente do PT municipal – para preencher a chapa até que seja encontrada uma saída para o impasse. Para o cientista político Francisco Moreira, professor de sociologia e política da Universidade de Fortaleza, ***as candidaturas terão,***

*preferencialmente, que disputar os votos da classe média, que está muito insatisfeita com a atual administração. "A prefeita fez bastante pela periferia, mas ignorou o resto da cidade", analisa. Outro componente eleitoral para o qual o professor chama a atenção, e que tem alimentado a guerra de bastidores, é a composição dos palanques eleitorais. Do lado da senadora Patrícia Saboya uniu-se o senador Tasso Jereissati (PSDB) cujo grupo nunca venceu uma eleição em Fortaleza. Como as duas candidaturas são da base aliada de Lula no Congresso, o presidente prometeu ficar fora da disputa. Mas nas ruas Lula aparece ao lado de Luizianne. Pelo menos nos outdoors.*